

Thaisell Gonzalez Peñalver

PROPOSTA METODOLÓGICA

para Avaliação do Potencial Geoturístico
a Partir de Dados Secundários na Bahia



AYA EDITORA
2026

PROPOSTA METODOLÓGICA

para Avaliação do Potencial Geoturístico
a Partir de Dados Secundários na Bahia

Thaisell Gonzalez Peñalver

PROPOSTA METODOLÓGICA

para Avaliação do Potencial Geoturístico
a Partir de Dados Secundários na Bahia

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Autora

Prof.ª Dr.ª Thaisell Gonzalez Penalver

Revisão

A Autora

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagem de Capa

ChatGPT Images 2.0

Capa

AYA Editora©

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)

Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza (UCPEL)

Prof.º Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)

Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)

Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)

Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)

Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)

Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)

Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)

Prof.º Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)

Prof.ª Dr.ª Maralice Cunha Verciano (CEDEUAM-Unisalento - Lecce - Itália)

Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)

Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)
Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)
Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.º Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.º Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.º Me. Abraão Lucas Ferreira Guimarães
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.º Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)
Prof.º Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.º Dr. Gilberto Sousa Silva (FAESF)
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)
Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tássia Patrícia Silva do Nascimento (UEA)
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

Copyright do Texto © 2026 da autora

Copyright da Edição © 2026 AYA Editora (projeto gráfico, diagramação e visual de capa)

P522 Peñalver, Thaisell Gonzalez

Proposta metodológica para avaliação do potencial geoturístico a partir de dados secundários na Bahia [recurso eletrônico]. / Thaisell Gonzalez Peñalver. -- Ponta Grossa: Aya, 2026. 153 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6228-015-9

DOI: 10.47573/aya.6228.1.489

1. Bahia- Descrições e viagens- Guias.. I. Título

CDD: 918.142

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini -
CRB 9/1347

AYA Editora©

Fone: +55 42 3086-3131 | WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br | Site: <https://ayaeditora.com.br>

Declaração da Editora

O conteúdo autoral próprio desta obra é disponibilizado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional — CC BY 4.0, que permite seu uso, reprodução, distribuição e adaptação, inclusive para fins comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos à autora, indicada a licença e informadas eventuais alterações.

A licença não se aplica ao projeto gráfico, à diagramação, ao design de capa nem aos materiais de terceiros utilizados na obra, tais como citações, imagens, gráficos, documentos, marcas e outros conteúdos identificados por crédito, referência ou indicação específica. Esses materiais permanecem sujeitos aos respectivos direitos, licenças, autorizações e limitações legais.

A reprodução ou reedição da obra por terceiros deverá utilizar apresentação gráfica própria ou contar com autorização expressa da AYA Editora para uso da edição gráfica.

A autora é responsável pela autoria, originalidade, precisão e licitude de sua contribuição intelectual, pela correta indicação das fontes e referências, bem como pela obtenção das autorizações necessárias para a utilização de materiais de terceiros.

As análises, interpretações e opiniões apresentadas são de responsabilidade da autora e não refletem, necessariamente, o posicionamento da AYA Editora, de seu conselho editorial ou das instituições mencionadas.

A atuação da AYA Editora limitou-se aos serviços editoriais e técnicos contratados, incluindo produção editorial, projeto gráfico, diagramação, registro e disponibilização da obra, sem titularidade ou ingerência sobre o conteúdo textual.

As referências a pessoas, instituições, autoridades e fatos históricos possuem finalidade informativa, acadêmica, crítica ou de pesquisa e devem observar a legislação aplicável, inclusive os direitos autorais e os direitos da personalidade.

A AYA Editora não comercializa esta obra nem recebe royalties, comissões ou participação nas receitas decorrentes de sua venda ou distribuição. A autora e terceiros poderão explorar comercialmente o conteúdo autoral próprio nos limites da Licença CC BY 4.0, sem utilizar a edição gráfica reservada à editora.

AGRADECIMENTOS

A construção desta tese só foi possível graças ao apoio e à colaboração de pessoas queridas, às quais registro minha sincera gratidão.

Agradeço à minha família, pelo incentivo constante e pela confiança, mesmo nos momentos mais desafiadores.

À minha orientadora Prof^a. Dr.^a Marjorie Ceskő Nolasco, pela orientação cuidadosa, pelas contribuições críticas e pela dedicação ao longo de todo o processo.

Aos colegas e amigos de jornada acadêmica, pelas trocas, pelo apoio mútuo e pelas conversas que tornaram esse caminho mais leve.

Agradeço ao meu coorientador, Hermilino Danilo Santana de Carvalho, por sua generosidade e paciência.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, essencial para a realização deste trabalho.

A todas as pessoas e instituições que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, deixo meu muito obrigada.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
--------------------	----

INTRODUÇÃO	14
------------------	----

Objetivo Geral.....	16
Objetivos Específicos	16
Justificativa	16
Hipótese da Pesquisa	17
Relevância do Tema	17
Conexões diretas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	18
Estrutura da Pesquisa.....	19

CAPÍTULO 2 — FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
--	----

Geossítios: Definição, Relevância e Aplicações Científicas	21
Geodiversidade	22
Fundamentos de Geoturismo	23
Estudos do Geoturismo no Brasil	24
Relação entre Geoturismo, Geopatrimônio e Geoconservação....	26
Ponderação e Quantificação do Potencial Geoturístico.....	27
Referências de Metodologias de Avaliação Geoturística com Base em Dados Secundários	27
A Plataforma GEOSSIT e o Inventário Oficial de Geossítios no Brasil	28
Mapa do Turismo Brasileiro 2025	29
Cartografia Temática e Modelagem Espacial Aplicadas ao Geoturismo	30

CAPÍTULO 3 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA:	
--	--

ABORDAGEM, ETAPAS E PROCEDIMENTOS	32
---	----

Introdução	32
Abordagem Metodológica Geral.....	32
Etapas da Pesquisa	33

**CAPÍTULO 4 — ANÁLISE DA GEODIVERSIDADE E REGIONALIZAÇÃO
TURÍSTICA DA BAHIA: PERSPECTIVAS PARA O GEOTURISMO A PARTIR DE
DADOS SECUNDÁRIOS.....36**

Geodiversidade do Estado da Bahia: Análise Integrada	36
Componentes Fundamentais da Geodiversidade Baiana.....	37

CAPÍTULO 6 – GEOTURISMO48

Regionalização Turística da Bahia e Perspectivas para o Geoturismo	50
Considerações finais	57

**CAPÍTULO 5- AVALIAÇÃO DA PLATAFORMA GEOSSIT: ANÁLISE
DO INVENTÁRIO DE GEOSSÍTIOS, POTENCIAL, LIMITAÇÕES E
CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO GEOTURÍSTICO NA BAHIA ..59**

Introdução	59
Metodologia.....	59
Inventário e Análise dos Geossítios da Bahia para a Interpretação do Potencial Geoturístico	61
Análise Detalhada da Distribuição Espacial dos Geossítios na Bahia	61

**CAPÍTULO 6 – ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA ARTICULAÇÃO
ENTRE O MAPA DO TURISMO 2025 E O INVENTÁRIO DE GEOSSÍTIOS DA
BAHIA”86**

Introdução	86
Metodologia do Capítulo.....	86
Análise da Metodologia de Categorização do Mapa do Turismo Brasileiro 2025	88
Análise do Relatório de Categorização Simplificado (BA)	92
Análise do Relatório do Mapa do Turismo Brasileiro	96
Análise das Atividades Turísticas nos Municípios da Bahia (2025) ..	100
Considerações Finais do Capítulo.....	105

**CAPÍTULO 7 - MODELO GEO-TUR: AVALIAÇÃO INTEGRADA DO
POTENCIAL GEOTURÍSTICO DA BAHIA.....107**

Introdução	107
Metodologia Geral.....	108

Modelo GEO-TUR – Avaliação pela Nota Turística	110
Limitações do modelo baseado na Nota Turística	114
Reformulação do Modelo GEO-TUR: abordagem científico-estética.	115
Resultados da Aplicação do Modelo GEO-TUR Reformulado	119
Comparação entre o Modelo GEO-TUR (Nota Turística) e o Modelo GEO-TUR (Nota Científica e Beleza Cênica)	121
Síntese e Contribuições do Modelo GEO-TUR	123
CAPÍTULO 8 — CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	125
REFERÊNCIAS	128
RESUMO DA SELEÇÃO	133
SOBRE A AUTORA	144
ÍNDICE REMISSIVO	145

LISTA DE SIGLAS

CAPES	- Coordenação Brasileira de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPM	- Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CPRM	- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística MTUR – Ministério do Turismo
ODS's	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável PRT– Programa de Regionalização do Turismo .
SETUR	- Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. SIG – Sistema de Informação Geográfica.
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa analisou de forma integrada a geodiversidade da Bahia, a plataforma GEOSIT e o Mapa do Turismo Brasileiro 2025, visando subsidiar a criação de uma metodologia de avaliação do potencial geoturístico.

Constatou-se que a Bahia apresenta elevada diversidade geológica, com formações que se estendem do Arqueano ao Cenozoico, e abriga paisagens singulares, como cavernas, falésias, dunas fósseis, serras e inselbergs, além de propostas de geoparques em diferentes estágios de maturidade.

A regionalização turística oficial, composta por 13 zonas, revela oportunidades para integrar geodiversidade e turismo, especialmente em áreas do interior historicamente pouco exploradas. A avaliação da plataforma GEOSIT evidenciou avanços no inventário de geossítios e na qualificação científica dos locais, mas também revelou limitações na integração com critérios turísticos e territoriais.

Muitos dos 151 geossítios identificados no estado estão localizados em municípios que não constam no Mapa do Turismo Brasileiro, indicando uma lacuna entre o valor geocientífico e seu aproveitamento turístico. Esses resultados reforçam a urgência de metodologias mais integradas, territorialmente sensíveis e baseadas em dados secundários, capazes de orientar o planejamento e a promoção do geoturismo de forma mais precisa, justa e alinhada às potencialidades do território baiano.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

A geodiversidade corresponde à variedade de elementos abióticos da natureza, como rochas, minerais, fósseis, formas de relevo, solos e recursos hídricos, bem como os processos que lhes dão origem e os transformam (Gray, 2013). Esses elementos, quando portadores de atributos científicos, didáticos, estéticos e culturais, são considerados patrimônio geológico, podendo ser organizados e protegidos na forma de geossítios, que representam unidades espaciais de interesse para a ciência e para o desenvolvimento de práticas sustentáveis como o geoturismo (Brilha, 2005).

No Brasil, o estado da Bahia se destaca pela complexidade de sua estrutura geológica, situada sobre o Cráton do São Francisco, com registros que remontam ao Arqueano e se estendem até as formações fanerozoicas. Essa riqueza natural confere à Bahia uma geodiversidade singular, refletida em suas paisagens diversificadas, como cavernas, chapadas, serras, rios encachoeirados e inselbergs, que se distribuem por diferentes regiões do estado (CPRM, 2010). Essa riqueza natural proporciona oportunidades significativas para o desenvolvimento do geoturismo, especialmente em áreas onde o patrimônio geológico encontra-se associado a aspectos culturais, históricos e ecológicos.

O reconhecimento da diversidade geológica do território brasileiro, tem sido viabilizado por diferentes iniciativas institucionais, entre as quais se destaca o inventário nacional de geossítios disponibilizado por meio da plataforma GEOSIT, desenvolvida e mantida pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Essa plataforma reúne um conjunto expressivo de informações técnicas, científicas e geográficas sobre locais que possuem relevância geológica, distribuídos por todas as regiões do país.

Os geossítios cadastrados na plataforma GEOSIT são descritos por meio de dados como nome, coordenadas geográficas, contexto geológico, feições geológicas ou geomorfológicas, e sua relevância científica e patrimonial. Cada local também recebe uma pontuação de valor científico, educativo e turístico, com base em critérios estabelecidos pela CPRM. Além de contribuir para a conservação e o uso turístico e educativo desses locais, a plataforma desempenha um papel importante na sistematização e disseminação de informações das geociências, fortalecendo a integração entre pesquisa, gestão territorial e valorização do patrimônio geológico nacional.

Apesar de sua relevância como instrumento de registro do patrimônio geológico nacional, a plataforma GEOSSIT apresenta limitações significativas que comprometem seu aproveitamento como ferramenta de apoio ao planejamento territorial, às políticas públicas e ao desenvolvimento do geoturismo no Brasil. A visualização dos geossítios na plataforma ocorre de forma pontual e descontextualizada, o que significa que os locais são representados apenas como marcadores no mapa, sem qualquer referência ao território em que se inserem. Essa ausência de integração espacial impossibilita a compreensão das relações dos geossítios com elementos fundamentais do planejamento, como zonas turísticas reconhecidas, unidades de conservação, infraestrutura de acesso ou roteiros estruturados de visitação. Não há como verificar se um determinado geossítio está inserido em regiões priorizadas por políticas públicas ou se possui conexão funcional com outras dinâmicas territoriais.

A plataforma opera com base em dados est ticos, sem mecanismos claros de atualiza o per dica ou monitoramento contínuo das condi es de conserva o, acessibilidade e uso público dos sítios. Além disso, o GEOSSIT não tem ainda uma integra o direta única com o Mapa do Turismo Brasileiro, coordenado pelo Ministério do Turismo. Isso significa que muitos dos geossítios inventariados, mesmo quando possuem alto valor turístico, não são considerados nas estratégias oficiais de regionaliza o do turismo, o que restringe seu potencial de gerar benefícios econ micos e culturais para as comunidades locais.

A partir dessa desconexão entre os dados geológicos (GEOSSIT) e os instrumentos oficiais de planejamento turístico (Mapa do Turismo) representa uma lacuna na valoriza o e no aproveitamento do potencial geoturístico baiano. Muitos municípios que abrigam geossítios com elevado valor turístico não estão inseridos em regiões turísticas oficiais, o que limita seu acesso a recursos, visibilidade e estratégias de desenvolvimento.

Diante desse cenário, propõe-se uma proposta metodológica de avalia o do potencial geoturístico da Bahia baseada no cruzamento entre os dados do GEOSSIT e o Mapa do Turismo Brasileiro 2025, a partir de indicadores secundários e parâmetros adaptados à realidade territorial do Estado. Essa abordagem visa diagnosticar e hierarquizar as áreas com maior potencial geoturístico, propondo diretrizes para sua inclusão em políticas públicas e estratégias regionais de valoriza o do patrimônio natural.

Objetivo Geral

Desenvolver uma proposta metodológica de avaliação do potencial geoturístico no estado da Bahia, a partir da análise integrada entre os dados da plataforma GEOSSIT (Serviço Geológico do Brasil – CPRM) e a estrutura de regionalização turística estabelecida pelo Mapa do Turismo Brasileiro 2025, com base em indicadores secundários e parâmetros adaptados às especificidades territoriais, geológicas e turísticas do Estado.

Objetivos Específicos

- Caracterizar a geodiversidade do estado da Bahia, identificando as principais unidades geológicas e paisagens naturais que constituem o substrato físico do território, com foco na sua relevância para o desenvolvimento do geoturismo.
- Levantar, organizar e padronizar os dados referentes aos geossítios cadastrados na plataforma GEOSSIT e aos municípios inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro 2025, consolidando uma base de dados para análise integrada.
- Analisar criticamente os parâmetros avaliativos utilizados pelo GEOSSIT, apontando limitações conceituais e metodológicas que comprometam a identificação do potencial turístico efetivo dos geossítios.
- Comparar a metodologia de categorização do Mapa do Turismo Brasileiro 2025 com os critérios de ponderação adotados pelo GEOSSIT, avaliando tanto a coerência espacial entre geossítios e zonas turísticas quanto os pesos atribuídos às variáveis no processo de avaliação geoturística.

Justificativa

Apesar do reconhecido potencial do geoturismo na Bahia, observa-se uma significativa desarticulação entre os inventários geológicos existentes como a plataforma GEOSSIT e os instrumentos oficiais de planejamento e regionalização turística, como o Mapa do Turismo Brasileiro. Essa falta de integração compromete a visibilidade de geossítios com alto valor turístico e dificulta seu aproveitamento em políticas públicas voltadas ao turismo susten-

tável. Além disso, a inexistência de uma metodologia padronizada, adaptada ao contexto baiano e baseada em dados secundários, limita a identificação de áreas prioritárias para investimentos e ações de valorização do patrimônio geológico, enfraquecendo a conexão entre as geociências, o ordenamento territorial e a gestão do turismo.

A presente pesquisa busca suprir essa lacuna, propondo uma proposta metodológica de avaliação do potencial geoturístico que integre os dados disponíveis nessas plataformas públicas, permitindo diagnósticos objetivos e territorialmente aplicáveis.

Hipótese da Pesquisa

Parte-se da hipótese de que a ausência de integração entre os dados geológicos da plataforma GEOSSIT e os instrumentos oficiais de regionalização turística, como o Mapa do Turismo Brasileiro 2025, resulta na invisibilidade de diversos geossítios com alto potencial turístico, especialmente em municípios fora das regiões reconhecidas pelo Ministério do Turismo. Essa desconexão compromete não apenas o acesso a políticas públicas e recursos, mas também limita a inserção desses territórios em estratégias de planejamento, roteirização e desenvolvimento sustentável do geoturismo.

Relevância do Tema

A relevância do tema reside na necessidade urgente de alinhar as estratégias de valorização do patrimônio natural, especialmente o Geopatrimônio, com as políticas públicas de regionalização turística e desenvolvimento territorial sustentável. Ao propor uma metodologia inovadora, baseada em dados secundários e acessíveis, este estudo contribui para:

- 6 - O fortalecimento do geoturismo como vetor de desenvolvimento econômico, educativo e ambientalmente responsável;
- 7 - A ampliação da base de municípios beneficiados por políticas públicas de turismo;
- 8 - O uso mais eficiente de plataformas institucionais como o GEOSSIT;

Ao final, espera-se que os resultados sirvam de base para o desenvolvimento de uma ferramenta digital interativa, de uso público, que permita o diagnóstico automatizado do potencial geoturístico com base nessas fontes oficiais. Com isso, o estudo avança na construção de pontes entre ciência,

planejamento e gestão territorial, promovendo maior equidade no acesso às políticas públicas e à valorização do patrimônio geológico brasileiro.

Conexões diretas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A pesquisa proposta estabelece conexões diretas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas, ao articular a valorização do patrimônio geológico com práticas sustentáveis, educativas e inclusivas. O caráter transversal da investigação permite que ela contribua significativamente para diversas metas globais, como demonstrado a seguir:

A pesquisa colabora com o ODS 4 – Educação de qualidade, ao propor uma metodologia que pode ser aplicada como ferramenta pedagógica em escolas, universidades e espaços não formais de ensino, fortalecendo o aprendizado em geociências e promovendo a valorização do território como recurso didático. Em relação ao ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, o incentivo ao geoturismo abre possibilidades de geração de renda e empregos sustentáveis em comunidades locais, integrando conservação ambiental e desenvolvimento econômico. O ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis também é contemplado, uma vez que a iniciativa contribui para o uso sustentável da geodiversidade urbana, fortalecendo o planejamento territorial e o reconhecimento de áreas naturais como espaços de cultura, educação e turismo.

No campo ambiental, a proposta está alinhada ao ODS 12 – Consumo e produção responsáveis, pois valoriza dados secundários já existentes, evita a duplicação de esforços técnicos e promove o uso eficiente das informações. Com relação ao ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima, a pesquisa fortalece ações de conscientização ambiental por meio do turismo educativo e científico, contribuindo para estratégias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Por fim, ao articular a geoconservação como eixo do geoturismo, o estudo reforça o compromisso com o ODS 15 – Vida terrestre, ao promover a preservação dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais não vivos.

Em síntese, a pesquisa não apenas cumpre uma função técnica e científica, mas também se posiciona como uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável. Ao promover o geoturismo como vetor educativo, eco-

nômico e ambiental, o estudo alinha-se às metas globais da Agenda 2030, oferecendo uma abordagem territorializada, viável e comprometida com os princípios da sustentabilidade, da inclusão social e da valorização do patrimônio natural.

Estrutura da Pesquisa

A tese está organizada em sete capítulos que conduzem o leitor desde a contextualização do problema até a proposição de uma metodologia inovadora para avaliação do potencial geoturístico da Bahia, baseada em dados secundários. O capítulo inicial apresenta o tema, destacando a importância da geodiversidade para o turismo sustentável e a necessidade de integrar informações geocientíficas (GEOSSIT/SIGEP) com os instrumentos oficiais de planejamento turístico, além de definir objetivos, hipótese e justificativa do estudo.

O segundo capítulo aborda a fundamentação teórica, explorando conceitos como geodiversidade, geopatrimônio, geoturismo e revisando metodologias nacionais e internacionais para a avaliação geoturística, preparando o terreno para a construção de um modelo adaptado ao contexto brasileiro. No capítulo metodológico, são descritas as etapas da pesquisa, desde a revisão de metodologias existentes até a elaboração e aplicação da proposta do modelo de avaliação do potencial geoturístico, destacando a utilização de dados públicos do GEOSSIT, do Mapa do Turismo e outras fontes oficiais, com critérios e pesos definidos para mensurar o potencial geoturístico municipal.

A análise da geodiversidade e regionalização turística da Bahia, apresentada no quarto capítulo, utiliza dados secundários para interpretar criticamente a distribuição dos elementos geocientíficos e sua relação com a estrutura turística estadual, estabelecendo uma base territorial para as etapas seguintes. O capítulo cinco traz uma avaliação crítica da plataforma GEOS-SIT aplicada ao estado, fornecendo subsídios técnicos para sua potencial reestruturação voltada ao geoturismo.

O sexto capítulo realiza uma análise comparativa entre o GEOSSIT e o Mapa do Turismo Brasileiro, identificando convergências, lacunas e caminhos para uma avaliação integrada do potencial geoturístico no Brasil. Por meio do cruzamento dos dados e da aplicação prática na Bahia, fundamenta-se a base conceitual e empírica para um modelo metodológico mais completo, que articula valor geológico, infraestrutura turística e gestão territorial. Por

fim, o sétimo capítulo detalha a proposta original GEO-TUR, uma matriz integrada de avaliação que utiliza exclusivamente dados secundários públicos para garantir replicabilidade e alinhamento com o geoturismo sustentável, apresentando sua construção, aplicação e resultados espaciais, evidenciando sua relevância para o planejamento e valorização do patrimônio geológico brasileiro

CAPÍTULO 2 — FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente Capítulo tem como objetivo fundamentar teoricamente os conceitos-chave e as escolhas metodológicas que orientam a proposta de avaliação do potencial geoturístico com base em dados secundários e ferramentas de geotecnologia. A abordagem parte da compreensão de que o geoturismo é uma prática territorial que articula ciência, patrimônio, paisagem e desenvolvimento sustentável, exigindo, portanto, um olhar multidisciplinar sobre os elementos que o constituem.

Geossítios: Definição, Relevância e Aplicações Científicas

O conceito de geossítio surgiu como uma resposta à crescente necessidade de preservação e valorização do Geopatrimônio, entendido como o conjunto dos elementos naturais de interesse científico, educativo, cultural e paisagístico ligados à história geológica da Terra (Brilha, 2005; Gray, 2004). De forma objetiva, geossítios são áreas delimitadas que reúnem feições geológicas singulares como afloramentos rochosos, estruturas tectônicas, fósseis, depósitos minerais, formações vulcânicas, relevos esculpidos por processos erosivos ou sedimentares e que apresentam valor significativo para a compreensão da evolução geológica de determinada região ou do planeta como um todo.

Esses locais representam, portanto, fragmentos da memória geológica do planeta e, por esse motivo, são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa científica, educação formal e não formal, ações de conservação e planejamento geoturístico. A literatura especializada reconhece a necessidade de se proteger e interpretar esses locais, dada a sua fragilidade frente a processos antrópicos de degradação, tais como mineração descontrolada, urbanização, vandalismo e turismo desordenado (Brilha, 2005; Henriques *et al.*, 2011).

A escolha criteriosa dos geossítios para estudo e avaliação é um passo essencial em projetos de pesquisa voltados à geoconservação e ao geoturismo. Diferentes metodologias, como as propostas por Brilha (2005, 2016), Reynard *et al.* (2007), e Pereira *et al.* (2008), dependem de dados técnicos sobre localização, acessibilidade, grau de exposição, valor científico, vulnera-

bilidade e potencial educativo e turístico dos locais avaliados. Nesse sentido, a seleção de geossítios com base em fontes oficiais e padronizadas é uma etapa metodológica crítica que assegura consistência e validade à análise.

Geodiversidade

O termo geodiversidade, segundo Brilha (2005), começou a ser divulgado recentemente, na década de 1990, por geomorfólogos que buscavam estudar a natureza em sua vertente geológica. É difícil dizer exatamente quando o termo foi utilizado pela primeira vez, mas sabe-se que os primeiros trabalhos foram realizados na Tasmânia e principalmente no Reino Unido, em 1993, na Conferência de Melrven sobre conservação geológica e paisagística.

Segundo Carcavilla *et al.* (2008), a primeira referência espanhola ao termo geodiversidade se encontra nas atas da IV Reunião Nacional da Comissão de Patrimônio Geológico da Sociedade Geológica da Espanha, que ocorreu em Miraflores de la Sierra (Madrid). Desde então, o termo geodiversidade é interpretado de forma diferente por vários autores.

De acordo com Serrano e Ruiz-Flaño (2007, p.34), a geodiversidade é:

Variabilidade da natureza abiótica, incluindo os elementos litológicos, tectônicos, geomorfológicos, pedológicos, hidrológicos, topográficos e processos físicos na superfície da Terra, e os oceanos e os mares, com sistemas gerados por processos naturais, endógenos, exógenos e antrópicos, compreendendo a diversidade dos lugares, elementos e partículas.

Os autores utilizam uma definição ampla que inclui todos os componentes do meio físico. Segundo Carcavilla *et al.* (2008), os autores encontram certa equivalência do termo geodiversidade com diversidade geológica, acarretando numerosos problemas conceituais, assim como enfoques restritivos, incluindo todos os componentes do meio físico. Enquanto Gray (2004, p.434) define geodiversidade como:

A variedade natural de aspectos geológicos (minerais, rochas e fósseis), geomorfológicos (formas do relevo, processos) e do solo. Inclui suas coleções, relações, propriedades, interpretações e sistemas.

Esta definição reflete a habitual distinção que fazem os anglo-saxões entre geologia, geomorfologia e edafologia, como componentes do meio natural abiótico, de acordo com Carcavilla *et al.* (2008).

Atualmente não existe uma definição única para geodiversidade, de forma que esta varia de acordo com o contexto jurídico ou científico. A utiliza-

ção deste termo é cada vez mais comum na literatura científica, geralmente ligada a conceitos como patrimônio geológico, geoconservação e geoturismo.

De acordo com Azevedo (2007), na lei recentemente aprovada para a Associação Europeia para a Conservação do Patrimônio Geológico (PROGEO) e para a Sociedade Real da Conservação da Natureza do Reino Unido (Lei 42/2007) o termo geodiversidade consiste em:

A variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos geradores de paisagem (relevo), rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que constituem a base para a vida na Terra (PROGEO, 2007).

Dentro desse termo, é importante destacar que a mesma se encontra compreendida por geossítios, os quais se entendem como afloramentos ou lugares que contêm um objeto geológico de valor, que vale a pena preservar. O valor pode ser de natureza muito diversa: estritamente geológico, mineralógico, paleontológico, estrutural, petrológico, paisagístico ou geomorfológico, segundo o Programa de Detecção e Estabelecimento de Geossítios no Chile (<http://www.sociedadgeologica.cl/geositios>). Sua identificação e posterior preservação contribuirão para a difusão de valores da ciência geológica no país e para a preservação, para as gerações futuras, de sítios importantes para a ciência, a cultura e a sociedade.

Segundo Gray (2004) e Brilha (2005), os valores da geodiversidade são classificáveis como intrínseco, cultural, econômico, funcional, científico e educativo. A geodiversidade é uma propriedade intrínseca do território e um atributo característico deste. Como propriedade do território, guarda certa relação com outros aspectos, tais como paisagens, geografia e o clima, além dos aspectos da economia e da cultura, segundo Carcavilla *et al.* (2008).

Fundamentos de Geoturismo

O geoturismo apresenta-se como uma vertente do turismo que enfatiza a apreciação dos aspectos geológicos e geomorfológicos de uma paisagem, promovendo o desenvolvimento sustentável por meio da valorização do meio físico. Nesse contexto, estabelece-se uma relação intrínseca com os conceitos de patrimônio e geopatrimônio, uma vez que os elementos naturais de interesse geológico passam a ser reconhecidos como bens patrimoniais com valor científico, educacional, estético e/ou cultural.

O geoturismo procura minimizar o impacto cultural e ambiental sobre as comunidades que recebem grandes quantidades de fluxos turísticos, atra-

vés da promoção do respeito ao patrimônio cultural e paisagístico da localidade. Nesse caso, a proposta do geoturismo em nossa área de investigação, através da relação entre os elementos da geodiversidade e o patrimônio construído, poderia contribuir para o fomento à economia local de maneira sustentável.

O termo geoturismo passou a ser utilizado formalmente na década de 1990. Posteriormente, Hose (2000 *apud* Nascimento; Ruchkys; Mantesso-Neto, 2008, p. 40) revisou o conceito, definindo-o como:

A provisão de facilidades interpretativas e serviços para promover o valor dos benefícios sociais de lugares e materiais geológicos e geomorfológicos e assegurar a sua conservação para uso de estudantes, turistas e outras pessoas com interesse recreativo ou de lazer.

Esse enfoque de geoturismo é abordado também por outros estudiosos, como Salvan (1994) e Sharples (2002), que consideram sua interpretação como uma forma de sensibilizar o visitante sobre a importância e a necessidade de conservar o patrimônio natural.

Existem outros enfoques nos quais o geoturismo é definido como a atividade de prover subsídios que possibilitem aos turistas adquirir um conhecimento necessário para compreender a ecologia e a geomorfologia de um local, além da apreciação da sua beleza cênica, segundo House (2000), Dowling e Newsome (2006) e Lima e Nolasco (1996). Com esse termo, trata-se de considerar para o conhecimento intelectual, além do meio abiótico, uma aproximação com o público para o desfrute da estadia mediante a beleza da paisagem, incitando a exploração do território e da cultura local.

Estudos do Geoturismo no Brasil

No Brasil, o interesse científico pelo geoturismo começou a ganhar forma no início dos anos 2000, quando os primeiros estudos voltados para essa abordagem passaram a ser sistematizados. Considerando a vasta extensão territorial do país e sua impressionante diversidade geológica, realizar um inventário homogêneo dos sítios com potencial geoturístico ainda é um grande desafio. Mesmo assim, muitos desses locais já recebem um número expressivo de visitantes, atraídos por suas formações naturais singulares. Exemplos emblemáticos incluem a paisagem montanhosa do Rio de Janeiro e as majestosas Cataratas do Iguaçu, ambas reconhecidas como Patrimônio Mundial pela UNESCO, além das falésias coloridas do litoral nordestino e dos imponentes cânions dos Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul.

A disseminação da temática no Brasil tem se dado por múltiplos caminhos: iniciativas institucionais, como as promovidas pela CPRM (Serviço Geológico do Brasil) e pela SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos); eventos científicos voltados às Geociências e ao Turismo; publicações acadêmicas; e defesas de dissertações e teses que têm contribuído significativamente para a consolidação dessa área de conhecimento (Nascimento *et al.*, 2008).

Entre os projetos pioneiros nessa área, destaca-se o “Caminhos Geológicos”, criado em 2001 pelo DRM-RJ (Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro). Essa iniciativa instalou painéis interpretativos em 79 geossítios distribuídos por 23 municípios fluminenses, promovendo a educação geocientífica por meio de textos e ilustrações que contam a história geológica local.

Outro marco importante foi o projeto “Sítios Geológicos e Paleontológicos do Paraná”, desenvolvido em 2003 pelo MINEROPAR (Serviço Geológico do Paraná). Inspirado na proposta dos Caminhos Geológicos, esse programa também incluiu a instalação de painéis informativos e a organização de roteiros turísticos em áreas geologicamente relevantes, com apoio de instituições públicas e privadas (Piekarz; Liccardo, 2006).

O período entre 2004 e 2008 foi particularmente produtivo para o avanço do geoturismo no país, impulsionado por publicações como o livro Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo (Nascimento *et al.*, 2008), a criação do site www.geoturismobrasil.com, e a tese de doutorado de Jasmine Moreira (Moreira, 2008). A partir daí, os estudos e publicações sobre o tema passaram a se multiplicar, tanto em periódicos nacionais quanto internacionais, colocando o Brasil em destaque na produção científica mundial sobre geoturismo.

Nesse contexto, o Brasil passou a integrar a rede global de geoparques da UNESCO com o Geoparque Araripe, o primeiro das Américas e do Hemisfério Sul. Em 2004, durante um congresso em Araxá, foi realizado o primeiro simpósio específico sobre patrimônio geológico no âmbito da Geologia brasileira. Já em 2006, a CPRM lançou o Programa Geoparques do Brasil, que indicou 30 áreas com potencial para esse tipo de reconhecimento. No mesmo ano, o XLIII Congresso Brasileiro de Geologia sediou o Simpósio 17, intitulado Geoconservação e Geoturismo - Uma Nova Perspectiva para o Patrimônio Natural, marcando simbolicamente a “maioridade” dessa temática no país.

Relação entre Geoturismo, Geopatrimônio e Geoconservação.

O patrimônio, de modo geral, refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais que representam a identidade e a memória de uma sociedade. Quando se trata de elementos naturais com relevância geocientífica, o termo mais adequado é “geopatrimônio”, que diz respeito às feições geológicas notáveis, como afloramentos, fósseis, estruturas geomorfológicas e minerais, cujo valor ultrapassa o campo da geologia e se estende ao conhecimento e à educação ambiental (Brilha, 2005). A valorização do geopatrimônio não apenas contribui para a promoção da identidade territorial, mas também amplia as possibilidades de uso turístico com base no conhecimento científico.

Para que essa valorização não comprometa a integridade dos sítios geológicos, é essencial a adoção de práticas de geoconservação, que incluem ações voltadas à proteção, ao manejo e à educação sobre o patrimônio geológico. A geoconservação, nesse sentido, é a base ética e metodológica que garante a sustentabilidade das práticas geoturísticas, ao mesmo tempo em que fortalece a consciência pública sobre a importância da geodiversidade (Meira *et al.*, 2016).

O geoturismo, ao se apoiar no geopatrimônio como principal recurso atrativo, contribui não apenas para a conservação desses bens, mas também para o fortalecimento da identidade local e para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Ele transforma o conhecimento geocientífico em uma experiência interpretativa acessível ao público, promovendo uma conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio natural (Gray, 2013).

Além disso, o geoturismo favorece a integração entre os patrimônios natural e cultural, especialmente em áreas onde os valores geológicos influenciaram diretamente a ocupação humana, as práticas culturais e os modos de vida. Nesses casos, o geopatrimônio é parte essencial do patrimônio integrado de um território, reforçando a ideia de uma abordagem holística para o turismo, a conservação e o planejamento territorial (Carcavilla *et al.*, 2008).

A interdependência entre esses três conceitos evidencia a necessidade de abordagens interdisciplinares e colaborativas. O geoturismo depende da existência e da integridade do geopatrimônio, o qual, por sua vez, exi-

ge estratégias eficazes de geoconservação. Quando bem articuladas, essas práticas não apenas fomentam o turismo sustentável, como também promovem educação ambiental, participação comunitária e conservação da natureza em longo prazo.

Ponderação e Quantificação do Potencial Geoturístico

A quantificação do potencial geoturístico é uma etapa essencial nos processos de planejamento e gestão do patrimônio geológico. Para que esse processo seja metodologicamente robusto e aplicável em diferentes contextos territoriais, é necessário definir critérios objetivos, atribuir pesos relativos à sua importância e aplicar técnicas de integração espacial. Esse procedimento garante transparência, comparabilidade e replicabilidade nos diagnósticos.

A avaliação do potencial geoturístico tem como objetivo identificar, classificar e priorizar áreas ou geossítios com vocação para o turismo geocientífico, considerando atributos naturais, culturais, educativos e infraestruturais (Brilha, 2016). Para tanto, utiliza-se frequentemente a técnica de análise multicritério ponderada, que permite integrar diferentes indicadores por meio de sistemas de informação geográfica (SIG) e modelagem espacial.

A ponderação consiste na atribuição de pesos aos critérios utilizados, refletindo sua relevância relativa para o contexto avaliado. Esses pesos são definidos a partir de abordagens participativas (como consulta a especialistas), técnicas quantitativas (como o método AHP – Analytic Hierarchy Process), ou com base em modelos já consolidados na literatura (Kubalikova, 2016).

A soma ponderada dos valores atribuídos a cada critério resulta em um Índice de Potencial Geoturístico (IPG), que pode ser representado em mapas temáticos classificados em escalas como: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.

Referências de Metodologias de Avaliação Geoturística com Base em Dados Secundários

Ainda são escassas metodologias consolidadas que permitam avaliar o potencial geoturístico a partir de dados secundários, ou seja, aqueles já existentes, provenientes de bases geológicas, ambientais, cartográficas, tu-

rísticas e demográficas. A ausência de metodologias padronizadas e adaptáveis às realidades locais representa uma lacuna significativa na pesquisa e na prática do geoturismo.

Como referência relevante, a tese de Carvalho (2025) teve como objetivo central desenvolver modelos espaciais para avaliar o potencial de atratividade (geo)turística ao longo da Estrada Real da Bahia, articulando-a aos projetos de geoparques Morro do Chapéu, Serras do Sincorá e Alto Rio de Contas. O trabalho envolveu, entre outras etapas, uma revisão bibliométrica sobre métodos de identificação da atratividade geoturística, a análise conceitual da atratividade aplicada ao patrimônio geológico, o mapeamento de trechos da Estrada Real, o inventário georreferenciado de geossítios e infraestrutura turística e a elaboração de um modelo espacial para identificar áreas de maior potencial, culminando na proposição de roteiros integrando os três geoparques. A abordagem reforça a pertinência de metodologias adaptadas ao contexto brasileiro e baseadas em dados secundários, objetivo que converge diretamente com a proposta desta pesquisa.

A Plataforma GEOSSIT e o Inventário Oficial de Geossítios no Brasil

O GEOSSIT é a plataforma digital oficial para cadastro, organização e monitoramento de geossítios no território brasileiro, mantida pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB). Criada com o objetivo de unificar e disponibilizar publicamente os dados referentes ao patrimônio geológico nacional, a plataforma oferece uma base robusta para a produção científica, projetos de extensão e propostas de gestão territorial (SGB, 2024).

Ao acessar o GEOSSIT, o usuário encontra uma interface que permite realizar buscas por geossítios utilizando filtros como estado, município, temática geológica, status de validação e palavras-chave. Cada registro contém campos detalhados, como coordenadas geográficas, descrição geológica, imagens, bibliografia, riscos de degradação, potencial geoturístico e recomendações para conservação. Isso torna a base especialmente útil para pesquisadores que pretendem aplicar metodologias de avaliação ou realizar estudos comparativos entre diferentes áreas do país.

A plataforma organiza os geossítios segundo o grau de validação, em quatro categorias principais segundo o Quadro 01:

Quadro 1 - Status de Validação dos Geossítios na Plataforma GEOSSIT.

Status	Descrição	Nível de Validação
Em análise	Registro ainda não validado. Considerado registro precário, não confiável para fins de pesquisa, planejamento ou divulgação. Aguarda análise técnica da equipe da plataforma.	Sem validação
Consistido	Dados passaram por uma verificação básica de consistência, sem julgamento de mérito. Inclui checagem de conteúdo obrigatório, qualidade gráfica, referências bibliográficas, coerência interna e localização espacial. Não implica validação do valor geológico ou geoturístico.	Nível 1
Validado	Registro revisado por dois ou mais especialistas da área temática ou da localidade, incluindo análise de mérito e conteúdo técnico. É o primeiro nível em que o geossítio passa a ser considerado uma proposta válida dentro da base oficial do GEOSSITE.	Nível 2
Homologado	Sítio com validação plena, geralmente vinculado ao SIGEP (Sistema de Informações sobre o Patrimônio Geológico do Brasil), já analisado pela Comissão Técnica. Pode ter sido cadastrado pelo próprio autor do SIGEP ou por terceiros com validação anterior. Representa o nível máximo.	Nível 3

Fonte: Plataforma GEOSSIT / Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM). Disponível em: <https://sgb.gov.br/geossit/geossitios>.

Mapa do Turismo Brasileiro 2025

O Mapa do Turismo Brasileiro 2025 lançado pelo Ministério do Turismo (MTur), representa uma ferramenta estratégica de planejamento que reconhece, organiza e estrutura as regiões turísticas do país com base em critérios de desempenho econômico, governança local e infraestrutura mínima. Este instrumento não apenas orienta o direcionamento de políticas públicas e investimentos federais, mas também permite análises complementares para o desenvolvimento de nichos específicos do turismo, como o geoturismo, particularmente relevante em estados com alta geodiversidade, como a Bahia (Ministério do Turismo, 2025).

A Bahia, com seus 417 municípios, teve 150 cidades incluídas no Mapa do Turismo 2025, organizadas em 13 regiões turísticas reconhecidas oficial-

mente, incluindo Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Sertão do São Francisco e Caminhos do Sertão. A inserção desses municípios no Mapa pressupõe que eles já demonstram vocação turística consolidada ou em expansão, além de infraestrutura mínima e articulação regional – fatores essenciais para o desenvolvimento do geoturismo sustentável (SECTUR-BA, 2025).

A leitura integrada do Mapa permite também a recomendação estratégica de novas áreas para inclusão em roteiros geoturísticos, mesmo que ainda não plenamente reconhecidas como polos turísticos. Por exemplo, municípios como Piatã, Abaíra, Caetitê, Rio de Contas e Morro do Chapéu apresentam notável riqueza geológica e cultural, mas carecem de políticas específicas de valorização geoturística. A inclusão dessas localidades em regiões turísticas formais abre a possibilidade de acesso a recursos do MTur e à elaboração de projetos intermunicipais com foco em educação ambiental, turismo de base comunitária e conservação do patrimônio natural (Brazil, 2007).

Além disso, o Mapa do Turismo Brasileiro 2025 favorece o diálogo entre gestores públicos, pesquisadores, geólogos e empreendedores locais, criando um ambiente institucional mais propício à implantação de geoparques, trilhas interpretativas, museus geocientíficos e circuitos geoturísticos.

Em síntese, o Mapa do Turismo Brasileiro 2025 configura-se como um instrumento auxiliar importante para a recomendação e planejamento de áreas com potencial geoturístico na Bahia, desde que sua aplicação seja integrada a dados técnicos da geodiversidade e processos participativos locais. Essa abordagem multiescalar contribui para a valorização do patrimônio geológico baiano, ao mesmo tempo que promove um modelo de turismo sustentável, educativo e inclusivo.

Cartografia Temática e Modelagem Espacial Aplicadas ao Geoturismo

A cartografia temática é uma ferramenta essencial para representar e compreender a complexidade do território, integrando aspectos da geodiversidade com elementos culturais, ambientais e infraestruturais que influenciam o geoturismo (Rizzatti *et al.* 2023). Quando combinada com modelagem espacial por meio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), possibilita a análise dos padrões territoriais e a integração de variáveis como acessibili-

dade, relevância científica, estado de conservação, valor estético, infraestrutura turística e potencial educativo dos geossítios (Almeida *et al.* 2015). Essa abordagem resulta na elaboração de mapas-síntese de potencial geoturístico, que servem como instrumentos estratégicos para o planejamento turístico, a conservação ambiental e a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à valorização do patrimônio geológico.

CAPÍTULO 3 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: ABORDAGEM, ETAPAS E PROCEDIMENTOS

Introdução

Este capítulo é dedicado à apresentação da metodologia adotada ao longo da pesquisa, descrevendo os caminhos percorridos desde a formulação teórica até a proposição de um modelo original de avaliação do potencial de uso geoturístico estratégico com base em dados secundários. Mais do que um conjunto de técnicas, a metodologia aqui sistematizada reflete o esforço de integrar diferentes fontes de informação, escalas de análise e perspectivas interdisciplinares, articulando geociências, turismo e planejamento territorial.

Ao longo dos capítulos anteriores, foram discutidas as bases conceituais da pesquisa e os contextos geográficos e institucionais em que ela se insere. Com isso, tornou-se necessário explicitar, neste capítulo, os procedimentos adotados para operacionalizar os objetivos da investigação.

O capítulo está estruturado em duas partes principais: (i) a apresentação da abordagem metodológica geral da pesquisa; e (ii) a descrição das etapas seguidas, suas finalidades e produtos gerados.

Abordagem Metodológica Geral

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, exploratória e aplicada, orientada à compreensão crítica das relações entre geodiversidade, planejamento territorial e instrumentos de gestão do turismo. Trata-se de um estudo de base interdisciplinar, que articula fundamentos da geografia, geociências e turismo, com ênfase na análise territorial.

O uso de dados secundários oficiais, como os provenientes do GEOSITE (Serviço Geológico do Brasil), do Mapa do Turismo Brasileiro

(Ministério do Turismo), A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), do IBGE e de outras bases públicas estaduais, constitui a espinha dorsal da investigação. Esses dados foram organizados, sistematizados e interpretados a partir de critérios definidos com base na literatura especializada

e nas metodologias nacionais e internacionais de avaliação geoturística.

A análise foi conduzida em múltiplas escalas, com ênfase no território baiano, utilizando cruzamentos temáticos e espaciais para integrar as informações geocientíficas aos instrumentos de categorização turística. Ao longo do processo, foram privilegiados procedimentos de análise qualitativa dos conteúdos, com suporte em matrizes comparativas, quadros analíticos e leitura crítica das plataformas estudadas. A pesquisa também foi guiada por princípios de reprodutibilidade e aplicabilidade, com vistas à elaboração de uma proposta metodológica original que pudesse ser utilizada por gestores públicos, pesquisadores e instituições turísticas e ambientais.

Etapas da Pesquisa

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa foi construído em etapas sucessivas, porém interdependentes, articulando levantamento teórico, organização de dados, análise territorial e proposição técnica. A investigação teve início com um extenso mapeamento das metodologias nacionais e internacionais voltadas à avaliação do potencial geoturístico. Esse levantamento permitiu identificar lacunas importantes nos modelos existentes, sobretudo no que diz respeito à sua adaptação a realidades territoriais complexas, como a do estado da Bahia.

Com base nessa revisão crítica, passou-se à organização das bases de dados secundárias, envolvendo informações geocientíficas e turísticas provenientes de plataformas oficiais como GEOSSIT, Mapa do Turismo Brasileiro 2025, CBPM. Essa etapa foi fundamental para estruturar um banco de dados georreferenciado, que permitisse tanto análises temáticas quanto representações espaciais integradas.

Em seguida, a pesquisa avançou para a análise da geodiversidade baiana em diálogo com os processos de regionalização turística institucionalizada no Estado. A articulação entre os elementos do patrimônio geológico e as zonas turísticas reconhecidas permitiu construir um diagnóstico territorial que revelou tanto áreas com elevado potencial geoturístico quanto regiões negligenciadas pelos instrumentos formais de planejamento.

A partir desse panorama, foi possível realizar uma avaliação crítica da plataforma GEOSSIT em sua aplicação à realidade baiana. Essa análise envolveu a leitura sistemática dos dados cadastrados, o exame das categorias de classificação utilizadas e a identificação de limitações quanto à sua aplica-

bilidade no campo do planejamento turístico. Ao mesmo tempo, observou-se o potencial da ferramenta como base para uma proposta mais integrada e voltada à gestão territorial.

O passo seguinte consistiu no cruzamento dessas informações com o Mapa do Turismo Brasileiro 2025, no intuito de verificar a articulação ou a desconexão entre os dados geocientíficos e os instrumentos federais de categorização dos municípios turísticos. Essa sobreposição temática revelou importantes desequilíbrios, ao mesmo tempo em que apontou caminhos para o aprimoramento da governança geoturística.

Por fim, com base em todas as análises anteriores, elaborou-se uma proposta original de avaliação integrada do potencial geoturístico: a matriz GEO-TUR, estruturada a partir de critérios objetivos, notas padronizadas e pesos diferenciados. Como desdobramento técnico e institucional, também foi concebida a ideia da proposta de uma ferramenta digital interativa, que permita aplicar a metodologia de modo acessível e transparente, fortalecendo sua utilidade tanto para a pesquisa científica quanto para a gestão pública e a valorização do patrimônio geológico.

Para facilitar a visualização de como a pesquisa foi organizada, o Quadro 2 resume todas as etapas realizadas. Ele mostra, de forma simples e direta, o que foi feito em cada momento do trabalho, qual era o objetivo principal daquela etapa e o que foi produzido ao final. Essa visão ajuda a entender como as partes da pesquisa se conectam e como cada passo contribuiu para alcançar os resultados finais.

Quadro 2 - Etapas da Pesquisa, Objetivos e Produtos Gerados.

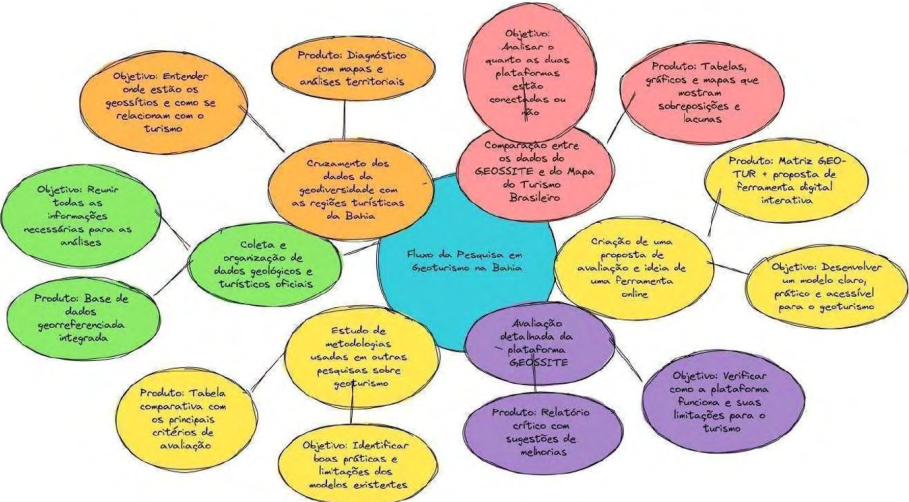
Etapas	O que foi feito	Objetivo	Produto
1	Estudo de metodologias usadas em outras pesquisas sobre geoturismo	Identificar boas práticas e limitações dos modelos existentes	Tabela comparativa com os principais critérios de avaliação
2	Coleta e organização de dados geológicos e turísticos oficiais	Reunir todas as informações necessárias para as análises	Base de dados georreferenciada integrada
3	Cruzamento dos dados da geodiversidade com as regiões turísticas da Bahia	Entender onde estão os geossítios e como se relacionam com o turismo	Diagnóstico com mapas e análises territoriais

Etapas	O que foi feito	Objetivo	Produto
4	Avaliação detalhada da plataforma GEOSSIT	Verificar como a plataforma funciona e suas limitações para o turismo	Relatório crítico com sugestões de melhorias
5	Comparação entre os dados do GEOSSIT e do Mapa do Turismo Brasileiro	Analisar o quanto as duas plataformas estão conectadas ou não	Tabelas, gráficos e mapas que mostram sobreposições e lacunas
6	Criação de uma proposta de avaliação e ideia de uma ferramenta online	Desenvolver um modelo claro, prático e acessível para o geoturismo	Matriz GEO-TUR + proposta de ferramenta digital interativa

Fonte: Elaboração própria.

O fluxograma a seguir (Figura 1) ilustra de forma visual esse encadeamento, mostrando o que foi feito, o objetivo de cada etapa e o produto resultante, permitindo uma compreensão mais clara do processo da pesquisa em geoturismo.

Figura 1 - Etapas da Pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 4 — ANÁLISE DA GEODIVERSIDADE E REGIONALIZAÇÃO TURÍSTICA DA BAHIA: PERSPECTIVAS PARA O GEOTURISMO A PARTIR DE DADOS SECUNDÁRIOS

O presente capítulo baseia-se em uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentada no uso de dados secundários, com o objetivo de analisar a geodiversidade da Bahia e seu potencial geoturístico a partir da integração entre informações geológicas, turísticas e territoriais. O uso de dados secundários, como relatórios técnicos, bases cartográficas, repositórios de geossítios e sistemas de monitoramento do turismo, permite estabelecer relações entre diferentes variáveis sem a necessidade de levantamento primário em campo, respeitando os limites e as possibilidades do escopo da pesquisa.

Geodiversidade do Estado da Bahia: Análise Integrada

A geodiversidade da Bahia representa uma das maiores expressões da história geológica do território brasileiro, reunindo formações rochosas antigas, diversidade geomorfológica e vastos recursos minerais e hídricos. Esse patrimônio natural, construído ao longo de bilhões de anos, é essencial para o planejamento territorial, a gestão de recursos naturais e a conservação do meio físico. A análise da geodiversidade permite compreender a relação entre os elementos geológicos e suas implicações para a ocupação humana, os riscos ambientais e as potencialidades econômicas. Com base no estudo técnico desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2010) e complementado por dados da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e literatura científica especializada, este texto apresenta uma interpretação original da geodiversidade baiana e suas aplicações.

Componentes Fundamentais da Geodiversidade Baiana

A geodiversidade do estado da Bahia pode ser descrita por meio de cinco componentes principais: litologia, relevo, solos, tectônica e recursos minerais. Cada um desses elementos fornece informações essenciais para o entendimento da paisagem, da aptidão territorial e das estratégias de desenvolvimento sustentável. A seguir, apresenta-se o Quadro 03 com os principais componentes geológicos da Bahia, exemplos representativos e suas respectivas importâncias.

Quadro 3 - Componentes Geológicos principais da Geodiversidade Baiana.

Componente	Exemplos na Bahia	Importância
Litologia	Gnaisses, granitos, metassedimentos, dolomitos	Base física do território, recursos par a mineração e construção
Relevo	Chapadas, planaltos, inselbergs, planícies fluviais	Condição para ocupação urbana e uso agrícola
Solos	Latossolos, neossolos, luvisolos	Aptidão agrícola, risco de erosão, conservação ambiental
Tectônica	Falhas, zonas de cisalhamento, dobras	Influência na estabilidade do solo e risco geológico
Recursos Minerais	Ouro, ferro, níquel, fosfato, água subterrânea	Base para a economia extrativa e abastecimento hídrico

Fonte da Tabela: Elaborada pelo autor com base em CPRM (2009), CBPM (2010), Pereira (2016).

Evolução Geológica do Estado da Bahia

A história geológica da Bahia é marcada por uma sucessão de eventos tectônicos e sedimentares que remontam ao Arqueano, posicionando o estado como um dos territórios com registro mais antigo e completo da evolução da crosta continental brasileira. Essa trajetória se expressa em formações geológicas diversas, estruturadas em domínios arqueanos, cinturões orogênicos proterozoicos, bacias sedimentares fanerozoicas e unidades recentes do Cenozoico (Brito *et al.* 2012; CBPM, 2010). Quadro 4.

Quadro 4 - História Geológica da Bahia.

Período/Evento	Descrição	Formações/Unidades
Arqueano e Paleo-proterozoico	Formação do embasamento do Cráton do São Francisco, com colisão de blocos crustais e eventos colisionais.	Complexos Gavião, Jequié, Serrinha e Itabuna–Salvador–Curaçá; Faixas Salvador–Curaçá e Rio de Contas–Jequié
Mesoproterozoico	Rifteamento intracratônico com deposição do Supergrupo Espinhaço.	Arenitos, siltitos e ferruginosos (Chapada Diamantina)
Neoproterozoico	Sedimentação marinha e costeira do Supergrupo São Francisco.	Dolomitos, calcários, folhelhos (região de Irecê)
Fanerozoico (Mesozoico)	Fragmentação do Gondwana com formação de bacias rifte associadas a estágios pré, sin e pós-rifte.	Bacias do Recôncavo, Tucano, Jatobá e Uruçuia; arenitos, folhelhos, evaporitos
Cenozoico (Neógeno–Quaternário)	Rejuvenescimento do relevo, formação de escarpas e depósitos sedimentares recentes.	Formação Barreiras, dunas fósseis, terraços marinhos, lateritas

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brito et al. (2012), CBPM (2010).

A evolução geológica da Bahia resume os principais processos que moldaram o Brasil central: formação e estabilização do cráton, desenvolvimento de bacias sedimentares e soerguimento cenozoico. Essa história geológica explica a diversidade de rochas, estruturas, solos e paisagens do estado, e fundamenta o uso sustentável do território, a mineração, a geoconservação e o planejamento regional (CBPM, 2010; CPRM, 2009).

Domínios Geológico-Ambientais na Bahia

A Bahia destaca-se por sua rica diversidade geológica, que constitui a base física de paisagens naturais de grande valor cênico, educativo e científico. Esse substrato geológico é diretamente responsável por moldar feições únicas que hoje se configuram como atrativos turísticos naturais – cavernas, falésias, cânions, cachoeiras e serras. A análise dos pontos de interesse geoturístico no estado revela uma correlação clara entre domínios geológico-ambientais específicos e a distribuição espacial dos atrativos naturais.

Para compreender essa relação, é essencial conhecer os principais domínios geológico-ambientais da Bahia, definidos a partir da litologia, estrutura e história geológica das formações presentes no território. Esses domínios representam unidades distintas com características morfoestruturais e potencialidades geoturísticas diferenciadas representadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Domínios Geológico-Ambientais da Bahia e suas Características.

Domínio Geológico-Ambiental	Características e Localização Típica
Sedimentos cenozoicos inconsolidados ou pouco consolidados	Ambientes marinhos costeiros e planícies aluvionares; relevante no litoral da Bahia
Coberturas sedimentares proterozoicas pouco dobradas e metamorizadas	Chapada Diamantina; formações como quartzitos e arenitos com relevo escarpado
Formações carbonáticas neoproterozoicas	Regiões cársticas, como Iraquara e Campo Formoso; presença de cavernas e dolinas
Sedimentos cenozoicos eólicos	Região do médio São Francisco; dunas fósseis e feições paleoambientais
Complexos alcalinos intrusivos e extrusivos	Relevos movimentados e domos como o de Itiúba
Sequências vulcano-sedimentares tipo greenstone belt	Domínios metalogenéticos no centro-sul da Bahia; presença de cinturões de rochas metamorizadas
Domínio dos corpos máfico-ultramáficos	Regiões com registros de dunitos, peridotitos, gabros e anortositos
Coberturas cenozoicas detrito-lateríticas	Planaltos interiores com baixa expressividade geoturística
Sedimentos cenozoicos retrabalhados	Planícies de inundação com sedimentos jovens e mal expostos

Fonte: Adaptado de CPRM (2010)– Serviço Geológico do Brasil. Geodiversidade do Estado da Bahia. Capítulo 6 – Geoturismo.

Os domínios descritos servem como base para avaliar o potencial geoturístico das diferentes regiões do estado. Áreas com relevos escarpados sobre rochas resistentes, presença de formações cársticas ou sistemas vulcano-sedimentares tendem a concentrar um maior número de atrativos com valor interpretativo, científico e paisagístico.

Geoparques na Bahia: Territórios Potenciais e Perspectivas de Criação

A Bahia se destaca no cenário nacional por reunir um conjunto expressivo de territórios com elevado potencial para a criação de geoparques, conforme os critérios da UNESCO. O Estado apresenta uma notável diversidade geológica, aliada à riqueza cultural, histórica e paisagística, condições que favorecem a construção de projetos de geoconservação articulados com o desenvolvimento sustentável e o geoturismo.

Diversos projetos já foram desenvolvidos por instituições como o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), pesquisadores independentes e universidades. Destacam-se tanto iniciativas pioneiras, como o projeto de Morro do Chapéu, quanto novas propostas mapeadas por pesquisadores como Giudice (2023), que ampliam o escopo territorial e temático da geodiversidade baiana. A seguir, são descritos os principais projetos de geoparques na Bahia na Figura 2, organizados por relevância temática e institucional.

- Geoparque Morro do Chapéu

Com proposta consolidada desde 2012 pela CPRM, é o território mais estruturado para futura certificação na Bahia. Apresenta uma densa concentração de geossítios ligados ao Mesoproterozoico e ao Neoproterozoico, com presença de estromatólitos, depósitos glaciais e vestígios de vida primitiva. O território também conta com unidades de conservação e infraestrutura de pesquisa geológica (CPRM, 2012).

- Geoparque Chapada Diamantina

Situado na região oriental da Chapada, abrange áreas como o Morro do Pai Inácio e o Poço Encantado. Possui forte atratividade turística e combina relevância estratigráfica, paleoambiental e histórico-cultural, com registros ligados à mineração de diamantes (CPRM, 2012). A proposta, embora não formalizada, tem potencial institucional expressivo.

Figura 2 - Mapa de Projetos Geoparques do CPRM 2012.



Fonte: CPRM (2012)– Serviço Geológico do Brasil. Geodiversidade do Estado da Bahia.

- Geoparque Canudos

Situado no Nordeste baiano, é uma proposta relevante pela sua expressiva dimensão histórica e geocultural. O território inclui o Meteorito de Bendegó, inselbergs de Monte Santo e sítios arqueológicos da Guerra de Canudos. Destaca-se por integrar aspectos geológicos, metalogenéticos e antropológicos (CPRM, 2012).

- Geoparque Alto Rio de Contas

Localizado no extremo sul da Chapada Diamantina, o território reúne registros vulcânicos e sedimentares do Paleoproterozoico e Mesoproterozoi-

co, além de sítios de valor histórico, como o Caminho Real. Apesar do potencial, a proposta permanece incipiente e com baixa articulação institucional (CPRM, 2012).

- Geoparque São Desidério

No oeste baiano, o município se destaca por seus cânions, grutas e formações em arenitos de beleza cênica. A proposta é mencionada como emergente na plataforma Propostas de Geoparques no Brasil – Geoparque Costões e Lagunas (2024) e reforçada por estudos anteriores, mas carece de consolidação técnica e articulação regional.

- Geoparque Serra do Sincorá

Inserido na porção central da Chapada Diamantina, contempla áreas de grande valor paisagístico e geomorfológico, além de ser rota tradicional de ecoturismo. A proposta ainda está em fase embrionária, mencionada como de interesse no levantamento do Geoparque Costões e Lagunas (2024).

- Geoparque Paulo Afonso

Segundo Giudice (2023), o município de Paulo Afonso, em conjunto com Jeremoabo, compõe um território promissor, com cânions, cachoeiras, grutas, inscrições rupestres e vestígios da história do cangaço. A proposta apresenta ênfase na geodiversidade, mas também na educação patrimonial e valorização de comunidades locais. A proposta está inserida no contexto tectônico da Província Borborema.

- Geoparque Inselbergues de Itatim-Milagres

Composto por morros graníticos (inselbergs) de grande impacto visual, o território é indicado como promissor para o geoturismo e a educação ambiental. A proposta é abordada por Giudice (2023) com base em formações geomorfológicas isoladas e relevos residuais.

- Geoparque Serra de Jacobina / Tombador

Situada em uma região com rica história mineradora e sítios arqueológicos, a proposta envolve cachoeiras, minas de ouro e grutas. Aponta potencial para o turismo científico, histórico e cultural (Giudice, 2023).

- Geoparque Palmas de Monte Alto

Abrangendo os municípios de Palmas de Monte Alto e Guanambi, apresenta sítios arqueológicos, inscrições rupestres, grutas e antigos caminhos coloniais (Tacambira). Segundo Giudice (2023), possui alto valor para a integração entre arqueologia, história e geodiversidade.

- Geoparque Chapadões do Oeste

Abrange áreas ainda pouco detalhadas no oeste baiano, mas indicadas como prioritárias para estudos iniciais, segundo Giudice (2023). Sua caracterização geológica e institucional ainda está em fase de diagnóstico.

A seguir, apresenta-se o Quadro 6, síntese dos projetos com seus principais atributos.

Quadro 6 - Projetos de Geoparques na Bahia.

Nome do Geoparque	Localização Principal	Destaques Geológicos e Culturais	Potencialidades
Paulo Afonso	Paulo Afonso e Jeremoabo	Cânions, cachoeiras, inscrições rupestres, grutas, história do canção e da hidrelétrica	Geoturismo, educação patrimonial e ecoturismo
Serra de Jacobina / Tombador	Jacobina	Cachoeiras, grutas, minas de ouro, inscrições rupestres, sítios arqueológicos	Mineração histórica, turismo científico e cultural
Canudos	Canudos e municípios vizinhos	Sítios históricos da Guerra de Canudos, inselbergs, meteorito de Bendegó	Valor sociocultural, metalogenia e arqueologia
Inselbergues de Itatim-Milagres	Itatim e Milagres	Morros graníticos (inselbergs), formas de relevo residual, beleza cênica	Geoturismo e ecoturismo
Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto e Guanambi	Serra de Monte Alto, inscrições rupestres, sítios arqueológicos, estrada real, grutas	Geodiversidade, história colonial e arqueologia
Chapadões do Oeste	Oeste da Bahia	Área de potencial reconhecido, mas sem descrição geológica aprofundada	Em fase inicial de estudos
Morro do Chapéu	Morro do Chapéu e entorno	18 geossítios, registros geológicos do Proterozoico, mineração e estromatólitos	Proposta consolidada, com apoio da CPRM
Serra do Sincorá	Lençóis, Mucugê, Palmeiras	Geomorfologia, beleza cênica, rota ecoturística consolidada	Proposta embrionária
Alto Rio de Contas	Rio de Contas	Estratigrafia e vulcanismo do Proterozoico, patrimônio histórico	Potencial turístico, proposta incipiente

Nome do Geoparque	Localização Principal	Destaques Geológicos e Culturais	Potencialidades
São Desidério	São Desidério	Grutas, cânions, formações em arenito e sítios arqueológicos	Ecoturismo estruturado, proposta técnica em consolidação
Chapada Diamantina	Região oriental da Chapada	Geomorfologia, mineração de diamantes, Parque Nacional	Potencial elevado para geoturismo e conservação

Fonte: Elaborado pela autora com base em CPRM (2012), Giudice (2023), Propostas de Geoparques no Brasil – Geoparque Costões e Lagunas (2024).

O Quadro revela um panorama robusto de oportunidades para a criação de geoparques na Bahia. Os territórios se destacam por diferentes atributos:

1. Diversidade temática: algumas propostas são centradas na geodiversidade (como Itatim e São Desidério), outras em aspectos histórico-culturais (como Canudos e Palmas de Monte Alto).
2. Distribuição territorial: os projetos estão distribuídos por diferentes regiões da Bahia – chapadas, sertões, áreas costeiras e zonas de transição, o que permite pensar em um sistema regional de geoparques integrados.
3. Estágio de maturidade desigual: enquanto propostas como Morro do Chapéu e Paulo Afonso possuem estrutura mínima, outras ainda demandam estudos de base, inventários e articulações interinstitucionais.
4. Valor estratégico: os geoparques podem contribuir para a diversificação econômica de regiões periféricas, com baixo dinamismo socioeconômico, por meio do turismo sustentável e da valorização dos saberes locais.

Contudo, o avanço dessas propostas depende de investimentos técnicos, apoio institucional, participação comunitária e formação de consórcios locais. O estudo enfatiza que a autonomia de gestão e a capacidade de gerar receitas próprias são fatores críticos para a sustentabilidade desses territórios, evitando a dependência de ingerências governamentais.

Pontos Geoturísticos da Bahia (CPRM, 2010)

O reconhecimento do patrimônio geológico baiano como base para o turismo de natureza antecede o atual sistema de inventário de geossítios. No relatório Geodiversidade do Estado da Bahia, publicado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o Capítulo 6 – Geoturismo apresenta uma listagem com 42 pontos geoturísticos distribuídos por diversas regiões do estado, com destaque para áreas litorâneas, zonas cársticas, escarpas e feições de relevo esculpidas por processos geológicos.

O quadro 7 apresenta esse levantamento, elaborado em 2010, que representa uma abordagem empírica e descritiva, com foco na paisagem e na atratividade turística. No entanto, ainda hoje é amplamente citado em trabalhos científicos e planos turísticos regionais.

Quadro 7 - Pontos Geoturísticos da Bahia.

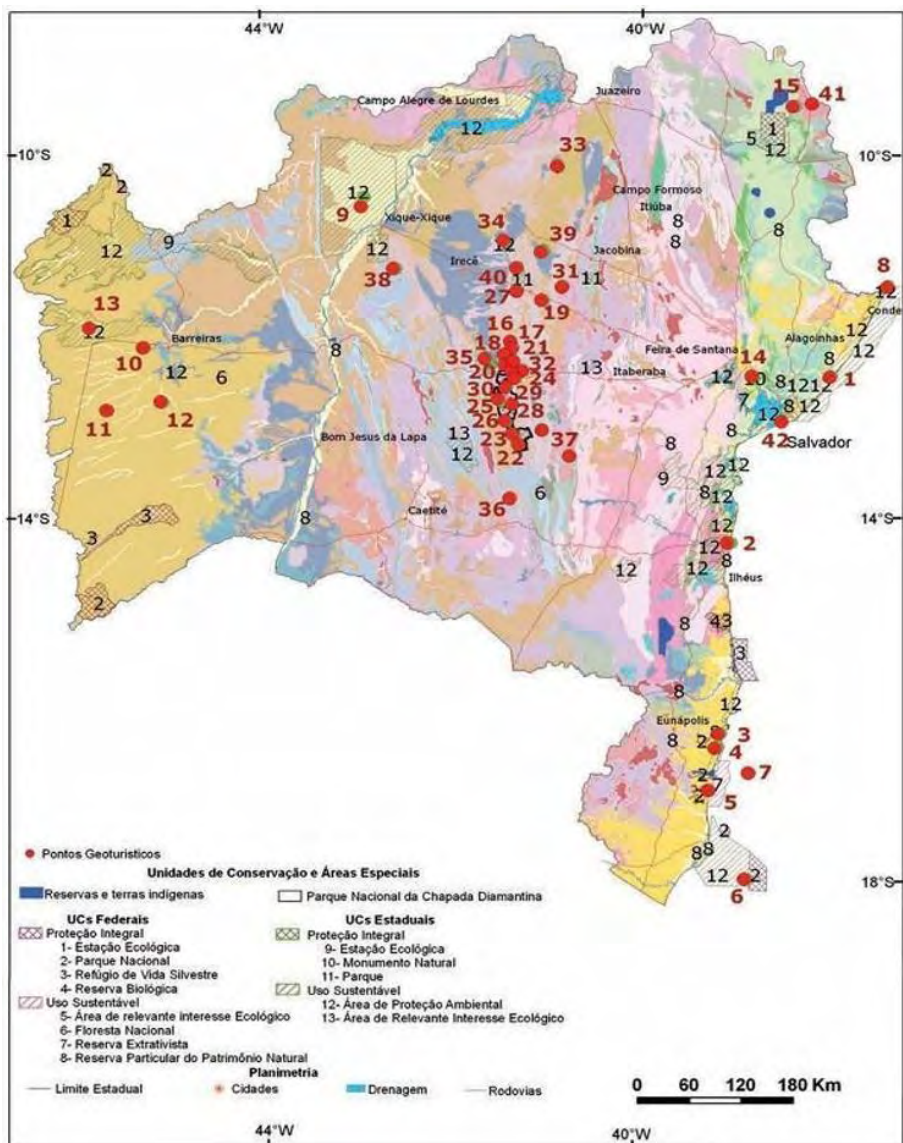
Nº	Ponto Geoturístico (Localização)	Nº	Ponto Geoturístico (Localização)
1	Litoral Norte (Projeto Tamar)	22	Cachoeira do Buracão (Ibicoara)
2	Itacaré	23	Fumacinha (Ibicoara)
3	Costa do Descobrimento	24	Poço do Diabo (Lençóis)
4	Trancoso	25	Ribeirão do Meio (Lençóis)
5	Prado	26	Projeto Sempre Viva (Mucugê)
6	Abrolhos	27	Buraco do Possidônio (Morro do Chapéu)
7	Parque Marinho Recife de Fora	28	Cachoeira Donana (Andaraí)
8	Mangue Seco	29	Gerais do Vieira
9	Dunas Inativas do Médio São Francisco	30	Serra do Sincorá (Chapada Diamantina)
10	Cachoeira do Acaba Vida (Barreiras)	31	Escarpa da Serra do Tombador (Chapada Diamantina)
11	São Desidério	32	Serra das Paridas (Lençóis)
12	Gruta do Buraco do Inferno (São Desidério)	33	Toca da Boa Vista (Campo Formoso)
13	Rio de Ondas (Barreiras)	34	Gruta dos Brejões – Vereda do Romão Gramacho
14	Cânion do Rio Sergi	35	Grutas de Iraquara (Iraquara, Seabra e Palmeiras)
15	Raso da Catarina (Paulo Afonso)	36	Gruta da Mangabeira (Ituaçu)
16	Morro do Camelo (Palmeiras)	37	Poço Encantado (Itaetê)

Nº	Ponto Geoturístico (Localização)	Nº	Ponto Geoturístico (Localização)
17	Morro do Pai Inácio (Palmeiras)	38	Escorrega Gameleira do Assuruá (Gentio do Ouro)
18	Morrão (Palmeiras)	39	Fazenda Arrecife (Várzea Nova)
19	Cachoeira do Ferro Doido (Morro do Chapéu)	40	Fazenda Cristal (Morro do Chapéu)
20	Vale do Paty (Andaraí)	41	Cânion São Francisco (Paulo Afonso)
21	Cachoeira da Fumaça (Lençóis)	42	Escarpa da Falha de Salvador (Salvador)

Fonte: Adaptado de CPRM (2010) – Serviço Geológico do Brasil. Geodiversidade do Estado da Bahia. Capítulo 6 – Geoturismo.

A Figura 3 a seguir apresenta a distribuição espacial dos 42 pontos geoturísticos identificados no território estudado. A visualização cartográfica permite uma melhor compreensão da concentração e diversidade dos geossítios, facilitando o planejamento estratégico para o desenvolvimento do geoturismo sustentável na região.

Figura 3 - Distribuição espacial dos 42 pontos geoturísticos identificados no território estudado.



**Fonte: CPRM (2010) – Serviço Geológico do Brasil.
Geodiversidade do Estado da Bahia.**

CAPÍTULO 6 – GEOTURISMO

A análise integrada desses pontos evidencia que muitos deles estão inseridos em contextos geológicos específicos. Por exemplo, os atrativos localizados na Chapada Diamantina (como o Morro do Pai Inácio, a Fumaça e o Vale do Paty) estão associados a sedimentos proterozoicos, principalmente quartzitos e arenitos da Formação Tombador. Essas litologias, submetidas a longos processos de erosão diferencial, formaram relevos escarpados e vales encaixados, paisagens com forte apelo para o turismo de natureza e para a interpretação geológica.

Já nas regiões cársticas de Iraquara, Campo Formoso e Ituaçu, a presença de formações carbonáticas neoproterozoicas propiciou o desenvolvimento de feições como dolinas e cavernas, com destaque para a Toca da Boa Vista, as Grutas de Iraquara e a Gruta da Mangabeira (todas com elevado valor espeleológico e educativo).

No litoral, o domínio de sedimentos cenozoicos inconsolidados, como a Formação Barreiras, é responsável pela formação de falésias, terraços marinhos e dunas fósseis, compondo paisagens de grande interesse geoturístico e ambiental, como ocorre em Trancoso, Abrolhos e Prado.

O quadro 8 apresenta exemplos de Pontos Geoturísticos da Bahia e seus Domínios Geológico-Ambientais. A vinculação entre os pontos e os domínios geológicos permite não apenas compreender a distribuição do geoturismo baiano, mas também fundamentar estratégias de planejamento e valorização territorial. Ao integrar dados de geodiversidade com inventários turísticos, torna-se possível propor roteiros temáticos, delimitar áreas de geoconservação e estruturar geoparques com base em critérios objetivos.

Além disso, observa-se que diversas dessas áreas coincidem com Unidades de Conservação, ampliando sua relevância ecológica e sua capacidade de atrair fluxos turísticos sustentáveis. Essa integração representa uma oportunidade para consolidar o geoturismo como eixo de desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que promove a proteção do patrimônio natural e a geração de conhecimento geocientífico acessível ao público.

Quadro 8 - Exemplos de Pontos Geoturísticos da Bahia e seus Domínios Geológico-Ambientais.

Ponto Geoturístico	Município / Região	Domínio Geológico-Ambiental
Morro do Pai Inácio	Palmeiras (Chapada Diamantina)	Sedimentos Proterozoicos – Formação Tombador (arenitos, conglomerados, paleopláceres)
Poço Encantado	Itaetê	Carbonatos Neoproterozoicos – Feições cársticas com afloramento freático
Grutas da Torrinha e de Iraquara	Iraquara / Palmeiras / Seabra	Rochas carbonáticas da Formação Salitre – Domínio Cárstico
Falésias de Tranco-so / Prado / Porto Seguro	Litoral Sul	Sedimentos Cenozoicos Pouco a Moderadamente Consolidados – Formação Barreiras
Parque Marinho de Abrolhos	Extremo Sul (Caravelas)	Sedimentos Bioclásticos Marinhos – Ambientes recifais fossilizados
Dunas do Médio São Francisco	Região de Ibotirama / Barra	Sedimentos Eólicos Cenozoicos – Registros paleoambientais do Quaternário
Escarpa da Falha de Salvador	Salvador	Falhamento geológico ativo – contato entre Bloco Salvador e Plataforma Cristalina
Vale do Paty / Cachoeira da Fumaça / Fumacinha	Andaraí / Lençóis / Ibicoara	Chapada Diamantina – Domínio Proterozoico dobrado e metamorfi-zado (relevo escarpado e vales)

Fonte: Adaptado de CPRM (2010) – Serviço Geológico do Brasil. Geodiversidade do Estado da Bahia. Capítulo 6 – Geoturismo.

Embora a Bahia se destaque no cenário nacional por sua expressiva diversidade geológica, nem todos os domínios identificados no levantamento da geodiversidade estadual apresentam potencial imediato para o desenvolvimento do geoturismo. De acordo com (CPRM, 2010), três dos 23 domínios geológico-ambientais delimitados no território baiano foram classificados como áreas sem potencial geoturístico evidente. Essa classificação se deve, sobretudo, à ausência de feições geológicas expressivas, acessibilidade restrita e/ou baixa atratividade visual e científica desses ambientes. As três áreas destacadas se apresentam no Quadro 9.

Quadro 9 - Áreas da Bahia sem Potencial Geoturístico Evidente.

Área / Domínio	Descrição Geológica e Ambiental	Fatores Limitantes ao Geoturismo
Coberturas Detrito-Lateríticas (Cenozoico)	Formações residuais lateríticas, homogêneas, localizadas em planaltos interiores; recobertas por vegetação ou uso agrícola.	Baixa variação litológica, ausência de feições visíveis e atratividade limitada para visitação.
Sedimentos Cenozoicos Retrabalhados	Depósitos aluvionares e coluvionares, comuns em planícies; geologicamente recentes, pouco expostos e frequentemente alterados por ação humana.	Processos erosivos e ocupação dificultam a geocientífica e a implementação de trilhas.
Rifts Eopaleozoicos Pouco Deformados	Domínios estruturais antigos, com dinâmica geológica pouco visível na superfície; escassas evidências tectônicas ou morfológicas interpretáveis ao público geral.	Ausência de estruturas marcantes, baixo valor estético e científico interpretável para não especialistas.

Fonte: Adaptado de CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Geodiversidade do Estado da Bahia. CPRM, 2010. Cap. 6 – Geoturismo.

A identificação dessas áreas de baixo ou nulo potencial não deve ser interpretada como negativa, mas sim como uma etapa essencial em qualquer processo de planejamento territorial e definição de políticas públicas de turismo sustentável. Além disso, essas zonas podem desempenhar funções complementares na proteção de ecossistemas frágeis, na agricultura ou no abastecimento hídrico, reforçando a necessidade de integração entre geoconservação e outros instrumentos de gestão ambiental.

Regionalização Turística da Bahia e Perspectivas para o Geoturismo

A Bahia se destaca no cenário nacional como um dos principais destinos turísticos do Brasil, não apenas pela diversidade de atrativos naturais e culturais, mas também pela estruturação de políticas públicas voltadas à regionalização do turismo.

A organização territorial dessa atividade econômica é orientada por diretrizes do Ministério do Turismo, que propõe a articulação entre municípios com vocação turística por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT). No contexto baiano, essa proposta se materializa através do Mapa do Turismo da Bahia, um instrumento de gestão que agrupa os municípios em

regiões turísticas, conhecidas também como polos turísticos (Bahia Turismo, 2024).

Estrutura de Regionalização

A regionalização turística da Bahia está estruturada em 13 zonas reconhecidas oficialmente, conforme diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo e do Observatório do Turismo da Bahia apresentadas na Figura 4 e descritas no Quadro 10.

Compreendendo mais de 150 municípios que atendem a critérios técnicos como a existência de atrativos consolidados, infraestrutura básica e gestão turística ativa, essa organização territorial tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do turismo, respeitando as especificidades culturais, econômicas e ambientais de cada região.

Essa divisão territorial, além de orientar políticas públicas e ações de marketing regionalizado, oferece base estratégica para a inserção de novas abordagens turísticas, como o geoturismo. Muitas das zonas turísticas baianas incluem geossítios e áreas de expressiva geodiversidade, o que amplia significativamente o potencial para o desenvolvimento de produtos geoturísticos integrados.

Quadro 10– Zonas Turísticas da Bahia, Atrações e Perfil Turístico.

Zona Turística	Tipo de Atração Predominante	Exemplo de Municípios	Perfil do Turismo
Baía de Todos-os-Santos	Cultural, histórico e náutico	Salvador, Itaparica	Turismo histórico e urbano
Chapada Diamantina	Natural, ecológico e aventura	Lençóis, Mucugê, Palmeiras	Ecoturismo e trilhas
Costa do Cacau	Praias, Mata Atlântica e cultura	Ilhéus, Itacaré	Turismo de sol, praia e literatura
Costa do Descobrimento	Histórico e de praia	Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia	Turismo patrimonial e lazer
Costa das Baleias	Observação da fauna marinha	Prado, Caravelas	Turismo de natureza e científico
Recôncavo	Histórico e religioso	Cachoeira, Santo Amaro	Turismo e cultura afrodescendente.

Zona Turística	Tipo de Atração Predominante	Exemplo de Municípios	Perfil do Turismo
Sertão do São Francisco	Enoturismo caatinga e cultura	Juazeiro, Uauá	Turismo de experiências rurais

Fonte: Observatório do Turismo da Bahia (2023); SEI/BA (2023).

Figura 4 - Mapa das Zonas Turísticas da Bahia.

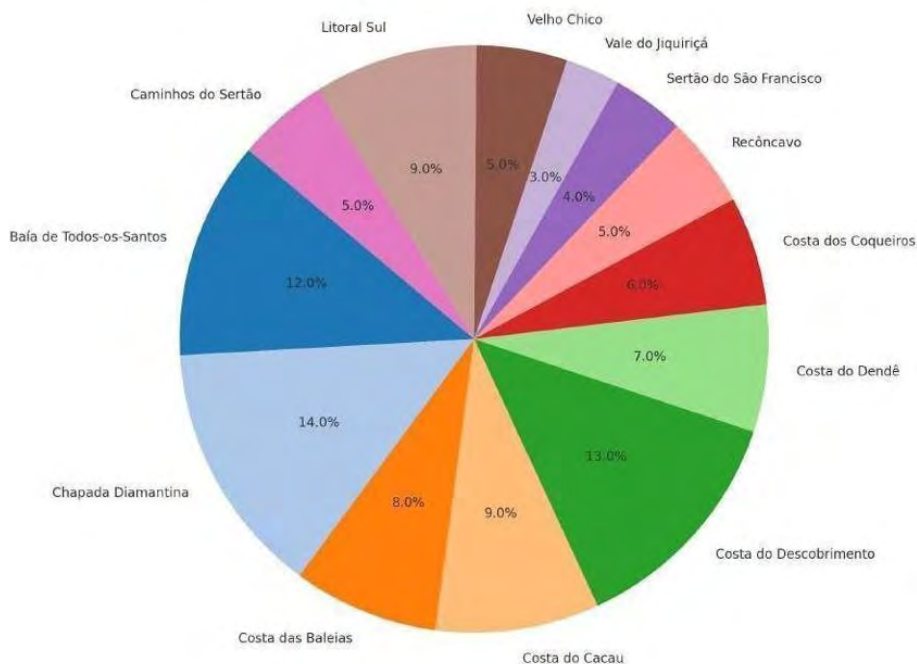


Fonte: <https://www.ba.gov.br/turismo/112/zonas-turisticas>.

O Gráfico 01 abaixo apresenta a distribuição percentual das regiões turísticas da Bahia com base no número de municípios incluídos no Mapa do Turismo Brasileiro 2023, segundo dados do Observatório do Turismo da Bahia. A representação foi feita por meio de um gráfico de setores (pizza), no qual cada fatia corresponde à participação de uma zona turística no conjunto total de municípios turísticos do estado.

Gráfico 1 - Distribuição percentual das regiões turísticas da Bahia com base no número de municípios incluídos no Mapa do Turismo Brasileiro 2023.

Distribuição das Regiões Turísticas da Bahia (2023)



Fonte: Observatório do Turismo da Bahia (2023).

A Chapada Diamantina lidera a participação no conjunto de zonas turísticas da Bahia, concentrando 14% dos municípios com presença de geossítios, o que evidencia sua ampla cobertura territorial e a consolidação de atrativos naturais e históricos. Logo em seguida, destaca-se a Costa do Descobrimento, com 13%, reforçando a importância histórica e paisagística da região, fortemente associada aos marcos iniciais da colonização portuguesa.

A Baía de Todos os Santos, com 12%, também apresenta expressiva representatividade, reflexo de sua relevância histórica, cultural e urbana, especialmente pela presença da capital Salvador e de municípios vizinhos com forte tradição turística e infraestrutura consolidada. As zonas da Costa do Cacau e do Litoral Sul, ambas com 9%, confirmam a atratividade do litoral sul baiano, tradicionalmente reconhecido por suas praias, áreas de mata atlântica e patrimônios culturais associados ao ciclo do cacau.

Com percentuais ainda relevantes, a Costa das Baleias (8%) e a Costa

do Dendê (7%) mantêm destaque entre os destinos costeiros, com ênfase no turismo de natureza, sol e praia, características marcantes dessas regiões. Por outro lado, zonas como o Recôncavo, a Costa dos Coqueiros, o Velho Chico, os Caminhos do Sertão, o Vale do Jiquiriçá e o Sertão do São Francisco apresentam participações mais modestas, variando entre 3% e 6%. Esses percentuais indicam áreas com menor número de municípios turísticos reconhecidos, mas que detêm potencial significativo de crescimento, especialmente quando articulados a estratégias de regionalização e valorização do patrimônio natural e cultural local.

O gráfico permite visualizar a concentração do turismo baiano em determinadas regiões, especialmente o litoral e áreas de alto valor natural e cultural. Ao mesmo tempo, evidencia zonas turísticas emergentes, especialmente no interior, que podem ser fortalecidas por meio de políticas públicas, incentivo ao geoturismo e valorização da geodiversidade.

No contexto do geoturismo, os polos turísticos da Bahia exercem papel estratégico ao ampliar o acesso, a visibilidade e a integração dos geossítios ao mercado turístico.

Salvador, além de capital e porta de entrada internacional, pode atuar como eixo de conexão entre o turismo cultural e a valorização do patrimônio geológico urbano e costeiro. Porto Seguro, com seu apelo histórico, tem potencial para integrar formações geológicas e falésias da Costa do Descobrimento a roteiros educativos e interpretativos (SETUR/BA, 2023). O eixo Ilhéus–Itacaré, voltado ao turismo de natureza, já concentra áreas de geodiversidade relevantes, como falésias, manguezais e formações da Mata Atlântica, propícias ao desenvolvimento do geoturismo interpretativo. Lençóis, na Chapada Diamantina, é o polo mais consolidado em termos de geoturismo, servindo de base para a visitação de cavernas, cânions, trilhas e afloramentos geológicos únicos e já reconhecidos por sua relevância científica e paisagística. Outros municípios como Rio de Contas, Jacobina e Morro do Chapéu também possuem destaque nesse seguimento em âmbito estadual.

Esses polos, ao liderarem o fluxo turístico regional, são fundamentais para estruturar e promover roteiros geoturísticos temáticos, contribuindo para a valorização do patrimônio geológico, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável das regiões envolvidas.

Integração dos Pontos Geoturísticos com as Zonas Turísticas da Bahia

A sistematização apresentada no Quadro 11 demonstra que os 42 pontos geoturísticos da Bahia estão distribuídos de forma heterogênea pelas 13 zonas turísticas definidas pelo Governo do Estado. Essa relação evidencia que, embora algumas regiões apresentem forte concentração, outras se destacam por atrativos pontuais de grande relevância científica e turística.

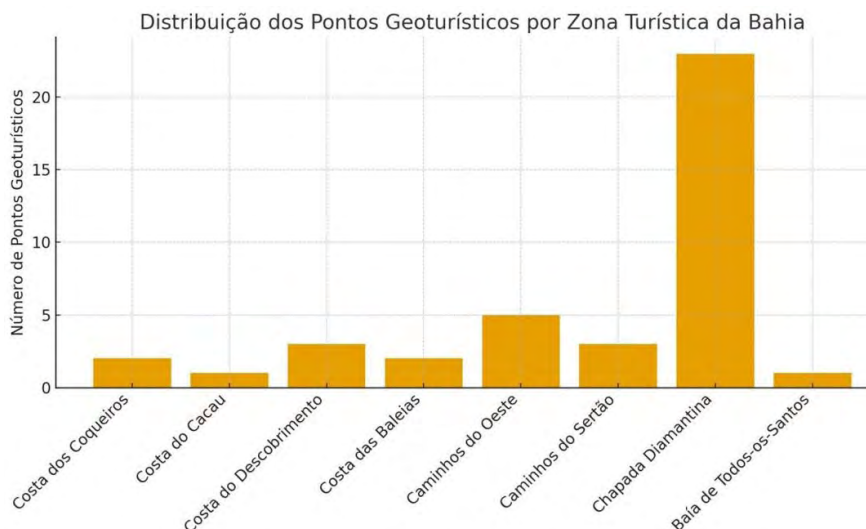
Quadro 11 - Integração dos Pontos Geoturísticos com as Zonas Turísticas da Bahia.

Nº	Ponto Geoturístico (Localização)	Zona Turística	Nº	Ponto Geoturístico (Localização)	Zona Turística
1	Litoral Norte (Projeto Tamar)	Costa dos Coqueiros	22	Cachoeira do Buracão (Ibicoara)	Chapada Diamantina
2	Itacaré	Costa do Cacau	23	Fumacinha (Ibicoara)	Chapada Diamantina
3	Costa do Descobrimento	Costa do Descobrimento	24	Poço do Diabo (Lençóis)	Chapada Diamantina
4	Trancoso	Costa do Descobrimento	25	Ribeirão do Meio (Lençóis)	Chapada Diamantina
5	Prado	Costa das Baleias	26	Projeto Sempre Viva (Mucugê)	Chapada Diamantina
6	Abrolhos	Costa das Baleias	27	Buraco do Possidônio (Morro do Chapéu)	Chapada Diamantina
7	Parque Marinho Recife de Fora	Costa do Descobrimento	28	Cachoeira Donana (Andaraí)	Chapada Diamantina
8	Mangue Seco	Costa dos Coqueiros	29	Gerais do Vieira	Chapada Diamantina
9	Dunas Inativas do Médio São Francisco	Caminhos do Oeste	30	Serra do Sincorá (Chapada Diamantina)	Chapada Diamantina
10	Cachoeira do Acaaba Vida (Barreiras)	Caminhos do Oeste	31	Escarpa da Serra do Tombador (Chapada Diamantina)	Chapada Diamantina
11	São Desidério	Caminhos do Oeste	32	Serra das Paridas (Lençóis)	Chapada Diamantina
12	Gruta do Buraco do Inferno (São Desidério)	Caminhos do Oeste	33	Toca da Boa Vista (Campo Formoso)	Chapada Diamantina
13	Rio de Ondas (Barreiras)	Caminhos do Oeste	34	Gruta dos Brejões – Vereda do Romão Gramacho	Chapada Diamantina

Nº	Ponto Geoturístico (Localização)	Zona Turística	Nº	Ponto Geoturístico (Localização)	Zona Turística
14	Cânion do Rio Sergi	Caminhos do Sertão	35	Grutas de Iraquara (Iraquara, Seabra e Palmeiras)	Chapada Diamantina
15	Raso da Catarina (Paulo Afonso)	Caminhos do Sertão	36	Gruta da Mangabeira (Ituaçu)	Chapada Diamantina
16	Morro do Camelo (Palmeiras)	Chapada Diamantina	37	Poço Encantado (Itaetê)	Chapada Diamantina
17	Morro do Pai Inácio (Palmeiras)	Chapada Diamantina	38	Escorrega Gameleira do Assuruá (Gentio do Ouro)	Chapada Diamantina
18	Morrão (Palmeiras)	Chapada Diamantina	39	Fazenda Arrecife (Várzea Nova)	Chapada Diamantina
19	Cachoeira do Ferro Doido (Morro do Chapéu)	Chapada Diamantina	40	Fazenda Cristal (Morro do Chapéu)	Chapada Diamantina
20	Vale do Paty (Andaraí)	Chapada Diamantina	41	Cânion São Francisco (Paulo Afonso)	Caminhos do Sertão
21	Cachoeira da Fumaça (Lençóis)	Chapada Diamantina	42	Escarpa da Falha de Salvador (Salvador)	Baía de Todos-os-Santos

Fonte: Adaptado de CPRM (2010) – Serviço Geológico do Brasil. Geodiversidade do Estado da Bahia. Capítulo 6 – Geoturismo e Governo da Bahia (2025).

Gráfico 2 - Distribuição dos Pontos Geoturísticos por Zona Turística da Bahia.



A Chapada Diamantina concentra 18 pontos (42,8%), consolidando-se como a região de maior densidade geoturística do estado. Entre os exemplos mais significativos estão o Morro do Pai Inácio, a Cachoeira da Fumaça, o Vale do Pati e as Grutas de Iraquara. A variedade de cavernas, serras e cachoeiras confirma a centralidade da geodiversidade na atratividade turística da região.

As zonas litorâneas também apresentam peso expressivo. A Costa do Descobrimento reúne 3 pontos (7,1%), como Trancoso e o Parque Marinho Recife de Fora. A Costa das Baleias conta com 2 pontos (4,7%), incluindo Abrolhos e Prado. A Costa do Cacau agrega 1 ponto (2,3%), representado por Itacaré, enquanto a Costa dos Coqueiros apresenta 2 pontos (4,7%), como Mangue Seco e o Projeto Tamar em Praia do Forte. Juntas, essas zonas somam 8 pontos (19%), revelando a relevância da geodiversidade marinha e costeira.

No interior, os Caminhos do Oeste reúnem 4 pontos (9,5%), como a Cachoeira do Acaba Vida e o Rio de Ondas, evidenciando o potencial ainda pouco explorado do cerrado baiano. Os Caminhos do Sertão concentram 2 pontos (4,7%), sendo o Raso da Catarina e o Cânion do São Francisco.

Zonas com menor representatividade incluem os Caminhos do Velho Chico (1 ponto – 2,3%), os Caminhos do Sudoeste (1 ponto – 2,3%) e a Baía de Todos os Santos (1 ponto – 2,3%), esta última marcada pela Escarpa da Falha de Salvador, um exemplo de geossítio urbano de grande valor científico e educativo.

Em síntese, o Quadro 11 e os dados percentuais demonstram que a geodiversidade da Bahia está distribuída de modo a reforçar tanto regiões já consolidadas no turismo, como a Chapada Diamantina e o litoral sul, quanto áreas emergentes como o Oeste e o Sertão. Essa distribuição fortalece a regionalização turística e sugere caminhos para integração de roteiros temáticos e políticas de valorização do geoturismo em todo o estado.

Considerações finais

Como síntese, este estudo evidencia que a Bahia reúne elementos naturais, culturais e institucionais que a qualificam como território de elevado potencial para o geoturismo. A análise do Quadro X, que relaciona os 42 pontos geoturísticos às zonas turísticas do estado, mostra que a Chapada Diamantina concentra 18 pontos (42,8%), consolidando-se como polo central

da geodiversidade e da atratividade turística. As zonas litorâneas — Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Costa do Cacau e Costa dos Coqueiros — totalizam 8 pontos (19%), destacando a complementaridade entre paisagens marinhas, patrimônio cultural e turismo de natureza. O interior, representado pelos Caminhos do Oeste e Caminhos do Sertão (6 pontos; 14,3%), e áreas com menor representatividade, como Caminhos do Velho Chico, Caminhos do Sudoeste e Baía de Todos os Santos (3 pontos; 7,1%), indicam oportunidades para expansão do geoturismo, roteiros temáticos e iniciativas de geoconservação.

Entretanto, ao considerar as treze zonas turísticas oficiais da Bahia, observa-se que Costa do Dendê, Caminhos do Jiquiriçá, Região dos Lagos do São Francisco e parte da Costa dos Coqueiros não registram pontos geoturísticos na base consultada. Essa ausência não significa falta de potencial, mas sim lacunas de levantamento e registro, revelando a necessidade de ampliar a investigação e integrar novos territórios ao diagnóstico.

A integração entre geossítios, zonas turísticas e dados secundários demonstra a eficácia dessa abordagem para diagnósticos territoriais preliminares e para a proposição de metodologias próprias de avaliação geoturística. Recomenda-se aprofundar a pesquisa com trabalho de campo, engajamento comunitário e articulação interinstitucional, visando à implementação de ações sustentáveis, educação ambiental e valorização do patrimônio geológico, fortalecendo a Bahia como referência nacional em geoturismo.

CAPÍTULO 5- AVALIAÇÃO DA PLATAFORMA GEOSSIT: ANÁLISE DO INVENTÁRIO DE GEOSSÍTIOS, POTENCIAL, LIMITAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO GEOTURÍSTICO NA BAHIA

Introdução

A análise do potencial geoturístico de um território pressupõe a identificação, sistematização e interpretação dos elementos da geodiversidade que possuem valor científico, paisagístico, educativo e turístico. Entre esses elementos, os geossítios (áreas de importância geológica reconhecida) assumem papel central na estruturação de projetos de geoturismo, políticas de geoconservação e estratégias de valorização territorial sustentável.

No Brasil, a principal ferramenta pública disponível para acesso a informações sobre geossítios é a plataforma GEOSSIT, desenvolvida e gerida pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Esta plataforma funciona como repositório nacional de dados sobre o patrimônio geológico, apresentando informações sobre a localização, classificação e relevância dos geossítios reconhecidos oficialmente.

Contudo, a simples existência dessa base de dados não assegura sua funcionalidade plena para fins de planejamento territorial, formulação de roteiros turísticos ou integração com ações públicas e privadas voltadas ao turismo. Assim, o objetivo deste capítulo é realizar uma análise crítica e aplicada da plataforma GEOSSIT em relação ao Estado da Bahia, investigando a estrutura do inventário disponível, seus critérios avaliativos e a capacidade de refletir, de forma adequada, o potencial geoturístico dos sítios cadastrados.

Metodologia

O presente tópico adota uma abordagem metodológica sistemática para inventariar, analisar e qualificar criticamente os dados da plataforma

GEOSSIT no estado da Bahia. A metodologia foi organizada em etapas sequenciais, a fim de garantir a consistência da coleta de informações, a análise técnica da interface e a proposição de parâmetros ampliados com foco na gestão territorial e na articulação com órgãos públicos. Apresenta-se o roteiro metodológico adotado, que estrutura o processo de investigação e fundamenta as proposições desenvolvidas ao longo da pesquisa.

A seguir, apresenta-se o Quadro 12 contendo as etapas do roteiro metodológico utilizado nesta pesquisa, acompanhadas de suas respectivas finalidades. Essa sistematização permite visualizar de forma clara e objetiva as fases do trabalho e a lógica empregada na análise e ampliação da plataforma GEOSSIT com foco na realidade do estado da Bahia.

Quadro 12 - Etapas Metodológicas e Explicações.

Etapas	Descrição e Finalidade
1. Consulta ao GEOSSITWEB e Extração de Dados	Acessar a base pública da CPRM (http://sigep.cprm.gov.br) e utilizar filtros por U para selecionar os geossítios da Bahia. Exportar os dados em formato .xls ou .xlsx para posterior análise espacial e documental.
2. Organização dos Dados em Planilhas	Estruturar os dados extraídos em planilhas, agrupando os geossítios por Nome oficial do geossítio; Município de localização; Categoria temática (geomorfológico sedimentológico, paleontológico etc.);Grado de Relevância(Internacional, Nacional Regional) Responsável: instituição ou técnico responsável pela inserção do dado importante para rastreabilidade perfil de acesso.
3. Inventário e Análise do Geossítios da Bahia para Interpretação do Potencia Geoturístico	Com base nos parâmetros de inventário: Nome oficial do geossítio; Município de localização; Categoria temática (geomorfológico, sedimentológico, paleontológico etc.);Grado de Relevância(Internacional, Nacional, Regional) Responsável: instituição ou técnico responsável pela inserção do dado, importante para rastreabilidade e perfil de acesso. Análise da Metodologia Quantitativa de Avaliação de Potencial Turístico na Plataforma GEOSSIT – Proposta de Integração para Avaliação Geoturística
4. Análise da Plataforma GEOSSITE	Avaliar as limitações da plataforma como ferramenta pública, considerando ausência de dados geoturísticos, desatualização e dificuldades de usabilidade para gestores educadores.
5. Proposta de Parâmetros Ampliados para Inventário	Sugerir melhorias na ficha de cadastro, como campos específicos para: existência d placas interpretativas, envolvimento comunitário, trilhas acessíveis, visitação média anual e grau de integração com políticas territoriais e turísticas locais.

Fonte: Elaborado pela autora com base na aplicação metodológica desenvolvida para esta pesquisa (2025).

Inventário e Análise dos Geossítios da Bahia para a Interpretação do Potencial Geoturístico

Esta etapa dá continuidade ao processo técnico iniciado nas etapas anteriores. Após a consulta à base GEOSITWEB e a extração dos dados relativos aos geossítios do estado da Bahia (Etapa 1), os registros foram organizados em planilhas georreferenciadas (Etapa 2), sendo classificados por nome oficial do geossítio, município de localização, categoria temática (geomorfológica, sedimentológica, paleontológica, etc.), grau de relevância (internacional, nacional, regional), responsável pela inserção do dado e perfil de acesso.

Com esse material sistematizado, procede-se agora à análise dos mesmos parâmetros, com o objetivo específico de interpretar o potencial geoturístico dos geossítios da Bahia. Esta leitura busca verificar a distribuição espacial, a variedade temática e o grau de relevância informado, tomando como base os campos já disponíveis nas fichas da plataforma.

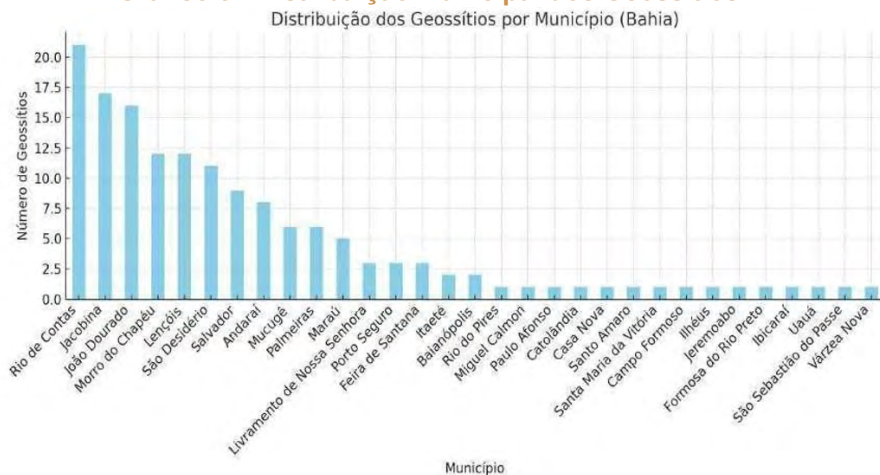
A partir desses dados, foi possível realizar uma análise crítica do inventário de geossítios baianos, avaliando a completude, a padronização dos parâmetros e a potencial aplicabilidade das informações para fins de conservação, pesquisa e planejamento territorial.

Análise Detalhada da Distribuição Espacial dos Geossítios na Bahia

A planilha analisada contém um total de 151 geossítios cadastrados no estado da Bahia, conforme extraído da plataforma GeositWeb, mantida pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Cada linha da tabela representa um geossítio individual, com dados técnicos, geográficos, classificatórios e avaliativos.

O Gráfico 03 gerado a partir destes dados apresenta a frequência de geossítios por município, permitindo visualizar onde há maior concentração de registros e onde há lacunas no inventário geológico estadual. Essa distribuição espacial é essencial para entender o padrão de ocupação geocientífica e pode orientar ações de pesquisa, conservação e geoturismo.

Gráfico 3 - Distribuição Municipal dos Geossítios.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados extraídos de GeossítioWeb.

A análise dos registros cadastrados na ferramenta GeossitWeb evidencia que os geossítios estão distribuídos de forma desigual entre os municípios da Bahia. O gráfico revela que os municípios de Jacobina, Lençóis e Rio de Contas concentram juntos 47 geossítios, o que corresponde a aproximadamente 31% do total de 151 geossítios cadastrados. Municípios como Salvador, São Desidério e Morro do Chapéu, que possuem cerca de 10 geossítios cada, também apresentam relevância significativa, representando juntos cerca de 20% do total. Além disso, municípios de porte médio, como Andaraí, Mucugê, Feira de Santana, Maraú, Uauá e Palmeiras, somam aproximadamente 29 geossítios, equivalentes a 19% do total. Por fim, os demais municípios apresentam menor concentração, com apenas 1 a 3 geossítios cada, indicando áreas pontuais de interesse geológico.

A distribuição dos geossítios na Bahia apresenta uma concentração significativa em poucos municípios, destacando-se Jacobina, Lençóis e Rio de Contas, que juntos reúnem quase um terço dos registros. Municípios maiores, como Salvador, São Desidério e Morro do Chapéu, também possuem relevância expressiva, enquanto cidades de porte médio contribuem com uma parcela considerável dos geossítios. A maior parte dos municípios apresenta poucas ocorrências, sugerindo que o potencial geoturístico pode estar concentrado em áreas específicas, com necessidade de maior exploração e mapeamento nas regiões menos representadas.

Embora a geodiversidade seja um fator fundamental, o mapeamento e a valorização dos geossítios dependem, sobretudo, de políticas institucionais ativas, da presença de centros de pesquisa e da priorização territorial por parte dos inventários geológicos. Assim, a concentração de sítios em determinadas regiões não deve ser interpretada apenas como reflexo da geologia local, mas também como um indicativo da ação (ou inação) de agentes institucionais e científicos.

Análise da Classificação Temática dos Geossítios da Bahia

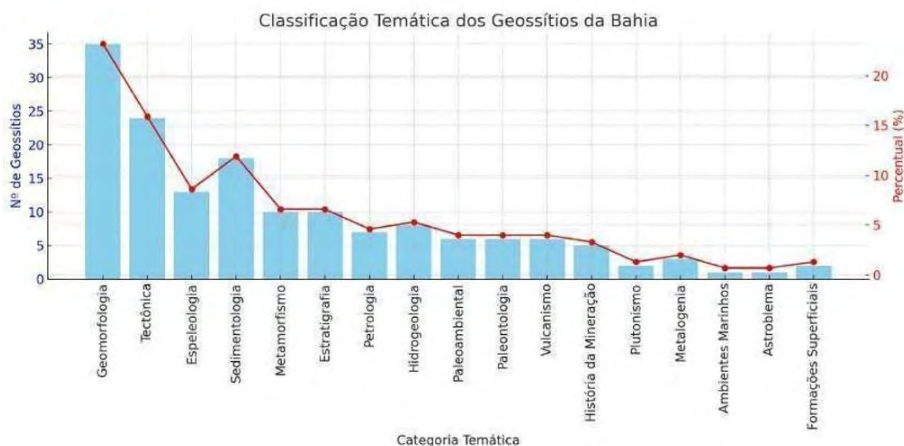
A diversidade geológica da Bahia é expressa por meio de uma ampla gama de geossítios categorizados tematicamente, cada qual refletindo processos, formações e estruturas relevantes do ponto de vista científico, educativo e turístico. O Gráfico 4 apresenta um gráfico combinado de barras e linhas que representa, simultaneamente, o número absoluto de geossítios por categoria temática e sua respectiva porcentagem no total de registros analisados.

A categoria “Geomorfologia” se destaca como a mais representativa, com 35 geossítios (23,2%), refletindo a expressiva variedade de formas de relevo da Bahia, que incluem serras, vales, morros e cachoeiras de alto valor cênico e turístico. Essa predominância está alinhada com a forte vocação do estado para o turismo de natureza e paisagens.

A segunda categoria em destaque é a “Tectônica”, com 24 geossítios (15,9%), evidenciando a complexidade estrutural da região, marcada por falhas, dobras e contatos litológicos. Esses elementos, embora exijam interpretação técnica mais apurada, são de grande valor para roteiros de educação científica e turismo especializado.

Em terceiro lugar está a “Sedimentologia”, com 18 registros (11,9%), composta por depósitos arenosos, estratificações e paleocanais que se associam a paisagens atrativas e oferecem oportunidades para práticas educativas ligadas à geologia ambiental e ao passado deposicional da região.

Gráfico 4 - Classificação Temática dos Geossítios da Bahia.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados extraídos de GeositioWeb.

A “Espeleologia”, com 13 geossítios (8,6%), demonstra o potencial espeleoturístico baiano, com destaque para grutas e cavernas como a Gruta dos Brejões e o Poço Encantado, que associam valor científico e forte apelo visual, sendo destinos procurados tanto por turistas quanto por pesquisadores.

Categorias intermediárias como “Metamorfismo” e “Estratigrafia”, ambas com 10 registros (6,6%), contribuem para o entendimento da evolução geológica regional e são essenciais no contexto acadêmico, embora seu aproveitamento turístico dependa de recursos interpretativos e infraestrutura especializada.

Temas como “Petrologia” (4,6%) e “Hidrogeologia” (5,3%) agregam conhecimento técnico relevante sobre as rochas e os recursos hídricos subterrâneos da Bahia. Embora menos expressivas em número, essas categorias são valiosas para roteiros educativos e para o planejamento ambiental.

As categorias com menor representatividade, como “Paleontologia”, “Paleoambiental” e “Vulcanismo”, com 6 geossítios cada (4,0%), “História da Mineração” (3,3%) e outras ainda mais raras, como “Plutonismo”, “Astroblemas” e “Ambientes Marinhos”, evidenciam a existência de registros singulares e, por vezes, únicos no estado. Apesar de pouco numerosas, essas categorias possuem alto potencial científico, podendo ser decisivas para projetos de educação, conservação e turismo de nicho.

A análise da classificação temática dos geossítios baianos revela uma predominância clara de categorias associadas a elementos de paisagem e estrutura, como geomorfologia e tectônica, seguidas por temas sedimentares e cavernícolas. Essa composição destaca o potencial da Bahia para o geoturismo de base paisagística, científica e educativa, além de apontar a importância de estratégias interpretativas para valorizar temáticas mais técnicas ou raras.

Além disso, a existência de geossítios únicos ou pouco representados, como os relacionados a astroblemas ou ambientes marinhos antigos, reforça a necessidade de políticas de proteção específicas e iniciativas de pesquisa, pois tais registros são insubstituíveis para o conhecimento do patrimônio geológico e para o posicionamento da Bahia em redes nacionais e internacionais de geoconservação.

Portanto, a diversificação temática não apenas enriquece o inventário geológico do estado, como também abre caminho para múltiplas possibilidades de uso social e turístico do território, desde que aliadas à infraestrutura adequada e estratégias inclusivas de divulgação científica. Apesar de seu valor acadêmico, muitos registros utilizam termos ambíguos ou não padronizados, o que compromete a comparabilidade internacional.

Análise do Grau de Relevância dos Geossítios: Classificação Local, Regional, Nacional e Internacional

O Quadro 13 apresenta a classificação dos geossítios segundo seu nível de relevância e os impactos esperados para o geoturismo. Geossítios de relevância regional possuem importância local ou estadual e potencial para ações de turismo educativo e roteiros regionais. Os de relevância nacional são reconhecidos em escala brasileira, com presença na literatura científica e maior atratividade turística, podendo orientar políticas públicas. Já os de relevância internacional destacam-se pelo valor científico único e reconhecimento global, sendo potenciais destinos para o geoturismo internacional e candidaturas a geoparques mundiais.

Quadro 13 - Nível de Relevância dos geossítios. Critérios e Implicações para o Geoturismo.

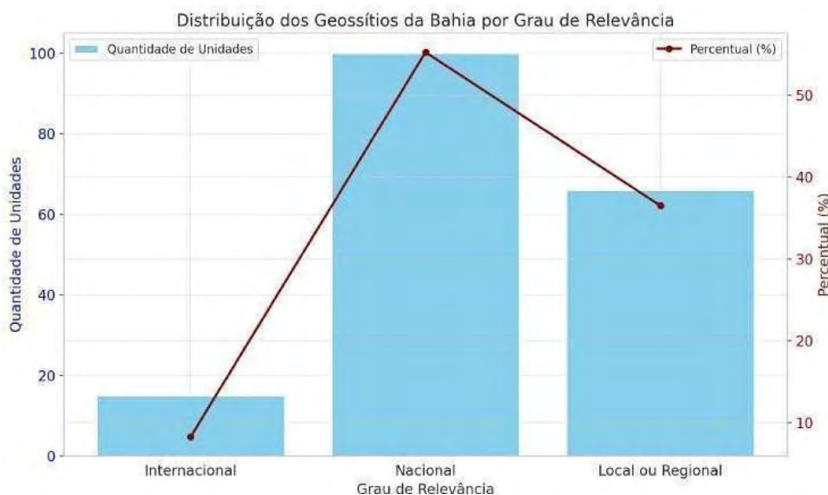
Nível de Relevância	Critérios	Implicações para o Geoturismo
Regional	Importância local ou estadual; estudos científicos regionais; acesso limitado	Potencial para turismo educativo e local; base para roteiros regionais
Nacional	Significado para a geologia brasileira; presença em literatura nacional	Atratividade ampliada; referência para políticas públicas
Internacional	Reconhecimento global; publicações internacionais; valor científico único	Destino de interesse global; candidatura a geoparques mundiais

Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil. (2022). Banco de Dados Geossit. Disponível em: <https://geosites.cprm.gov.br>

Essa classificação é dinâmica e pode ser atualizada conforme novos estudos e descobertas científicas.

O Gráfico 5 apresenta uma análise quantitativa dos geossítios cadastrados na Bahia revela a ampla representatividade e diversidade do patrimônio geológico estadual.

Gráfico 5 - Distribuição Quantitativa de unidades por Grau de relevância e percentual.



(*) Consideram-se "local/regional" os "Sítios da Geodiversidade" que não possuem classificação explícita de relevância nacional ou internacional.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados extraídos de GeositioWeb.

De acordo com a Distribuição Quantitativa de Unidades por Grau de Relevância, observa-se que 100 geossítios (55,2%) apresentam relevância nacional, constituindo a maior parcela do acervo registrado. Esse domínio da escala nacional evidencia a importância estratégica da Bahia na consolidação de roteiros geoturísticos e educativos de amplitude brasileira. Em segundo lugar, destaca-se a relevância local ou regional, com 66 geossítios (36,5%), especialmente voltados à valorização ambiental, educativa e cultural em comunidades específicas, sendo peças-chave para o turismo de base comunitária e ações de geoconservação. Por fim, 15 geossítios (8,3%) são classificados como de importância internacional, representando áreas de notável singularidade, com alto valor científico e potencial para inclusão em programas como os Geoparques Mundiais da UNESCO e para atrair o geoturismo internacional qualificado.

A geomorfologia destaca-se como a categoria temática mais representativa, abrangendo 35 geossítios, o que corresponde a aproximadamente 22% do total. Essa predominância reflete a diversidade das formas de relevo na Bahia, que oferecem elevada atratividade visual e interpretativa, sendo ideais para atividades geoturísticas voltadas ao público geral. Já a temática tectônica, com 24 geossítios (15%), ocupa a segunda posição em número de registros. Apesar de exigir maior interpretação técnica, essa categoria possui elevado valor científico e é especialmente promissora para trilhas educativas, roteiros de turismo científico e atividades didáticas de campo.

A sedimentologia, com 18 geossítios (11%), aparece como a terceira categoria mais expressiva. Os registros incluem feições como dunas, estratificações cruzadas e depósitos fluviais, muitas vezes inseridos em paisagens de grande beleza cênica. Seu valor reside tanto na possibilidade de interpretação didática quanto no apelo turístico, podendo integrar roteiros temáticos voltados ao turismo de natureza e educação ambiental.

No grupo de categorias intermediárias, a espeleologia, com 13 registros (8%), inclui cavernas e grutas notáveis, como a Gruta dos Brejões e a Toca da Boa Vista, ambas reconhecidas pelo alto potencial turístico, científico e ecológico. As temáticas de metamorfismo e estratigrafia, com 10 geossítios cada (6%), contribuem significativamente para a compreensão da evolução geológica regional, mas demandam mediação especializada para serem plenamente aproveitadas no contexto geoturístico. Já as áreas relacionadas à hidrogeologia (8 geossítios) e à petrologia (7) envolvem aspectos ligados à presença de nascentes, aquíferos e tipos de rochas ígneas e metamórficas,

com aplicações relevantes para o ensino de ciências naturais e a elaboração de roteiros com foco educativo.

Entre as categorias com menor representatividade, encontram-se paleoambiental, paleontologia e vulcanismo, com 6 registros cada (cerca de 4%). Apesar do número reduzido, essas temáticas possuem alto valor científico e, quando bem interpretadas, podem gerar produtos turísticos altamente atrativos, especialmente para públicos escolares, pesquisadores e visitantes com interesse em ciência. A história da mineração, com 5 geossítios (3%), destaca-se pela conexão com o patrimônio cultural, memória social e identidade econômica de diversas regiões baianas, sendo especialmente pertinente para o turismo cultural e histórico.

Finalmente, categorias ainda menos frequentes, como plutonismo, formações superficiais e metalogenia (2 a 3 registros cada), e temas raríssimos como astroblemas e ambientes marinhos antigos (com apenas 1 registro cada), embora numericamente discretos, representam oportunidades únicas para exploração geoturística especializada, sobretudo se houver estrutura interpretativa adequada e apoio institucional.

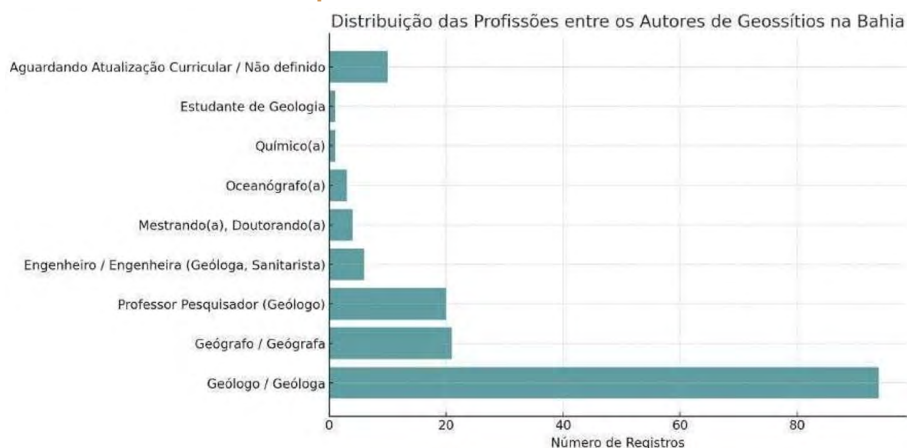
A análise integrada dos geossítios baianos revela não apenas uma riqueza temática notável, mas também uma distribuição equilibrada entre categorias de alta atratividade turística e outras de valor eminentemente científico e educativo. A predominância de geossítios de relevância nacional, associada à expressiva presença de temas como geomorfologia, tectônica e sedimentologia, reforça o potencial da Bahia para o desenvolvimento de roteiros geoturísticos estruturados e inclusivos. Ao mesmo tempo, a presença de geossítios de importância internacional e categorias raras amplia as possibilidades de inserção do estado em redes globais de conservação e valorização do patrimônio geológico. O reconhecimento e a articulação desses dados são essenciais para subsidiar políticas públicas, estratégias de geoconservação e iniciativas de turismo sustentável em diferentes escalas territoriais.

Análise Profissional dos Autores de Geossítios na Bahia: Perfil Técnico e Implicações para a Produção Científica

A produção técnica dos geossítios cadastrados na Bahia revela um panorama multidisciplinar de autores, refletindo a diversidade de formações profissionais envolvidas na identificação, avaliação e caracterização do patrimônio geológico estadual.

O Gráfico 6 abaixo apresenta a distribuição quantitativa dos registros conforme a profissão dos autores, com base na amostragem dos 151 geossítios documentados.

Gráfico 6 - Distribuição quantitativa dos registros conforme a profissão dos autores.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados extraídos de GeosítioWeb.

A categoria de geólogos e geólogas é amplamente dominante, com 94 registros diretamente atribuídos, correspondendo à maioria absoluta das fichas. Esse dado confirma a centralidade da geologia na produção técnico-científica sobre o patrimônio natural da Bahia, o que é esperado dado o foco estrutural, litológico e estratigráfico da maioria dos sítios.

Em seguida, observa-se a presença de geógrafos(as) com 21 registros, refletindo a contribuição desses profissionais para a leitura espacial, paisagística e interpretativa dos geossítios. A atuação de geógrafos está frequentemente associada a temáticas de geomorfologia, uso do solo, acessibilidade e integração com políticas territoriais e de turismo.

A categoria de professores-pesquisadores (principalmente geólogos vinculados a universidades) também é significativa, com 20 registros, o que demonstra o envolvimento da academia na consolidação de inventários científicos, promovendo articulações entre ensino, pesquisa e extensão universitária.

Profissionais da engenharia, como engenheiros geólogos e engenheiros sanitaristas, também marcam presença com 6 registros, indicando sua relevância na análise técnica de riscos, infraestrutura e aplicabilidade dos

geossítios. Além disso, há contribuições pontuais de mestrandos, doutorandos, químicos e oceanógrafos, indicando o caráter transversal de alguns temas como mineralogia, hidroquímica e ambientes costeiros.

Por fim, é importante notar a existência de 10 registros com informações curriculares ausentes ou genéricas, classificadas como “Aguardando Atualização Curricular”, o que compromete a rastreabilidade técnica e científica desses dados, enfraquecendo sua validação institucional.

A análise evidencia que o inventário geológico da Bahia é predominantemente produzido por geólogos(as), mas com participação expressiva de profissionais de outras áreas das ciências da Terra e ambientais. Essa diversidade fortalece a riqueza interpretativa e amplia as possibilidades de uso dos geossítios em estratégias educativas, turísticas e de planejamento territorial.

No entanto, a presença de registros sem identificação profissional clara ou com campos curriculares incompletos aponta para a necessidade de melhoria na sistematização e na qualificação dos dados na plataforma GEOSSIT. A valorização de equipes multidisciplinares, bem como a exigência de identificação institucional e técnica dos autores, são fundamentais para garantir a confiabilidade e o uso estratégico desses registros em políticas públicas e projetos de geoconservação.

Esse retrato também reforça a importância de fomentar a formação interdisciplinar e as parcerias interinstitucionais, ampliando o escopo técnico e o impacto social da documentação do patrimônio geológico da Bahia.

Análise do Acesso aos Geossítios da Bahia: Desafios e Potencial para o Geoturismo

A acessibilidade física aos geossítios representa um dos principais condicionantes para a viabilidade de roteiros geoturísticos, sendo determinante tanto para a frequência de visitação quanto para a gestão territorial do patrimônio geológico. A partir do levantamento de 151 geossítios localizados no Estado da Bahia, foi possível sistematizar uma tipologia de acesso baseada em critérios operacionais e logísticos, resultando na seguinte classificação: acesso fácil, acesso moderado e acesso difícil, representada no Gráfico 7..

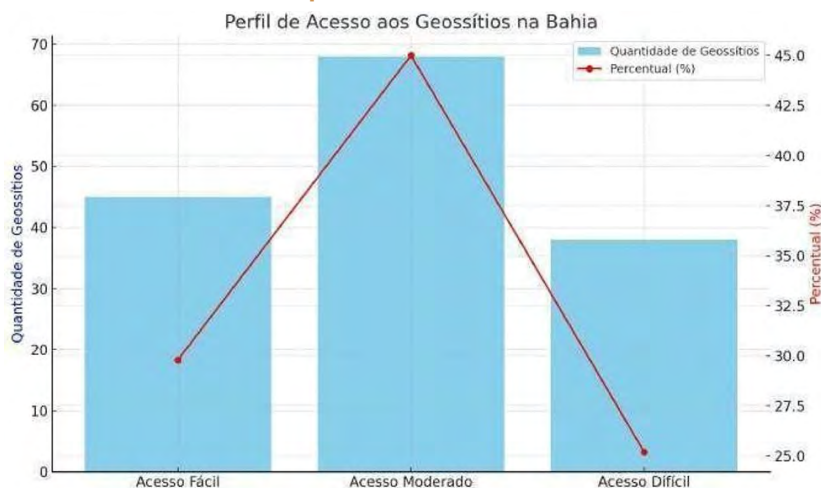
A categoria acesso fácil contempla 45 geossítios (29,8%), caracterizados por estarem localizados em áreas urbanas, litorâneas ou em regiões de fácil mobilidade, com presença de infraestrutura básica como vias asfaltadas,

estacionamentos, sinalização e segurança. Exemplos notáveis incluem o Farol da Barra, os Arenitos da Praia de Arraial d'Ajuda e o Parque do Abaeté, todos com forte apelo turístico e potencial para integração em roteiros urbanos e culturais. A presença dessas condições facilita o desenvolvimento de atividades interpretativas, educativas e de turismo inclusivo, sendo fundamental para estratégias de democratização do acesso ao patrimônio geológico.

Por outro lado, a maior parte dos geossítios analisados: 68 registros (45,0%) enquadra-se na categoria de acesso moderado. Esses locais demandam um deslocamento adicional por estradas vicinais não pavimentadas, trilhas de curta ou média extensão, ou ainda o uso combinado de transporte terrestre e fluvial. Tais características tornam esses sítios parcialmente acessíveis, sendo viáveis para visitantes com algum preparo físico e interesse por ecoturismo ou atividades ao ar livre. Situações como a do Meteorito Bendegó ou dos Diques Máficos de Floresta Azul ilustram bem esse grupo, cuja atratividade está associada tanto ao conteúdo geocientífico quanto à experiência de contato com a natureza e o território.

A categoria de acesso difícil, composta por 38 geossítios (25,2%), apresenta obstáculos significativos ao uso turístico convencional. Essas áreas exigem trilhas longas (frequentemente superiores a 3 km) e, em alguns casos, preparo físico elevado e acompanhamento técnico. A Gruta do Castelo e o Vulcanismo de Royal Charlotte, por exemplo, representam pontos de elevado interesse científico, mas que requerem planejamento rigoroso, infraestrutura mínima e articulação com operadores turísticos experientes. Ainda que de difícil acesso, esses sítios apresentam oportunidades para o desenvolvimento de segmentos especializados como o turismo de aventura, o espeleoturismo e o turismo científico.

Gráfico 7 – Classificação dos geossítios da Bahia segundo o perfil de acesso.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados extraídos de GeosítioWeb.

A análise permite inferir que o geoturismo baiano possui um potencial diverso e complementar, articulando áreas de fácil visitação, ideais para a promoção do turismo de base comunitária e educação ambiental, com áreas mais remotas e especializadas, voltadas a nichos de mercado e ao turismo de natureza. Entretanto, observa-se uma lacuna na infraestrutura de acesso e visitação, sobretudo nos geossítios de valor geológico elevado situados em áreas rurais ou de difícil acesso, o que exige ações específicas de planejamento territorial, sinalização interpretativa, gestão de trilhas e capacitação de condutores locais.

Adicionalmente, a distribuição espacial dos perfis de acesso reforça a necessidade de uma estratégia integrada de regionalização geoturística, que considere a conectividade entre geossítios, o fortalecimento das rotas existentes e a inclusão progressiva de sítios ainda subutilizados. Isso implica, entre outros aspectos, a aplicação de ferramentas de geotecnologias para análise multicritério, elaboração de roteiros temáticos e mapeamento do potencial geoturístico com base em dados secundários e primários.

Análise da Metodologia Quantitativa de Avaliação de Potencial Turístico na Plataforma GEOSSIT – Proposta de Integração para Avaliação Geoturística

A metodologia de quantificação do potencial turístico e educativo dos geossítios adotada pela plataforma GEOSSIT, baseada na proposta de Brilha (2016), apresenta uma matriz de 15 critérios voltados à avaliação técnico-científica de locais de interesse geológico apresentados no Quadro 14. Contudo, para além de sua aplicação automática, é fundamental realizar uma leitura crítica de sua estrutura temática, a fim de compreender quais dimensões do geoturismo estão sendo privilegiadas, ou negligenciadas por esse modelo.

Quadro 14 - Critérios de Quantificação do Potencial Turístico – Adaptação de Brilha (2015) Utilizada pela Plataforma GEOSSIT.

Critério	Descrição	Valor	Peso para o valor turístico
C1. Vulnerabilidade	Os elementos geológicos do local de interesse não apresentam possibilidade de deterioração por ação antrópica	4	10
	Possibilidade de deterioração de elementos geológicos secundários por atividade antrópica	3	
	Possibilidade de deterioração dos principais elementos geológicos por ação antrópica	2	
	Possibilidade de deterioração de todos os elementos geológicos por ação antrópica	1	
	Não se aplica	0	
C2. Acesso Rodoviário	Local de interesse localizado a menos de 100 metros de uma entrada asfaltada com local para estacionamento de veículos	4	10
	Local de interesse localizado a menos de 500 metros de uma entrada asfaltada	3	
	Local de interesse acessível com veículo em entrada não asfaltada	2	
	Local de interesse sem acesso direto por estrada, mas situado a menos de 1 km de uma estrada acessível por veículo	1	
	Não se aplica	0	

Critério	Descrição	Valor	Peso para o valor turístico
C3. Caracterização por acesso do sítio	O local de interesse é acessado sem limitações por estudantes e turistas	4	5
	O local de interesse é acessado por estudantes e turistas, mas apenas ocasionalmente	3	
	O local de interesse é acessado por estudantes e turistas, mas só depois de ultrapassar certas limitações (autorizações, barreiras)	2	
	O acesso para estudantes e turistas é muito difícil devido às limitações (autorizações, barreiras)	1	
	Não se aplica	0	
C4. Segurança	Local de interesse com infraestrutura de segurança (vedações, escadas, corrimões), redes de comunicações móveis e situado a menos de 10 km de serviço de socorro	4	10
	Local de interesse com infraestrutura de segurança, redes móveis e situado a menos de 25 km de serviço de socorro	3	
	Local sem infraestrutura de segurança, mas com redes móveis e a menos de 50 km de serviço de socorro	2	
	Local sem infraestrutura de segurança, sem redes móveis e a menos de 50 km de serviço de socorro	1	
	Não se aplica	0	
C5. Logística	Existem restaurantes e alojamentos para grupos de 50 pessoas a menos de 15 km do local de interesse	4	5
	Existem restaurantes e alojamentos para grupos de 50 pessoas a menos de 50 km do local de interesse	3	
	Existem restaurantes e alojamentos para grupos de 50 pessoas a menos de 100 km do local de interesse	2	
	Existem restaurantes e alojamentos para grupos de 25 pessoas a menos de 100 km do local de interesse	1	
	Não se aplica	0	

Critério	Descrição	Valor	Peso para o valor turístico
C6. Densidade Populacional	Local de interesse localizado em um município com mais de 1000 habitantes por km ²	4	5
	Local de interesse localizado em um município com 250–1000 habitantes por km ²	3	
	Local de interesse localizado em um município com 100–250 habitantes por km ²	2	
	Local de interesse localizado em um município com menos de 100 habitantes por km ²	1	
	Não se aplica	0	
C7. Associação com outros valores	Existem diversos valores ecológicos e culturais a menos de 10 km do local de interesse	4	5
	Existem diversos valores ecológicos e culturais a menos de 20 km do local de interesse	3	
	Existe 1 valor ecológico e 1 cultural a menos de 20 km do local de interesse	2	
	Existe 1 valor ecológico ou 1 cultural a menos de 20 km do local de interesse	1	
	Não se aplica	0	
C8. Beleza Cênica	Local de interesse habitualmente usado em campanhas turísticas do país, mostrando aspectos geológicos	4	15
	Local de interesse ocasionalmente usado em campanhas turísticas do país, mostrando aspectos geológicos	3	
	Local de interesse habitualmente usado em campanhas turísticas locais, mostrando aspectos geológicos	2	
	Local de interesse ocasionalmente usado em campanhas turísticas locais, mostrando aspectos geológicos	1	
	Não se aplica	0	

Critério	Descrição	Valor	Peso para o valor turístico
C9. Singularidade	Ocorrência de aspectos únicos e raros no país	4	10
	Ocorrência de aspectos únicos e raros no estado	3	
	Ocorrência de aspectos únicos e raros na região	2	
	Ocorrência de aspectos comuns em várias regiões do país	1	
	Não se aplica	0	
C10. Condições de observação	A observação de todos os elementos geológicos é feita em boas condições	4	5
	Existem obstáculos que tornam difícil a observação de alguns elementos geológicos	3	
	Existem obstáculos que tornam difícil a observação dos principais elementos geológicos	2	
	Existem obstáculos que praticamente impossibilitam a observação dos principais elementos geológicos	1	
	Não se aplica	0	
C11. Potencia I didático	Ocorrência de elementos geológicos que são ensinados em todos os níveis de ensino	4	0
	Ocorrência de elementos geológicos que são ensinados nas escolas de ensino básico	3	
	Ocorrência de elementos geológicos que são ensinados nas escolas de ensino secundário	2	
	Ocorrência de elementos geológicos que são ensinados no ensino superior	1	
	Não se aplica	0	

Critério	Descrição	Valor	Peso para o valor turístico
C12. Diversidad e geológica	Ocorrem mais de 5 tipos de elementos de geodiversidade (mineralógicos, paleontológicos, geomorfológicos, etc.)	4	0
	Ocorrem de 3 a 4 tipos de elementos de geodiversidade	3	
	Ocorrem 2 tipos de elementos de geodiversidade	2	
	Ocorre apenas 1 tipo de elemento de geodiversidade	1	
	Não se aplica	0	
C13. Potencia I para divulgação	Ocorrência de elementos geológicos evidentes e perceptíveis para todos os tipos de público	4	10
	O público necessita algum conhecimento geológico para entender os elementos	3	
	O público necessita bom conhecimento geológico para entender os elementos	2	
	Os elementos só são perceptíveis para quem possui graduação em geociências	1	
	Não se aplica	0	
C14. Nível econômico	Local em município com pelo menos o dobro de IDH que se verifica no estado	4	5
	Local em município com IDH superior ao do estado	3	
	Local em município com IDH idêntico ao do estado	2	
	Local em município com IDH inferior ao do estado	1	
	Não se aplica	0	
C15. Proximidade de zonas recreativas	Local a menos de 5 km de zona recreativa ou com atrações turísticas	4	5
	Local a menos de 10 km de zona recreativa ou com atrações turísticas	3	
	Local a menos de 15 km de zona recreativa ou com atrações turísticas	2	
	Local a menos de 20 km de zona recreativa ou com atrações turísticas	1	
	Não se aplica	0	

Fonte: Plataforma Geossit(CPRM).

A metodologia adotada pela plataforma GEOSSIT, baseada na adaptação do modelo de Brilha (2016), avança ao considerar separadamente o potencial turístico e educativo dos geossítios brasileiros. Isso permite reconhecer diferentes vocações dos locais de interesse geológico. No entanto, à medida que buscamos pensar o geoturismo como uma prática integrada, surge a necessidade de rever a lógica dessa separação e propor uma abordagem mais integrada.

Análise Integrada dos Pontos Geoturísticos por Município com Base na Nota Turística de Geossítios

A análise dos geossítios da Bahia evidencia uma forte heterogeneidade no potencial turístico quando se observa a distribuição das notas turísticas (N.T.). Os valores variam de 120 a 375 pontos, com média de aproximadamente 221,7 e desvio padrão de 48,1, refletindo contrastes significativos entre áreas consolidadas do ponto de vista turístico e aquelas em estágio inicial de valorização.

Quando agrupamos as notas em faixas, observa-se uma predominância marcante de geossítios classificados na categoria baixa (≤ 250 pontos), que somam 121 registros (76,6%). Essa concentração evidencia que a maior parte do patrimônio geológico baiano ainda carece de estruturação turística, seja em termos de acessibilidade, visibilidade pública ou inserção em roteiros organizados. Essa realidade é particularmente visível em municípios do interior, como João Dourado e Jacobina, onde a expressiva quantidade de geossítios não se traduz em elevada pontuação turística.

A faixa médio-baixa (251–260 pontos) apresenta apenas 6 registros, sugerindo que poucos geossítios se encontram em uma posição intermediária de valorização, entre os polos consolidados e os ainda incipientes. Já a categoria intermediária (261–300 pontos) concentra 22 geossítios (13,9%), em sua maioria localizados em municípios reconhecidos por turismo de natureza, como Lençóis, Palmeiras e Morro do Chapéu. Esse grupo indica um potencial em desenvolvimento, muitas vezes vinculado a atrativos já conhecidos (cachoeiras, formações rochosas e trilhas), mas ainda com limitações de infraestrutura ou promoção.

As faixas mais altas, alta (301–340 pontos) e muito alta (≥ 341 pontos), somam juntas apenas 9 registros (5,7%), concentrados sobretudo em Salvador e Porto Seguro, onde a visibilidade urbana, a densidade de fluxos

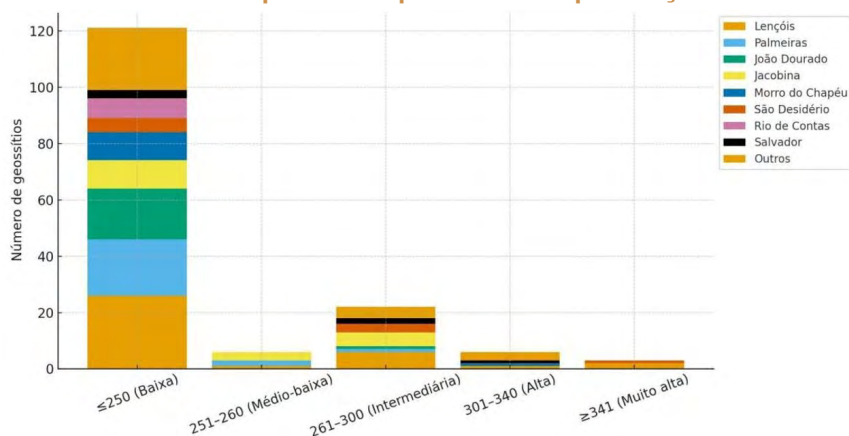
turísticos e a presença de equipamentos consolidados contribuem para notas elevadas. Exemplos emblemáticos incluem o Farol da Barra (375 pontos) e as Lagoas e Dunas do Abaeté (340 pontos), que ilustram como a integração entre patrimônio natural, simbologia cultural e infraestrutura resulta em altos índices turísticos.

A dimensão espacial dessa distribuição é crucial. Municípios como Lençóis (36 geossítios) e Palmeiras (23 geossítios), situados na Chapada Diamantina, concentram grande parte dos registros, mas suas notas permanecem majoritariamente nas faixas baixa e intermediária. Esse contraste mostra a riqueza geológica e paisagística da região, ao mesmo tempo em que revela desafios relacionados à formalização de roteiros geoturísticos e à promoção qualificada do patrimônio geológico além das tradicionais atrações naturais.

Em paralelo, municípios de forte apelo turístico, como Salvador e Porto Seguro, apresentam menor quantidade de geossítios cadastrados, mas com notas turísticas médias e altas, revelando a centralidade da infraestrutura urbana, cultural e de serviços como fator decisivo para a avaliação positiva. Já cidades como João Dourado e Jacobina, apesar da abundância de registros (19 e 18, respectivamente), permanecem restritas às categorias de menor pontuação, reforçando a necessidade de estratégias de valorização regional.

O gráfico empilhado da distribuição das notas turísticas por município e faixa de pontuação ilustra claramente essa dualidade: enquanto Salvador e Porto Seguro concentram os poucos registros de alta pontuação, municípios do interior, mesmo com maior número absoluto de geossítios, situam-se predominantemente nas faixas baixas. Esse contraste espacial e quantitativo evidencia uma lacuna metodológica na relação entre patrimônio geológico inventariado e sua efetiva conversão em atrativo turístico.

Gráfico 6 - Distribuição das notas turísticas (N.T.) dos geossítios da Bahia por município e faixa de pontuação.



Fonte: Elaboração própria

Plataforma GEOSSIT: Forças, Limitações e Proposta de Parâmetros Adicionais para Avaliação do Potencial Geoturístico

A plataforma GEOSSIT, como repositório oficial de informações sobre o patrimônio geológico brasileiro, oferece uma base fundamental para pesquisadores, gestores públicos, educadores e atores do turismo. No entanto, uma análise crítica permite identificar avanços operacionais, bem como limitações estruturais que ainda restringem sua integração efetiva às políticas públicas e ao planejamento territorial.

a) Forças da Plataforma GEOSSIT

- Interface intuitiva e navegabilidade simplificada

A plataforma possui uma interface amigável, com manuseio facilitado para diferentes perfis de usuários, o que favorece sua utilização por técnicos, gestores, estudantes e interessados em geociências. A visualização dos geossítios em mapa interativo e os filtros por estado, categoria ou valor patrimonial aumentam a usabilidade da ferramenta.

- GeosítioWeb como ferramenta de exportação e análise

Um diferencial importante é o módulo GeosítioWeb, que permite aplicar filtros personalizados de busca (por localização, tipo de valor, grau de vul-

nerabilidade, entre outros) e exportar os dados em planilhas para uso externo. Isso contribui para análises comparativas, cruzamento com outras bases de dados e aplicações em relatórios técnicos, planos municipais ou estudos acadêmicos.

- Base técnica para inventário e planejamento

A ficha técnica padronizada e os critérios de avaliação utilizados possibilitam uma sistematização nacional do patrimônio geológico, permitindo orientar ações de conservação, apoiar o reconhecimento de geoparques e subsidiar iniciativas de geoturismo.

- Disponibilização pública de dados georreferenciados

Ao oferecer os dados em ambiente digital e aberto, a plataforma cumpre um papel relevante de transparência e democratização do conhecimento geológico, fortalecendo seu uso em atividades educacionais, ambientais e turísticas.

b) Fragilidades e Limitações da Plataforma

1. Visualização pontual e descontextualizada dos geossítios

Apesar da utilidade da visualização geográfica, os geossítios são exibidos apenas como pontos isolados no mapa. Não é possível compreender se o local está inserido em uma região turística reconhecida, em um roteiro de visita ou em áreas prioritárias de políticas públicas. A ausência de camadas sobre zonas turísticas, infraestrutura ou áreas protegidas limita seu uso para planejamento intersetorial.

2. Falta de atualização dinâmica e monitoramento contínuo

A plataforma opera com dados predominantemente estáticos e não informa de forma clara a periodicidade de atualização ou o tempo de monitoramento dos geossítios cadastrados

3. Desconsideração dos aspectos socioculturais e comunitários

A ficha técnica atual não contempla os usos culturais, históricos ou comunitários dos geossítios, tampouco o envolvimento de populações locais na gestão e conservação. Isso compromete a valorização plena do patrimônio geológico como bem cultural, educativo e identitário.

Proposta de Novos Parâmetros para o Inventário da Plataforma GEOSSIT

Com base nas limitações identificadas na análise crítica da plataforma GEOSSIT, torna-se evidente a necessidade de aprimorar sua ficha de inventário, de forma a expandir sua utilidade como ferramenta pública de planejamento territorial, promoção do geoturismo e valorização sociocultural do patrimônio geológico. Atualmente, o foco do inventário recai sobre atributos técnicos (valor científico, educativo, turístico e grau de degradação), sem contemplar aspectos centrais como participação comunitária, integração com políticas públicas e cultura local.

No Quadro 15, apresenta-se uma proposta de novos parâmetros a serem incluídos na ficha de inventário, organizados por eixos temáticos e com objetivos claros para sua aplicação no contexto do desenvolvimento territorial sustentável.

Quadro 15 - Novos Parâmetros Propostos para o Inventário de Geossítios na Plataforma GEOSSIT.

Parâmetro Proposto	Descrição	Justificativa	Objetivo Estratégico
Inserção Territorial I Turística	Indica se o geossítio está em região turística oficial (Mapa do Turismo, polos, rotas)	Faltam conexões visíveis com as políticas de regionalização do turismo	Articular o geossítio às políticas públicas de turismo e aos roteiros regionais
Infraestrutura Turística de Apoio	Avalia existência de trilhas, sinalização, sanitários, centro de visitantes	Sem esse campo, não se pode medir a prontidão para receber visitantes	Planejar investimentos e adequações para visitação segura e estruturada
Acessibilidade Universal	Verifica se há condições para PCDs, idosos e mobilidade reduzida	Inclusão social é diretriz do turismo sustentável, mas não é registrada atualmente	Incentivar geoturismo acessível e projetos de inclusão
Participação Comunitária	Indica se há envolvimento local na gestão, conservação ou visitação	A ausência desse campo desestimula cogestão e participação social	Fomentar modelos participativos e geoturismo de base comunitária

Parâmetro Proposto	Descrição	Justificativa	Objetivo Estratégico
Relação com Políticas Públicas	Identifica vínculos com planos diretores, zoneamentos, áreas protegidas etc.	O geossítio muitas vezes está em territórios regulados, mas isso não aparece	Integrar a plataforma à governança territorial e à interseccionalidade
Dinâmica de Visitação	Informações sobre frequência, tipos de público e sazonalidade	Sem esses dados, não se pode planejar manejo e educação ambiental	Avaliar impactos e estruturar programas de visitação responsável
Potencial para Geointerpretação	Avaliação do conteúdo didático e interpretativo disponível ou potencial	Não se mede o valor educativo do ponto de vista pedagógico-ambiental	Estimular trilhas interpretativas, uso escolar e educação ambiental prática

Fonte: Elaboração própria com base na análise da plataforma GEOSSIT (CPRM, 2023) e em referenciais sobre geoturismo, gestão territorial e patrimônio geológico (Brilha, 2005; Brilha, 2016).

A inclusão desses parâmetros permitirá que a plataforma GEOSSITE evolua de um repositório técnico para um sistema de planejamento geoturístico e territorial mais completo, útil tanto para pesquisadores quanto para gestores públicos, empreendedores locais, educadores e comunidades. Além disso, tais campos favorecem a territorialização das políticas públicas, aproximando a geociência da realidade social e das demandas locais de desenvolvimento sustentável.

Para garantir a efetividade da proposta, recomenda-se que:

1. Os novos parâmetros são progressivamente incorporados à ficha de inventário em formato digital, com campos obrigatórios e facultativos.
2. Sejam criados protocolos de validação participativa, permitindo que informações de secretarias municipais, universidades e comunidades possam ser integradas, mediante curadoria técnica.
3. Os dados territoriais (como mapas de zonas turísticas, rotas oficiais e infraestrutura pública) podem ser visualizados em camadas integradas à visualização espacial dos geossítios.

Considerações Finais

O Capítulo 5 permitiu uma leitura crítica e aprofundada da plataforma GEOSSIT enquanto instrumento técnico e público de inventário, divulgação e apoio à conservação do patrimônio geológico brasileiro. A análise revelou que, embora a ferramenta represente um avanço significativo na sistematização dos geossítios em escala nacional, seu escopo atual ainda é limitado quanto à articulação territorial, à inclusão social e à funcionalidade para o geoturismo sustentável.

A estrutura da plataforma e sua ficha de inventário priorizam parâmetros técnico-científicos como o valor científico, educativo e turístico, mas deixam de contemplar dimensões fundamentais do planejamento territorial contemporâneo, como os vínculos socioculturais locais, a integração com políticas públicas e a participação comunitária na gestão e uso dos geossítios. Além disso, a visualização pontual dos sítios, desvinculada de suas áreas de influência, não permite compreender o território como um sistema geoturístico em potencial, o que dificulta seu uso em planejamentos intermunicipais ou regionais.

Ao propor a inclusão de novos parâmetros organizados em quatro blocos temáticos (integração territorial, infraestrutura e acessibilidade, cultura e gestão comunitária, e uso turístico-educativo), este capítulo contribui para a ampliação do inventário nacional como ferramenta estratégica de governança geoturística. A proposta visa fortalecer a interface entre ciência, sociedade e território, ampliando a capacidade da GEOSSIT de operar não apenas como base de dados, mas como instrumento ativo de políticas públicas, de inclusão social e de valorização do patrimônio geológico como recurso educativo, econômico e cultural.

Nesse contexto, os dados levantados sobre a Bahia apontam para um potencial geoturístico significativo, porém subaproveitado. Dos 151 geossítios identificados no estado pela plataforma GEOSSIT, grande parte está localizada em áreas com reconhecida atratividade natural, histórica e cultural como a Chapada Diamantina, o Recôncavo Baiano, o Vale do São Francisco e o litoral sul. No entanto, observou-se uma desconexão entre os geossítios mapeados e as zonas prioritárias do Mapa do Turismo Brasileiro 2025, indicando que muitos desses sítios não estão inseridos em rotas turísticas formais nem recebem suporte institucional sistemático.

Além disso, a ausência de dados integrados sobre serviços turísticos e iniciativas comunitárias impede uma leitura mais robusta do território enquanto espaço de uso geoturístico.

Esses achados preliminares reforçam a necessidade de uma metodologia integrada de avaliação, capaz de incorporar os múltiplos fatores que influenciam o potencial geoturístico real de um território. Portanto, os próximos capítulos avançaram na construção de um modelo metodológico original de avaliação e representação espacial do potencial geoturístico da Bahia, fundamentado em dados secundários, técnicas de geoprocessamento e critérios adaptados à realidade socioeconômica e ambiental do Estado.

CAPÍTULO 6 – ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA ARTICULAÇÃO ENTRE O MAPA DO TURISMO 2025 E O INVENTÁRIO DE GEOSSÍTIOS DA BAHIA"

Introdução

Este capítulo apresenta a metodologia adotada para a análise integrada do Mapa do Turismo Brasileiro 2025 e do inventário de geossítios da Bahia (GEOSSIT), com o objetivo de compreender a distribuição territorial dos municípios em termos de potencial geoturístico. A abordagem seguida é analítico-documental, baseada em dados secundários, permitindo avaliar padrões, lacunas e oportunidades para o desenvolvimento do geoturismo no estado.

A integração entre os indicadores institucionais do Mapa do Turismo, que contempla aspectos como infraestrutura, governança e oferta de serviços turísticos, e os atributos geocientíficos do GEOSSIT possibilita uma visão mais completa do cenário territorial. Dessa forma, o capítulo busca evidenciar não apenas a concentração de geossítios em determinadas regiões, mas também como essas localidades se articulam com as categorias turísticas reconhecidas nacionalmente.

Ao detalhar os procedimentos de levantamento, organização e análise dos dados, bem como o cruzamento entre indicadores turísticos e geossítios, este capítulo fornece a base metodológica necessária para a proposição do Modelo GEO-TUR, apresentado posteriormente. A sistematização aqui realizada permite identificar áreas de destaque, lacunas de representatividade e oportunidades para políticas públicas e estratégias de valorização do geoturismo na Bahia.

Metodologia do Capítulo

A metodologia adotada neste capítulo seguiu uma abordagem analítico-documental, baseada em dados secundários, organizados em etapas que refletem a estrutura dos tópicos discutidos. O objetivo foi compreender a forma como os municípios da Bahia se inserem no Mapa do Turismo Brasileiro 2025, relacionando esses resultados à distribuição dos geossítios inventaria-

dos no GEOSSIT, de modo a evidenciar padrões territoriais, lacunas e potenciais para o geoturismo.

Levantamento e organização dos dados

Inicialmente foram reunidas três bases principais:

- Relatórios e parâmetros do Mapa do Turismo Brasileiro 2025, organizados segundo os eixos temáticos do Quadro 17 (governança, atratividade, infraestrutura, oferta turística e serviços, economia, meio ambiente e turismo náutico).
- Relatório Simplificado de Categorização (BA), que apresenta os indicadores municipais aplicados ao contexto baiano.
- Inventário do GEOSSIT (SGB, 2025), contendo 151 geossítios registrados no estado.

Esses dados foram organizados em tabelas e quadros comparativos, permitindo a análise por município e por região turística.

Análise da categorização turística (Mapa do Turismo 2025)

O segundo passo consistiu na leitura crítica da estrutura de categorização do Mapa do Turismo. Foram considerados os critérios que distinguem os três grupos principais (Municípios Turísticos, Municípios com Oferta Turística Complementar e Municípios de Apoio). Essa classificação foi aplicada ao conjunto dos municípios baianos, destacando a forma como se distribuem entre litoral e interior, polos consolidados e localidades periféricas.

Articulação com indicadores de governança, infraestrutura e serviços

Com base no Relatório de Categorização Simplificado (BA), os indicadores foram analisados qualitativamente, buscando identificar desigualdades regionais. Essa etapa destacou disparidades na presença de órgãos municipais de turismo, planos de gestão, conselhos e fundos; bem como diferenças significativas em infraestrutura de hospedagem, conectividade digital, transporte, saúde e segurança.

Distribuição dos geossítios por regiões turísticas

Na sequência, foi realizado o cruzamento entre os 151 geossítios do GEOSSIT e as 13 regiões turísticas reconhecidas pela SETUR-BA. Os dados foram organizados em valores absolutos e percentuais (Tabela 2), além de representados graficamente (Gráfico 08). Essa sistematização permitiu visualizar a concentração de geossítios em regiões como a Chapada Diamantina e a baixa representatividade em áreas como Caminhos do Sagrado e Águas do Oeste.

Identificação de padrões, lacunas e potenciais

A partir das análises anteriores, foram identificados padrões regionais de concentração (Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Costa do Cacau), bem como lacunas em regiões com baixo registro de geossítios ou frágil articulação institucional. Essa etapa evidenciou que tanto o Mapa do Turismo quanto o GEOSSIT, isoladamente, apresentam limitações: o primeiro enfatiza infraestrutura e fluxo de visitantes, enquanto o segundo privilegia atributos geocientíficos.

Fundamentação para o Modelo GEO-TUR

Por fim, os resultados foram sistematizados de forma a justificar a necessidade de integração entre os critérios institucionais e geocientíficos. O capítulo conclui apontando que apenas a articulação entre ambos os referenciais pode superar as lacunas identificadas e fornecer bases sólidas para a proposição do Modelo GEO-TUR, a ser detalhado no capítulo seguinte.

Análise da Metodologia de Categorização do Mapa do Turismo Brasileiro 2025

O Mapa do Turismo 2025 está diretamente vinculado ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT), política pública coordenada pelo Ministério do Turismo por meio da Secretaria Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade no Turismo. Trata-se de uma estratégia de ordenamento territorial voltada à descentralização das ações federais, à qualificação da gestão pública local e ao fortalecimento da governança regional.

O programa busca reconhecer, integrar e fortalecer os municípios com atuação turística relevante, organizando-os em regiões turísticas com identidade e dinâmica comuns. Na edição atual, o programa reúne 356 regiões turísticas e 2.644 municípios cadastrados em todo o país, os quais são sistematicamente avaliados e categorizados com base em critérios técnicos e institucionais. A base gerada pelo programa serve como referência para a formulação de políticas, destinação de recursos, promoção institucional e apoio a projetos de infraestrutura e qualificação, sendo hoje o principal instrumento governamental para orientar as estratégias territoriais de desenvolvimento turístico no Brasil.

Um dos principais produtos derivados dessa política é a possibilidade de geração de relatórios técnico-informativos, em formato digital (PDF ou Excel), para cada município incluído no programa. Tais relatórios cumprem uma função essencial de inventário territorial turístico, organizando um conjunto amplo e padronizado de dados que permite o diagnóstico, monitoramento e comparação de informações entre municípios, regiões e unidades federativas.

Os relatórios são estruturados em blocos temáticos interligados, distribuídos entre três esferas administrativas: a Unidade Federativa (UF), a Região Turística e o Município. Cada uma dessas escalas reúne informações específicas sobre a organização institucional do turismo, os agentes responsáveis pela articulação local e regional, e os instrumentos de planejamento em vigor. Em relação ao município (principal unidade de análise), os dados são divididos em categorias operacionais e temáticas, que cobrem desde aspectos de gestão pública até infraestrutura, segmentação de mercado, acessibilidade, meio ambiente e indicadores econômicos da atividade turística.

A seguir, no Quadro 16, são apresentados os principais parâmetros organizados por categoria temática, com o objetivo de evidenciar a amplitude e a estruturação do inventário turístico produzido por esse sistema:

Quadro 16 - Categorias e Parâmetros do Relatório Municipal do Mapa do Turismo Brasileiro 2025.

Gestão e Governança	Órgão municipal de turismo; conselho municipal de turismo; interlocutores do PRT; existência de Plano Diretor, Plano Municipal de Turismo e Plano de Marketing; participação em programas federais e em redes de cooperação; existência de Fundo Municipal de Turismo.
Atratividade e Promoção	Segmento turístico predominante; principais atrativos (nome e descrição); estado de conservação; inclusão em roteiros comercializados; ações de promoção; calendário de eventos; edificações tombadas com função turística; legislação municipal específica sobre turismo.
Infraestrutura	Hospedagem (quantidade, tipo, leitos); transporte interno e regional; rodovias e acessos; sinalização turística; aeroportos; conectividade digital (internet e telefonia); abastecimento de água, esgoto, energia e coleta de lixo; unidades de saúde e segurança pública; acessibilidade para pessoas com deficiência.
Oferta Turística e Serviços	Sazonalidade do fluxo turístico; meios de hospedagem cadastrados no CADASTUR; qualificação profissional; presença de guias e condutores; locadoras de imóveis e veículos; comunicação e divulgação do destino.
Economia do Turismo	Receita tributária da atividade turística; número de empresas formais no setor; empregos gerados; política local de atração de investimentos; acesso ao crédito por meio do FUNGETUR.
Meio Ambiente e Cultura	Existência de unidades de conservação (federal, estadual, municipal); parques naturais; tipos de patrimônio cultural (material e imaterial) reconhecido oficialmente.
Turismo Náutico	Rios, lagos e águas termais; estudos de navegabilidade; existência de marinas, garagens náuticas, embarcações turísticas; licenciamento ambiental; leis locais para regulamentação náutica; projetos de turismo de pesca, mergulho e vela.

Fonte: Elaboração própria com base no formulário institucional do Ministério do Turismo (MTur, 2025).

O conjunto de parâmetros descritos configura uma matriz abrangente de inventário turístico, que permite caracterizar cada município quanto às suas condições estruturais, institucionais e mercadológicas. A ênfase no envolvimento da gestão pública local, na segmentação da oferta turística e na qualificação dos atrativos e equipamentos, confere ao relatório um alto grau de utilidade para a formulação de políticas públicas, captação de recursos e definição de estratégias regionais.

Importante destacar que esses parâmetros são construídos a partir de informações autodeclaradas pelos municípios, com apoio dos interlocutores

municipais do Programa de Regionalização do Turismo. A padronização da coleta permite a geração de relatórios comparáveis em todo o território nacional, respeitando as especificidades regionais, mas garantindo coerência metodológica. Esse formato possibilita, por exemplo, a construção de bancos de dados consolidados, painéis de análise e cruzamento com outras políticas públicas em escala estadual ou nacional.

A metodologia de categorização dos municípios turísticos no Brasil passou recentemente por uma significativa reestruturação com o objetivo de aprimorar a identificação funcional dos territórios dentro das regiões turísticas brasileiras. Essa mudança representa a evolução de um modelo estatístico puramente quantitativo, baseado em cinco categorias (A a E), para uma abordagem integrada e funcional, organizada em três categorias principais (MTur, 2025).

Essa reformulação metodológica considera variáveis quantitativas obtidas de dados secundários, tais como o número de estabelecimentos e empregos formais no setor de hospedagem (RAIS/MTE), além das estimativas de fluxo turístico nacional e internacional (FIPE/MTur). Soma-se a isso a análise qualitativa de elementos como governança, papel regional dos municípios, articulação territorial e estrutura de serviços, visando refletir o real papel dos municípios no desenvolvimento do turismo (MTur, 2025). Dessa forma, os municípios foram classificados como: Municípios Turísticos, Municípios com Oferta Turística Complementar e Municípios de Apoio ao Turismo.

1. Municípios Turísticos

Classificados como os de maior dinamismo turístico, esses municípios corresponderam anteriormente às categorias A e B do modelo de 2015. São caracterizados por:

- Alta concentração de atrativos turísticos consolidados;
- Fluxo expressivo de visitantes, nacionais e estrangeiros;
- Infraestrutura turística robusta (rede hoteleira, serviços de alimentação, transportes);
- Capacidade institucional e protagonismo regional na governança do turismo.

Esses municípios atuam como polos indutores do desenvolvimento turístico regional, exercendo influência sobre os fluxos, investimentos e organização das rotas turísticas. Por isso, são prioritários em ações de planejamento, marketing e investimentos estratégicos.

2. Municípios com Oferta Turística Complementar

Corresponde aos antigos grupos C e D. São municípios com atrativos turísticos regionais, ainda que com menor fluxo de visitantes. Geralmente apresentam:

- Serviços básicos de apoio ao turismo;
- Potencial de integração a roteiros maiores ou circuitos temáticos;
- Papel funcional de apoio, conectividade ou permanência intermediária.

Esses municípios têm grande importância na diversificação da oferta turística regional, promovendo a descentralização dos fluxos e contribuindo para o desenvolvimento equilibrado das regiões turísticas (EMBRATUR, 2021; MTur, 2025). Demandam ações voltadas à capacitação técnica, à melhoria da infraestrutura e ao fortalecimento da governança local.

3. Municípios de Apoio ao Turismo

São aqueles anteriormente classificados na categoria E, marcados pela ausência de atividade turística formal detectada nos bancos de dados analisados. No entanto, sua função territorial é estratégica, já que podem:

- Fornecer mão de obra, produtos e serviços para municípios turísticos;
- Apoiar a cadeia de suprimentos e logística do turismo regional;
- Ser contemplados em políticas de inclusão produtiva e capacitação.

Esse grupo deve ser entendido não como periférico, mas como território de suporte à cadeia produtiva do turismo, e por isso também integra a lógica do planejamento regional.

Análise do Relatório de Categorização Simplificado (BA)

O Relatório de Categorização Simplificado do Ministério do Turismo reúne uma ampla gama de indicadores socioeconômicos, institucionais e de infraestrutura aplicados aos municípios da Bahia, permitindo uma leitura detalhada do estágio atual de organização da atividade turística no estado. Os dados oferecem tanto um diagnóstico quantitativo quanto insumos para análises comparativas entre territórios.

Estrutura geral e categorias

Os municípios baianos foram classificados em três grupos principais:

- **Municípios Turísticos:** núcleos consolidados com maior centralidade, geralmente associados a polos de atração nacional e internacional, como Salvador, Porto Seguro, Ilhéus, Itacaré, Cairu e outros.
- **Municípios com oferta turística complementar:** localidades que apresentam infraestrutura e atrativos, mas ainda desempenham papel secundário na dinâmica turística estadual. São comuns em áreas litorâneas ou próximas a polos consolidados, como Alcobaça, Jacobina, Maraú e Lençóis.
- **Municípios de apoio ao turismo:** caracterizam-se por baixa oferta direta de serviços turísticos, mas com funções indiretas de suporte (logística, conectividade, cultura local). São numerosos na Chapada Diamantina e no interior semiárido.

Essa classificação revela uma distribuição assimétrica do turismo: poucos centros se destacam como “turísticos”, enquanto a maioria se concentra nas categorias intermediárias e de apoio. Isso evidencia um desafio para a regionalização e para a equidade na apropriação dos benefícios do setor.

Indicadores de governança e institucionalidade

O índice de Governança apresenta forte variação: enquanto municípios como Paulo Afonso, Porto Seguro e Mata de São João atingem valores próximos a 100, muitos municípios de apoio têm nota zero, indicando inexistência de conselhos, planos ou instâncias de gestão. Esse cenário reflete uma disparidade marcante na capacidade de planejamento e de articulação política, o que compromete a integração de localidades menores à cadeia turística. A ausência de governança é um dos gargalos mais críticos identificados pelo relatório.

Recursos culturais e naturais

O indicador de Recursos Culturais/Naturais é outro ponto que merece destaque. Municípios com alto potencial natural, como Maraú, Itacaré e Lençóis, apresentam valores significativos, confirmando sua vocação para o ecoturismo e turismo de natureza. Entretanto, diversos municípios aparecem com valores próximos de zero, o que pode indicar tanto lacunas de mapeamento e registro dos atrativos quanto efetiva carência de recursos valorizáveis para o turismo. É perceptível também que a classificação não diferencia entre relevância local e internacional, o que gera subestimação em alguns casos.

Serviços turísticos e infraestrutura de transporte

Os indicadores de Serviços Turísticos e Infraestrutura de Transporte evidenciam o peso da concentração metropolitana e litorânea. Salvador, Porto Seguro e Ilhéus apresentam infraestrutura robusta, refletindo a presença de hotéis, restaurantes, aeroportos e estradas em boas condições. Por outro lado, localidades do interior, como Mirangaba ou Ipupiara, registram valores nulos ou próximos disso, demonstrando a escassez de oferta formalizada. Isso reforça a percepção de que o turismo na Bahia ainda é altamente dependente de corredores litorâneos e de destinos ícones, enquanto a interiorização do turismo carece de investimentos estruturais.

Estrutura econômica, conectividade e serviços públicos

A Estrutura Econômica varia entre níveis elevados em cidades médias (Feira de Santana, Vitória da Conquista) e baixos em municípios pequenos da Chapada e do Sertão. A Conectividade à internet aparece como um elemento moderno da categorização, revelando grandes disparidades: enquanto centros turísticos como Salvador, Lauro de Freitas e Madre de Deus ultrapassam 90 pontos, municípios rurais têm indicadores abaixo de 40. Esse fator é estratégico, já que o turismo contemporâneo depende cada vez mais de conectividade para marketing, reservas e informação.

Nos serviços públicos, saúde e segurança aparecem como variáveis críticas. Ainda que muitos municípios apresentem índices razoáveis de segurança, a saúde é, em geral, frágil, com notas baixas em localidades que

recebem turistas. Essa contradição indica vulnerabilidades na experiência turística, sobretudo em viagens de longa duração ou em destinos de ecoturismo mais afastados.

Demanda turística

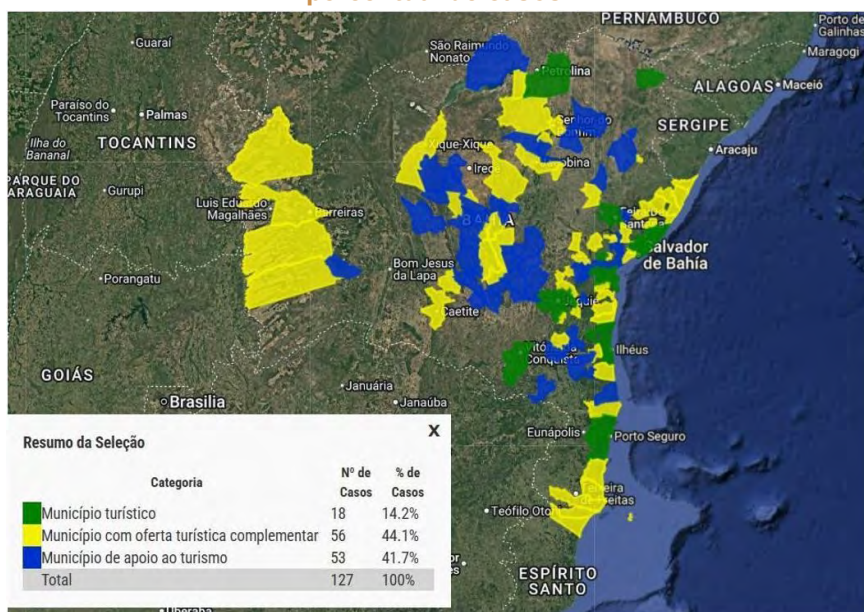
O indicador de demanda é, em geral, baixo em quase todos os municípios, com exceções em Salvador, Porto Seguro, Vitória da Conquista e alguns polos do litoral. Esse dado sugere que, embora haja oferta em municípios classificados como complementares, a efetiva procura por parte dos visitantes ainda não acompanha a capacidade instalada, reforçando a necessidade de estratégias de promoção integrada e roteirização.

Padrões regionais

A análise comparativa permite identificar padrões regionais:

1. Litoral: alta concentração de municípios turísticos e complementares, com maior infraestrutura e serviços.
2. Chapada Diamantina: predominância de municípios de apoio, com exceção de Lençóis, Mucugê e Palmeiras, que apresentam oferta significativa. O contraste entre potencial natural elevado e indicadores institucionais baixos evidencia a falta de políticas específicas.
3. Interior e Sertão: grande número de municípios de apoio, com infraestrutura incipiente e baixos níveis de governança e demanda. São áreas promissoras para o turismo comunitário e cultural, mas ainda à m. Margem do sistema oficial.

Figura 4 - Categorias de Municípios turísticos por número e percentual de casos.



Fonte: Mapa do Turismo (2025).

O relatório revela que a Bahia possui uma forte polarização turística: de um lado, poucos municípios consolidados que concentram visitantes e infraestrutura; de outro, uma maioria periférica com baixa institucionalidade, baixa demanda e fragilidades estruturais. Esse cenário reforça a importância da política de regionalização do turismo, capaz de integrar destinos complementares e de apoio às rotas dos polos principais.

Análise do Relatório do Mapa do Turismo Brasileiro

O Mapa do Turismo Brasileiro, elaborado pelo Ministério do Turismo, não é apenas uma listagem de municípios: trata-se de um instrumento de regionalização da política turística nacional, cujo objetivo é organizar os territórios a partir de suas características e dinâmicas regionais. No caso da Bahia, a inserção de municípios em 13 regiões turísticas oficiais revela um mosaico territorial que articula litoral, sertão e áreas de transição, reforçando tanto o potencial quanto as disparidades existentes.

A lógica da regionalização

A regionalização parte do princípio de que o turismo não se desenvolve isoladamente em um único município, mas sim em arranjos territoriais que compartilham identidade cultural, atrativos naturais, infraestrutura e fluxos de visitantes. Assim, o Mapa associa cada município baiano a uma região turística, vinculando-o a uma rede maior de destinos. Essa abordagem busca superar a fragmentação e estimular a cooperação entre municípios vizinhos, condição essencial para promoção conjunta, roteirização e captação de recursos federais.

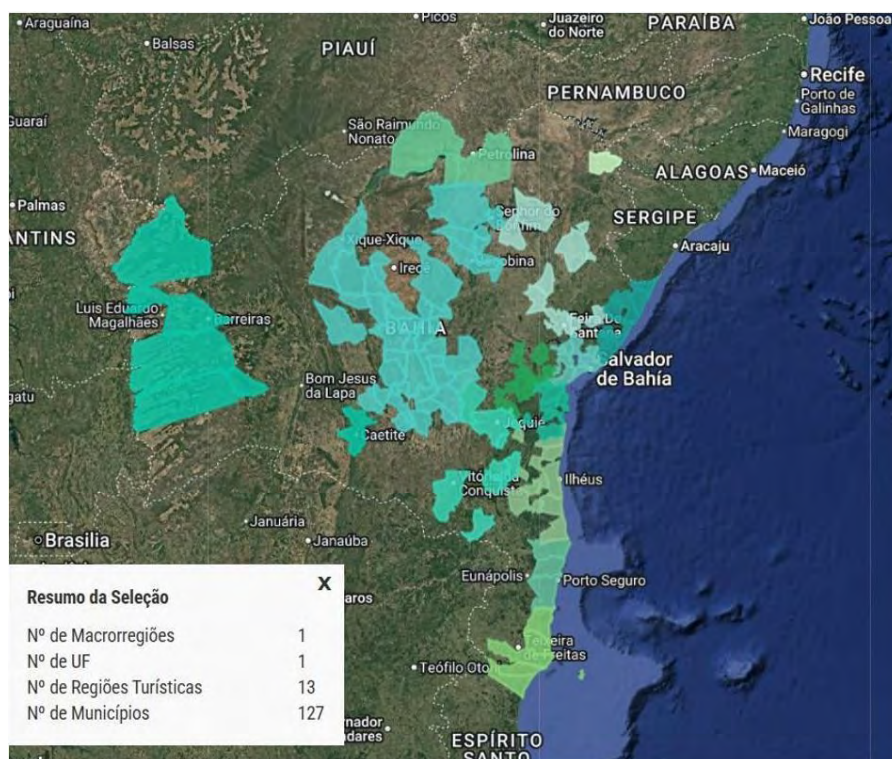
As regiões turísticas da Bahia

As 13 regiões reconhecidas pelo Mapa refletem a diversidade geográfica, cultural e econômica do estado:

1. Baía de Todos os Santos: núcleo metropolitano liderado por Salvador, integra municípios com forte vocação histórica, cultural e náutica. Aqui, a regionalização funciona como uma plataforma para consolidar produtos integrados (ex.: turismo náutico, cultural e religioso).
2. Chapada Diamantina: maior região em número de municípios, abarcando desde polos consolidados (Lençóis, Mucugê) até localidades de apoio (Andaraí, Wagner). A regionalização é estratégica para transformar a Chapada em destino integrado de natureza e aventura, mas o desafio é reduzir a fragmentação entre os muitos municípios de apoio.
3. Costa do Descobrimento e Costa do Cacau: regiões consolidadas no turismo de sol e praia, reforçadas pela presença de municípios turísticos como Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Ilhéus e Itacaré. A regionalização aqui é importante para estruturar rotas complementares e distribuir os fluxos, evitando concentração excessiva em poucos polos.
4. Costa dos Coqueiros e Costa do Dendê: próximas a Salvador, com grande atratividade litorânea (Cairu, Camaçari, Mata de São João, Valença). A regionalização contribui para integrar grandes resorts e destinos de massa a pequenas comunidades pesqueiras e ilhas com perfil de turismo comunitário.

5. Caminhos do Sertão, Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Sudoeste e Caminhos do Oeste: representam o interior baiano, onde predominam municípios de apoio. O conceito de regionalização aqui é essencial para dar visibilidade a destinos que isoladamente teriam pouca competitividade, mas que, articulados, podem oferecer experiências de turismo cultural, religioso e de base comunitária.
6. Vale do São Francisco e Lagos e Canyons do São Francisco: regiões emergentes ligadas ao enoturismo, turismo fluvial e experiências no semiárido. A regionalização é aqui a chave para consolidar novos produtos turísticos fora do eixo litorâneo

Figura 5 - Regionalização Turística da Bahia.



Fonte: Mapa do Turismo (2025).

A regionalização permite, assim, que mesmo municípios de apoio tenham visibilidade, pois passam a integrar roteiros e planos regionais.

Desafios da regionalização na Bahia

Apesar de o modelo do Mapa ser eficiente como ferramenta de organização, alguns desafios se destacam:

- Polarização litorânea: regiões costeiras concentram a maioria dos municípios classificados como turísticos, enquanto o interior aparece majoritariamente como apoio. Isso reforça desigualdades históricas na distribuição dos fluxos.
- Chapada Diamantina subaproveitada: embora seja internacionalmente reconhecida como destino de natureza, muitos de seus municípios foram categorizados apenas como de apoio, o que subestima sua relevância real.
- Integração limitada: em várias regiões, a articulação entre municípios ainda é frágil, devido à baixa governança e à ausência de consórcios turísticos ativos.
- Infraestrutura desigual: a regionalização indica pertencimento, mas não garante homogeneidade. Estradas precárias, falta de conectividade digital e baixa oferta de serviços turísticos dificultam a integração efetiva.

Potenciais da regionalização

Por outro lado, a regionalização abre portas para:

- Captação de recursos federais: programas e investimentos do Ministério do Turismo são repassados prioritariamente às regiões reconhecidas no Mapa.
- Promoção conjunta: possibilita divulgar regiões inteiras em feiras e campanhas, fortalecendo destinos menores.
- Roteirização temática: permite construir rotas integradas, como “Rota das Águas da Chapada Diamantina”, “Caminhos do Cacau e Chocolate” ou “Turismo Náutico da Baía de Todos os Santos”.
- Fortalecimento identitário: reforça a valorização de culturas regionais, como o sertanejo, o afro-baiano e o caboclo do São Francisco.

O Relatório do Mapa do Turismo Brasileiro mostra que a regionalização é a espinha dorsal da política turística na Bahia. Ela organiza a diversidade

de do estado em 13 regiões, permitindo que municípios desiguais em termos de infraestrutura e atratividade compartilhem uma mesma marca territorial.

A principal conclusão é que a Bahia apresenta um turismo altamente concentrado em polos litorâneos, enquanto as regiões interiores aparecem fragilizadas, sobretudo a Chapada Diamantina e o Sertão. O desafio é usar a regionalização não apenas como classificação formal, mas como instrumento de planejamento integrado, capaz de articular investimentos, estruturar produtos regionais e reduzir assimetrias.

Análise das Atividades Turísticas nos Municípios da Bahia (2025)

O exame do Relatório de Atividades Turísticas permite compreender de forma aprofundada como os municípios baianos inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro organizam suas práticas institucionais, normativas e econômicas relacionadas ao setor. A análise revela uma realidade complexa e marcada por fortes assimetrias territoriais, tanto no que diz respeito à existência de marcos legais quanto à capacidade de integração em redes regionais de governança e programas nacionais.

Um dos primeiros aspectos observados é a questão da legislação específica para o turismo. Aproximadamente dois terços dos municípios da Bahia informam possuir algum tipo de normativa que rege a atividade turística, o que sinaliza um processo de institucionalização em curso. Contudo, há grande diversidade na qualidade e no grau de atualização dessas leis: enquanto cidades como Abaíra, Alagoinhas e Alcobaça reportam legislações recentes e mais estruturadas, outros municípios, a exemplo de Almadina e Nova Ibiá, ainda se apoiam em normativas genéricas ou sequer apresentam regulamentações consolidadas. Esse quadro evidencia que a legislação, embora necessária, não se constitui como garantia de eficácia, mas antes como um indicador formal da prioridade política atribuída ao turismo em cada localidade.

Outro ponto relevante diz respeito à participação em instâncias de governança regional. Cerca de 60% dos municípios declararam integrar circuitos turísticos, câmaras temáticas ou fóruns regionais de turismo. Exemplos como Castro Alves, Camamu e Prado demonstram maior engajamento, enquanto localidades menores, como Mutuípe e Nova Canaã, permanecem à margem desses arranjos. Essa discrepância revela que a governança turística baiana,

embora formalmente abrangente, apresenta-se desigual em sua efetividade, concentrando-se nos municípios de maior porte ou em regiões historicamente consolidadas, como a Chapada Diamantina e o litoral sul.

As parcerias institucionais aparecem como outro elemento-chave para compreender a dinâmica do setor. Metade dos municípios citou vínculos com órgãos estaduais, como a Secretaria de Turismo da Bahia (SETUR/BA), ou com entidades de apoio, como o SEBRAE e o SENAC. Municípios como Caravelas e Esplanada ilustram casos em que essas parcerias já estão estabelecidas, enquanto outros, como Abaíra, mencionam apenas negociações em andamento. Essa realidade aponta para uma dependência significativa de atores externos na formulação e execução de políticas turísticas, limitando a autonomia dos municípios em estruturar redes de cooperação locais mais robustas.

No que se refere à inserção em programas nacionais de turismo, os dados indicam que apenas cerca de 20% dos municípios baianos foram contemplados por ações dessa natureza. Um exemplo emblemático é o de Alcobaça, que relatou obras de revitalização da orla marítima como parte de projetos federais. Entretanto, a maior parte dos municípios, especialmente aqueles do interior, declarou não ter sido beneficiada. Esse dado sugere uma baixa capilaridade das políticas nacionais, que se concentram preferencialmente nos destinos litorâneos ou de maior visibilidade turística, em detrimento das áreas menos consolidadas.

A análise das respostas relativas a segmentos específicos de turismo, como o náutico e o de pesca, evidencia ainda mais as fragilidades da política setorial. Mais de 85% dos municípios responderam negativamente quanto à existência de projetos náuticos ou atividades de pesca turística, mesmo em localidades com forte potencial natural, como Juazeiro, Paulo Afonso e Alcobaça. Esse descompasso entre potencial ambiental e aproveitamento turístico demonstra que a diversificação de segmentos permanece incipiente, reforçando a concentração histórica do turismo baiano em produtos tradicionais, como sol, praia e ecoturismo.

Finalmente, ao analisar as atividades econômicas predominantes nos municípios, verifica-se que a grande maioria aponta agricultura, pecuária, comércio e serviços como bases da economia local, relegando o turismo a um papel complementar. Apenas municípios já consolidados no circuito turístico, como Salvador, Porto Seguro, Ilhéus e Lençóis, aparecem com maior identificação do turismo como atividade econômica central. Esse padrão reforça a

percepção de que, em boa parte da Bahia, o turismo não é o motor principal do desenvolvimento, mas sim um setor transversal que se articula a outras cadeias produtivas.

Em síntese, os dados do relatório revelam um turismo baiano marcado por uma lógica de três velocidades: de um lado, os polos consolidados, com legislação, governança ativa e presença em programas nacionais; em um segundo nível, municípios médios, que avançam na estruturação institucional, mas ainda dependem fortemente de apoio externo; e, por fim, uma ampla base de municípios pequenos, com baixa institucionalização, pouca inserção em redes regionais e fragilidades marcantes. Essa configuração territorial evidencia tanto o dinamismo do turismo baiano quanto os desafios estruturais para transformá-lo em vetor de desenvolvimento equilibrado e sustentável em todo o estado.

Distribuição dos Geossítios por Municípios e Zonas Turísticas: Uma Análise Territorial Estratégica para o Geoturismo na Bahia

A distribuição dos geossítios na Bahia revela fortes assimetrias espaciais, tanto entre as zonas turísticas reconhecidas pelo estado quanto entre os municípios integrantes do Mapa do Turismo Brasileiro 2025. A partir da base de 151 geossítios inventariados na plataforma GEOSSIT e da estrutura territorial das 13 zonas turísticas baianas, é possível identificar padrões regionais que oferecem subsídios concretos ao planejamento do geoturismo no estado, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Geossítios por Zona Turística (Valores absolutos e percentuais).

Região Turística	Nº de Geossítios	% sobre total (151)
Chapada Diamantina	42	27,8%
Costa do Descobrimento	18	11,9%
Caminhos do Sertão	14	9,3%
Costa do Cacau	12	7,9%
Baía de Todos os Santos	11	7,3%
Sertão do São Francisco	8	5,3%
Caminhos do Oeste	7	4,6%
Vale do São Francisco	6	4,0%
Caminhos do Sudoeste	5	3,3%
Caminhos do Jiquiriçá	5	3,3%
Litoral Sul	4	2,6%

Região Turística	Nº de Geossítios	% sobre total (151)
Caminhos do Sagrado	4	2,6%
Águas do Oeste	3	2,0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do GEOSSIT (SGB, 2025).

A análise aponta que a região turística da Chapada Diamantina concentra 42 dos 151 geossítios registrados, o que representa cerca de 27,8% do total estadual. Esta expressiva concentração está associada à complexidade geológica da região e à existência de municípios com tradição em ecoturismo e trilhas interpretativas, como Lençóis, Mucugê, Jacobina, Morro do Chapéu e Rio de Contas. Esses municípios figuram como potenciais núcleos de desenvolvimento do geoturismo regionalizado, podendo operar como polos articuladores de rotas integradas entre os geossítios.

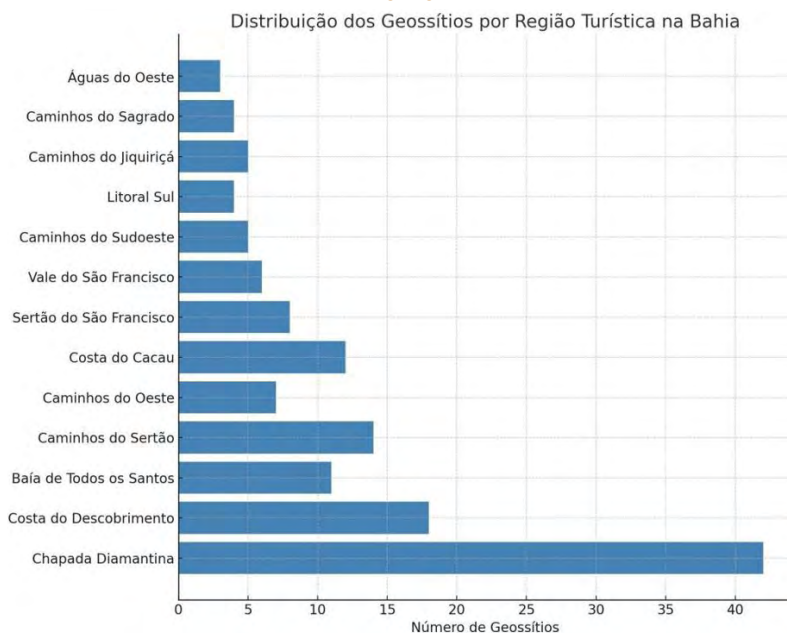
Na sequência, a Costa do Descobrimento abriga 18 geossítios (11,9%), com destaque para Porto Seguro, onde a valorização paisagística das falésias e sítios vulcânicos já está parcialmente integrada à oferta turística consolidada. A Costa do Cacau aparece em terceiro lugar, com 12 geossítios (7,9%), muitos deles em áreas costeiras com potencial para interpretação geológica associada ao turismo de natureza.

As regiões de Caminhos do Sertão e Baía de Todos os Santos somam, respectivamente, 14 (9,3%) e 11 geossítios (7,3%), reforçando a presença do patrimônio geológico também em áreas de transição entre o semiárido e o litoral, com possibilidade de articulação entre turismo cultural, histórico e geoturismo.

Outras regiões, como o Sertão do São Francisco (8 geossítios – 5,3%), Vale do São Francisco (6 – 4%), Caminhos do Oeste (7 – 4,6%), Caminhos do Jiquiriçá (5 – 3,3%), Litoral Sul (4 – 2,6%), Caminhos do Sagrado (4 – 2,6%) e Águas do Oeste (3 – 2%), apresentam baixa representatividade geossientífica. Essa escassez pode indicar ausência de inventário técnico, invisibilidade institucional ou baixa articulação entre ciência, turismo e gestão local.

A análise da distribuição espacial dos geossítios no estado da Bahia revela padrões relevantes quando observados em relação às regiões turísticas definidas no Mapa do Turismo Brasileiro apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Distribuição dos Geossítios por Região Turística da Bahia.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do GEOSSIT (SGB, 2025) e SETUR-BA (2025).

Os dados demonstram que apenas cinco regiões turísticas concentram mais de 64% dos geossítios da Bahia, enquanto as demais, embora com potencial geocientífico relevante, permanecem com baixa representação ou subaproveitamento. A presença de muitos municípios com apenas um ou dois geossítios, mesmo dentro de regiões com boa infraestrutura turística, aponta para uma subutilização do patrimônio geológico como recurso estratégico para diversificação da oferta turística.

Essa concentração revela um cenário com potencialidades concentradas e desafios dispersos. Por um lado, a forte presença de geossítios em regiões como a Chapada Diamantina permite planejar o geoturismo com base em roteiros integrados e capilaridade interpretativa. Por outro lado, o vazio relativo em outras regiões exige ações proativas de inventário, sinalização, valorização patrimonial e capacitação local, para tornar o geoturismo um instrumento efetivo de inclusão territorial e de descentralização do desenvolvimento turístico baiano.

Considerações Finais do Capítulo

A análise desenvolvida neste capítulo permitiu compreender de forma aprofundada como o patrimônio geológico da Bahia se distribui em diferentes recortes territoriais e de que maneira ele dialoga, ou não, com a categorização oficial do turismo. O exame dos 151 geossítios inventariados na plataforma GEOSSIT mostrou que a Bahia possui um acervo geocientífico expressivo e diversificado, mas também revelou um padrão de forte concentração espacial. A Chapada Diamantina, sozinha, reúne quase um terço de todos os registros, enquanto regiões inteiras do interior e do semiárido permanecem pouco representadas ou invisíveis.

Esse quadro de assimetrias reflete, por um lado, a riqueza geológica de determinados territórios, mas, por outro, a desigualdade histórica na valorização institucional e turística do patrimônio. Regiões como a Costa do Descobrimento e a Costa do Cacaú, por exemplo, já possuem uma inserção consolidada no turismo de sol e praia, o que favorece a incorporação de parte dos seus geossítios em roteiros turísticos. Entretanto, em áreas como o Sertão do São Francisco, os Caminhos do Jiquiriçá ou os Caminhos do Sagrado, a presença de geossítios ainda não se traduz em reconhecimento institucional nem em estratégias de aproveitamento turístico, o que contribui para sua marginalização nos processos de planejamento regional.

O cruzamento dessa realidade com os dados do Mapa do Turismo Brasileiro 2025 evidenciou limites metodológicos importantes. O Mapa é uma ferramenta estratégica para a organização do turismo no Brasil, mas seus critérios estão fortemente orientados por indicadores de infraestrutura, fluxo de visitantes e institucionalidade. Essa lógica, embora eficiente para mapear o nível de organização do setor, não é suficiente para captar o valor científico, educativo e patrimonial dos geossítios. Por sua vez, o GEOSSIT, ao priorizar atributos geológicos, paleontológicos e geomorfológicos, deixa em segundo plano aspectos fundamentais para o desenvolvimento turístico, como acessibilidade, serviços e governança.

Esse desencontro entre metodologias produz consequências práticas. Geossítios de relevância internacional, como o Poço Encantado em Itaeté ou a Falha do

Canché em Jeremoabo, permanece invisível para a política oficial de turismo, enquanto municípios sem grande densidade patrimonial figuram no

Mapa apenas por apresentarem estrutura hoteleira ou inserção em redes regionais. O resultado é uma fragmentação que compromete tanto a valorização da geodiversidade quanto a expansão de um turismo mais descentralizado e sustentável.

Diante desse diagnóstico, torna-se evidente que nenhuma das metodologias, isoladamente, é capaz de responder às demandas do geoturismo na Bahia. O Mapa do Turismo, sozinho, tende a reproduzir desigualdades e privilegiar os polos consolidados, reforçando a polarização litoral-interior. O GEOSSIT, por sua vez, ao não dialogar com a dimensão institucional e econômica, limita sua aplicabilidade como ferramenta de indução territorial. A partir dessas constatações, emerge a necessidade de uma integração metodológica que seja capaz de articular critérios científicos e institucionais em uma mesma matriz analítica.

É nesse ponto que se justifica a proposição do Modelo GEO-TUR. Mais do que a simples sobreposição de dados, trata-se de um esforço de síntese conceitual e prática que visa compreender o geoturismo como fenômeno territorial multidimensional, que envolve não apenas a geodiversidade em si, mas também a infraestrutura, a governança, a atratividade turística e a inserção regional. O modelo parte do princípio de que os geossítios só podem alcançar seu pleno potencial turístico quando integrados a redes locais e regionais, articulando conservação, uso sustentável e valorização cultural.

Portanto, este capítulo cumpre uma função de fundamentação crítica: ele demonstra, a partir de dados empíricos, a pertinência e a urgência de construir uma metodologia capaz de superar as lacunas identificadas. O próximo capítulo apresenta, de maneira detalhada, essa proposta metodológica, estruturada em eixos temáticos e indicadores ponderados, formando o Modelo GEO-TUR, concebido como ferramenta de avaliação e planejamento estratégico do geoturismo na Bahia e potencialmente aplicável a outros contextos regionais do Brasil.

CAPÍTULO 7 - MODELO GEO-TUR: AVALIAÇÃO INTEGRADA DO POTENCIAL GEOTURÍSTICO DA BAHIA

Introdução

O presente capítulo apresenta o Modelo GEO-TUR como instrumento de análise integrada do potencial geoturístico no estado da Bahia, articulando dados de geodiversidade e estrutura turística territorial. A proposta parte do reconhecimento de que os instrumentos tradicionalmente utilizados para avaliação do patrimônio geológico e do turismo operam de forma dissociada, dificultando uma leitura integrada do território.

A plataforma GEOSSIT sistematiza o patrimônio geológico por meio de critérios técnicos que permitem mensurar diferentes dimensões de valor dos geossítios, com ênfase nos aspectos científicos e turísticos. No entanto, sua aplicação concentra-se na análise individual dos sítios, com limitada consideração das condições territoriais. Por sua vez, o Mapa do Turismo Brasileiro 2025 classifica os municípios segundo seu grau de inserção na dinâmica turística, evidenciando o nível de consolidação territorial, mas sem incorporar diretamente o patrimônio geológico.

Diante dessa lacuna, o Modelo GEO-TUR foi concebido como um índice sintético capaz de integrar o valor dos geossítios às condições territoriais de suporte ao turismo. Parte-se do princípio de que o potencial geoturístico resulta da interação entre o valor intrínseco do patrimônio geológico e a estrutura turística do território.

Neste capítulo, essa proposta é desenvolvida em duas abordagens complementares. A primeira utiliza a Nota Turística do GEOSSIT, permitindo analisar o geoturismo já consolidado. A segunda substitui essa variável pela combinação entre Nota Científica e Beleza Cênica, possibilitando identificar áreas com potencial ainda não plenamente desenvolvido.

A articulação entre essas abordagens permite distinguir áreas consolidadas, em estruturação e com potencial latente, contribuindo para uma interpretação territorial mais integrada e para o planejamento do geoturismo na Bahia.

Metodologia Geral

A metodologia adotada neste capítulo foi estruturada a partir da integração de dados secundários provenientes de duas bases principais: a plataforma GEOSSIT, do Serviço Geológico do Brasil, e o Mapa do Turismo Brasileiro 2025, do Ministério do Turismo. Essa integração permitiu articular informações relativas ao patrimônio geológico e à organização territorial do turismo, constituindo a base para a construção dos modelos analíticos propostos.

Foram considerados todos os geossítios cadastrados no estado da Bahia na plataforma GEOSSIT, a partir dos quais foram extraídas as variáveis Nota Turística, Nota Científica e Beleza Cênica, além da identificação do município de localização. Em seguida, os municípios foram associados às respectivas categorias definidas pelo Mapa do Turismo Brasileiro, refletindo seu grau de inserção na dinâmica turística nacional.

Com o objetivo de incorporar a dimensão territorial ao modelo, as categorias municipais foram convertidas em valores numéricos, permitindo sua integração em um sistema de análise quantitativa. Foram atribuídos os seguintes valores: 1,0 para municípios turísticos, 0,75 para municípios com oferta turística complementar e 0,65 para municípios de apoio ao turismo. Essa conversão possibilitou representar o nível de institucionalização turística como variável contínua no cálculo dos índices.

A metodologia foi organizada em duas abordagens analíticas complementares, correspondentes a dois modelos de avaliação do potencial geoturístico.

A primeira abordagem consiste no Modelo GEO-TUR – Nota Turística, no qual a Nota Turística do GEOSSIT foi utilizada como variável representativa do potencial de uso turístico dos geossítios. Esse modelo foi aplicado a um conjunto selecionado de geossítios com maior desempenho, permitindo analisar o geoturismo já consolidado ou em estágio avançado de desenvolvimento.

A segunda abordagem corresponde ao Modelo GEO-TUR reformulado, no qual a Nota Turística foi substituída pela combinação entre Nota Científica e Beleza Cênica. Esse modelo foi aplicado ao conjunto completo dos geossítios da Bahia, permitindo uma análise mais abrangente do potencial geoturístico, incluindo áreas ainda não estruturadas do ponto de vista turístico.

Para garantir comparabilidade entre as variáveis, foi realizada a padronização dos dados por meio de normalização linear do tipo min-max, convertendo os valores para uma escala entre 0 e 1. Esse procedimento foi aplicado às variáveis contínuas, assegurando proporcionalidade entre os dados originais e viabilizando sua integração no modelo.

No caso da Beleza Cênica, originalmente expressa em escala discreta de 0 a 4 no GEOSSIT, foi realizada normalização direta, mantendo a hierarquia dos valores e permitindo sua compatibilização com as demais variáveis.

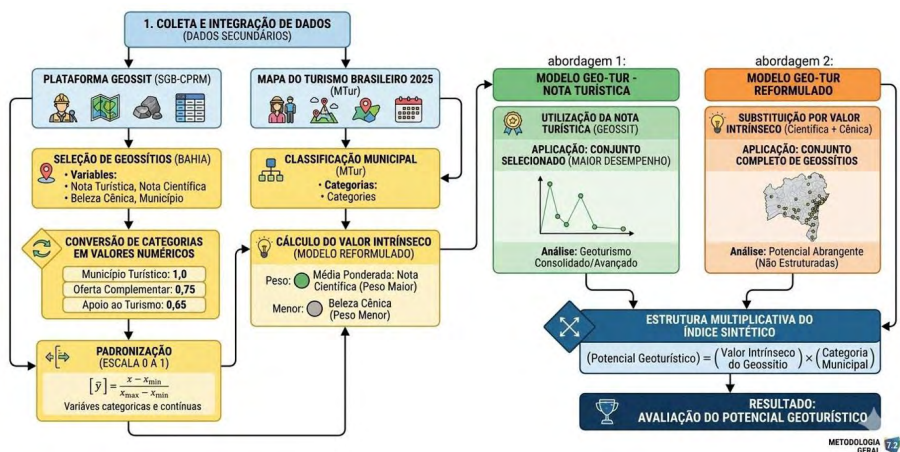
Após a padronização, foi construído um índice sintético a partir de uma estrutura multiplicativa, na qual o valor intrínseco do geossítio é combinado com a categoria municipal. Essa estrutura reflete o princípio de que o potencial geoturístico resulta da interação entre o valor do patrimônio geológico e as condições territoriais de suporte ao turismo, evitando que uma dimensão compense integralmente a outra.

No modelo reformulado, o valor intrínseco foi previamente definido por meio da combinação entre Nota Científica e Beleza Cênica, utilizando média ponderada com maior peso atribuído à dimensão científica. Essa etapa permitiu explicitar diferentes componentes do valor do geossítio, ampliando a capacidade analítica do modelo.

A operacionalização do modelo foi realizada em ambiente de planilha eletrônica (Microsoft Excel), no qual foram organizados os dados, foram aplicadas as etapas de normalização das variáveis e foram calculados os índices GEO-TUR a partir das equações propostas. Esse procedimento permitiu controle direto dos cálculos, rastreabilidade dos resultados e possibilidade de replicação do modelo.

O procedimento metodológico foi desenvolvido em etapas sequenciais, conforme descrito a seguir:

Figura 6 - Metodologia Geral.



Fonte: Elaborado pela autora.

Modelo GEO-TUR – Avaliação pela Nota Turística

A primeira aplicação do Modelo GEO-TUR foi desenvolvida com base na Nota Turística atribuída aos geossítios pela plataforma GEOSSIT, considerando essa variável como uma síntese do potencial de uso turístico dos sítios. Essa abordagem permite avaliar o grau de consolidação do geoturismo no território baiano a partir da interação entre o valor intrínseco do geossítio e a estrutura institucional do município.

Diferentemente de análises isoladas, o modelo assume que o potencial geoturístico é resultado de uma relação territorial, na qual a qualidade do patrimônio geológico e as condições estruturais do município atuam de forma conjunta.

Padronização das variáveis

Para garantir comparabilidade entre os dados, as notas turísticas foram transformadas para uma escala padronizada entre 0 e 1, utilizando o método de normalização linear do tipo min-max.

$$Nota_{norm} = \frac{N.T - N.T_{min}}{N.T_{max} - N.T_{min}}$$

Considerando os valores observados no banco de dados, a expressão foi aplicada da seguinte forma:

$$Nota_{norm} = \frac{N.T-120}{255}$$

Esse procedimento mantém a proporcionalidade dos dados originais e permite sua integração com a variável territorial.

Conversão da categoria municipal

A variável territorial foi incorporada ao modelo por meio da conversão das categorias do Mapa do Turismo Brasileiro em valores numéricos, representando o grau de institucionalização turística:

Município Turístico igual a 1,0

Município com oferta turística complementar igual a 0,75
Município de apoio ao turismo igual a 0,65

Essa conversão permite integrar uma variável qualitativa ao cálculo do índice, possibilitando a análise conjunta entre patrimônio e território.

Cálculo do índice GEO-TUR

O Índice GEO-TUR foi calculado a partir da multiplicação entre a Nota Turística normalizada e o valor da categoria municipal.

$$GEO-TUR = Nota_{norm} \times Cat_{val}$$

A estrutura multiplicativa adotada implica que o desempenho do índice depende simultaneamente das duas variáveis. Assim, um geossítio com alto valor pode apresentar desempenho reduzido caso esteja localizado em um município com menor grau de institucionalização turística.

Essa lógica evita compensações indevidas e reforça a interpretação do geoturismo como fenômeno territorial.

Classificação do potencial geoturístico

Os valores do índice foram organizados em classes de potencial:

Quadro 17 - Classes de Potencial Geoturístico do Modelo GEO-TUR

Classe de Potencial	Intervalo do Índice GEO-TUR
Muito Alto Potencial	$\geq 0,800$
Alto Potencial	0,650 – 0,799
Potencial Médio	0,500 – 0,649
Potencial Moderado	0,400 – 0,499
Potencial Emergente	$< 0,400$

Fonte: Elaborada pela autora.

Essa classificação permite interpretar os resultados de forma qualitativa e identificar padrões espaciais.

Resultados e distribuição

A aplicação do índice GEO-TUR, baseado na Nota Turística, ao conjunto completo dos geossítios da Bahia resultou em uma distribuição altamente assimétrica do potencial geoturístico. Os resultados evidenciam um predomínio expressivo de valores baixos, com forte concentração de geossítios na classe de potencial emergente, indicando que a maior parte do território apresenta baixa conversão do potencial geológico em valor turístico.

Os maiores valores do índice concentram-se em um número reduzido de geossítios, localizados majoritariamente em municípios com elevada estrutura turística, com destaque para Salvador e Porto Seguro. Nessas áreas, observa-se a convergência entre infraestrutura consolidada, acessibilidade e visibilidade turística, o que resulta nos únicos casos classificados como de Muito Alto Potencial.

Por outro lado, mesmo em regiões reconhecidas por sua relevância geoturística, como a Chapada Diamantina, a maior parte dos geossítios permanece classificada nas categorias de potencial emergente e moderado. Esse comportamento evidencia que o modelo apresenta limitações na valorização de atributos intrínsecos dos geossítios, uma vez que a ausência de estrutura turística reduz significativamente o valor final do índice.

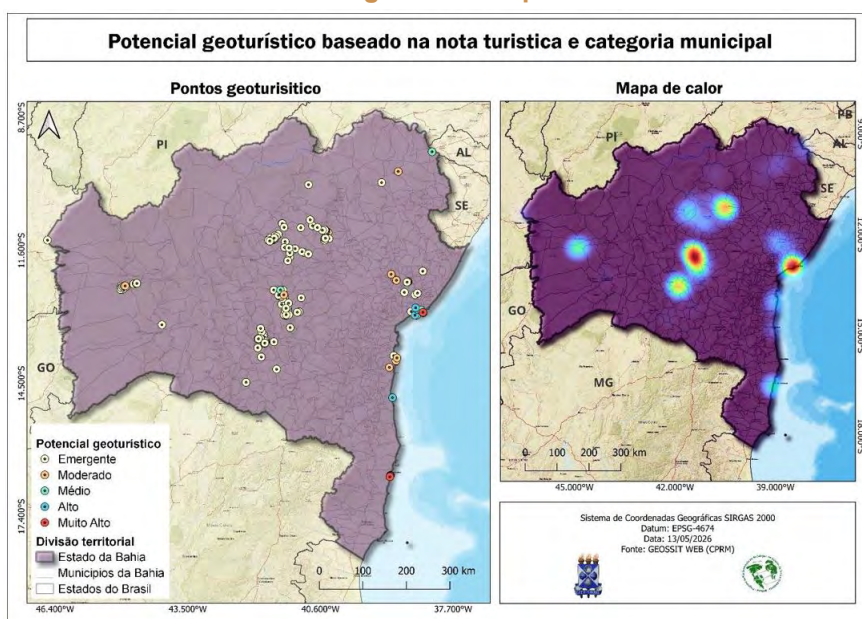
A distribuição dos geossítios por classes de potencial, apresentada no Gráfico 9, confirma esse padrão, demonstrando a predominância das classes inferiores e a baixa representatividade das classes de alto e muito alto potencial. Esse resultado indica uma forte dependência do índice em relação

à variável territorial, o que limita sua capacidade de identificar áreas com potencial geoturístico ainda não estruturado.

Análise espacial do modelo

A representação cartográfica do índice, apresentada na Figura 7, evidencia padrões espaciais bem definidos no estado da Bahia, revelando uma clara concentração do potencial geoturístico em áreas litorâneas e em municípios com maior nível de institucionalização turística.

Figura 7 - Potencial geoturístico baseado na nota turística e categoria municipal.



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que os maiores valores do índice estão fortemente concentrados no litoral, especialmente na região metropolitana de Salvador e no sul do estado, onde se localiza Porto Seguro. Essas áreas apresentam infraestrutura turística consolidada, o que influencia diretamente os resultados do modelo.

Em contraste, extensas áreas do interior, incluindo o oeste baiano, o semiárido e parte significativa da Chapada Diamantina, apresentam predominância de valores baixos, com poucos casos de potencial moderado. Esse

padrão espacial reforça a desigualdade territorial na distribuição do geoturismo, evidenciando a concentração do desenvolvimento em polos turísticos já estabelecidos.

Além disso, a análise espacial revela que o modelo não apenas identifica áreas de maior potencial, mas também reproduz a lógica da regionalização turística existente, refletindo diretamente a distribuição da infraestrutura e dos investimentos no território.

Dessa forma, o padrão espacial observado confirma que o modelo GEO-TUR baseado na Nota Turística atua mais como um indicador da consolidação turística do que como uma ferramenta de identificação do potencial geoturístico, apresentando limitações na análise de territórios ainda não estruturados.

Limitações do modelo baseado na Nota Turística

Embora o Modelo GEO-TUR baseado na Nota Turística apresente consistência na identificação de áreas com geoturismo consolidado, sua aplicação evidencia limitações importantes que precisam ser consideradas na interpretação dos resultados.

A principal limitação está associada à própria natureza da variável utilizada. A Nota Turística do GEOSSIT não representa exclusivamente o valor intrínseco do geossítio, pois incorpora critérios relacionados à acessibilidade, infraestrutura, uso atual e potencial de visitação. Isso significa que parte do desempenho do índice já reflete condições territoriais previamente existentes.

Como consequência, o modelo tende a favorecer áreas onde o turismo já está estruturado, especialmente municípios classificados como turísticos, como Salvador e Porto Seguro. Nesses casos, há uma convergência entre o valor do geossítio e capacidade territorial, resultando em valores elevados do índice.

Por outro lado, geossítios com alta relevância geológica, mas localizados em municípios com menor grau de institucionalização turística, podem apresentar desempenho reduzido. Essa redução não decorre necessariamente da ausência de potencial, mas sim da limitação estrutural do território, o que pode levar à subestimação de áreas com elevado valor intrínseco.

Outro aspecto relevante diz respeito ao recorte analítico adotado. A seleção de geossítios com Nota Turística igual ou superior a 260 permitiu maior clareza na análise, mas restringiu o universo de observação aos casos com

maior desempenho, reduzindo a capacidade de identificar padrões em áreas menos estruturadas.

Além disso, a utilização de uma variável sintética como a Nota Turística dificulta a separação entre diferentes dimensões do valor do geossítio, como relevância científica e atratividade paisagística. Essa limitação impede uma análise mais detalhada dos fatores que efetivamente contribuem para o potencial geoturístico.

Dessa forma, o modelo apresenta maior capacidade de representar o geoturismo enquanto realidade já estabelecida, sendo menos eficiente na identificação de territórios com potencial ainda não desenvolvido. Em termos analíticos, pode-se afirmar que o índice GEO-TUR, em sua primeira versão, é mais sensível à estrutura existente do turismo do que ao valor intrínseco do patrimônio geológico.

Essas limitações não invalidam o modelo, mas indicam a necessidade de uma abordagem complementar que permita analisar o potencial geoturístico a partir de variáveis independentes da dinâmica turística já consolidada. É nesse contexto que se insere a proposição do Modelo GEO-TUR 2, apresentado na seção seguinte, que busca incorporar de forma mais direta as dimensões científicas e estéticas do patrimônio geológico.

Reformulação do Modelo GEO-TUR: abordagem científico-estética

Propõe-se uma reformulação do Modelo GEO-TUR, na qual o componente intrínseco deixa de ser representado pela Nota Turística e passa a ser construído a partir de duas dimensões fundamentais do patrimônio geológico: a Nota Científica e a Beleza Cênica.

A Nota Científica expressa a relevância geológica dos geossítios, considerando aspectos como representatividade, raridade, integridade e valor para a pesquisa científica. Trata-se de uma variável diretamente relacionada ao patrimônio geológico em sua essência, independentemente de sua utilização turística.

A Beleza Cênica representa a dimensão estética e paisagística dos geossítios, estando diretamente associada à sua visibilidade e capacidade de atratividade. No contexto do GEOSSIT, essa variável é estruturada a partir de classes de visibilidade, que variam de relevância nacional até ausência de

destaque cênico, sendo atribuídas pontuações de 0 a 4, conforme apresentado no Quadro 18.

Essa classificação permite incorporar ao modelo não apenas a percepção visual da paisagem, mas também o grau de inserção do geossítio nas dinâmicas de promoção turística, refletido pelo uso em campanhas em diferentes escalas. Dessa forma, a Beleza Cênica constitui um componente essencial na avaliação do potencial geoturístico, uma vez que a atratividade do geossítio está diretamente relacionada à sua capacidade de gerar interesse visual, reconhecimento territorial e experiência estética para o visitante.

Quadro 18 - Classificação da Beleza Cênica (C8) no GEOSSIT e Conversão para o Modelo GEO-TUR.

Classe GEOSSIT	Descrição	Pontuação GEOSSIT
Muito alta visibilidade nacional	Local de interesse habitualmente utilizado em campanhas turísticas nacionais, evidenciando aspectos geológicos	4
Alta visibilidade nacional	Local de interesse ocasionalmente utilizado em campanhas turísticas nacionais, evidenciando aspectos geológicos	3
Visibilidade local consolidada	Local frequentemente utilizado em campanhas turísticas locais, com destaque para aspectos geológicos	2
Baixa visibilidade local	Local ocasionalmente utilizado em campanhas turísticas locais, com menor destaque dos aspectos geológicos	1
Sem relevância cênica	Não apresenta destaque paisagístico ou uso em promoção turística	0

Fonte: Adaptado do GEOSSIT (CPRM) e elaborado para aplicação no Modelo GEO-TUR.

A incorporação dessas duas variáveis permite construir um indicador que reflete de forma mais direta o valor intrínseco do geossítio, dissociando-o, em grande medida, das condições já existentes de uso turístico. Dessa forma, o modelo passa a capturar não apenas o geoturismo consolidado, mas também o potencial latente do território.

Diferentemente da primeira versão, que utilizou um recorte analítico baseado nos geossítios com maior Nota Turística, a versão reformulada é aplicada ao conjunto completo dos geossítios cadastrados no estado da Bahia. Essa ampliação do universo de análise representa um avanço significativo, pois permite uma leitura territorial mais abrangente e menos condicionada por critérios de desempenho prévio.

A reformulação mantém, no entanto, o princípio central do modelo, baseado na interação entre patrimônio e território. Assim, o valor intrínseco dos geossítios continua sendo combinado com a categoria municipal, preservando a dimensão territorial como elemento estruturante do potencial geoturístico.

Essa nova abordagem possibilita distinguir entre dois níveis de análise. O primeiro, associado ao modelo original, reflete o geoturismo enquanto prática já consolidada. O segundo, representado pelo modelo reformulado, permite identificar áreas com elevado valor geológico e paisagístico que ainda não foram plenamente incorporadas à dinâmica turística.

Dessa forma, a reformulação do Modelo GEO-TUR não substitui a versão anterior, mas a complementa, ampliando a capacidade analítica da pesquisa e permitindo uma interpretação mais completa do território baiano sob a perspectiva do geoturismo.

Padronização das variáveis

A reformulação do modelo exigiu a padronização das variáveis Nota Científica e Beleza Cênica, de modo a garantir comparabilidade entre dados de naturezas distintas e permitir sua integração no cálculo do índice.

A Nota Científica, originalmente expressa em valores absolutos no banco de dados do GEOSSIT, apresenta variação significativa entre os geossítios analisados. Para viabilizar sua utilização no modelo, foi aplicada a normalização linear do tipo min-max, transformando os valores para uma escala entre 0 e 1.

$$NC_{norm} = \frac{NC - NC_{min}}{NC_{max} - NC_{min}}$$

Onde NC representa a Nota Científica do geossítio, NC_min corresponde ao menor valor observado no conjunto de dados e NC_max ao maior valor registrado. Esse procedimento preserva a proporcionalidade entre os valores originais e permite sua comparação direta com outras variáveis.

A Beleza Cênica, por sua vez, é expressa no GEOSSIT em uma escala discreta variando de 0 a 4. Considerando essa estrutura, a padronização foi realizada por meio de normalização direta, convertendo os valores para uma escala de 0 a 1.

$$BC_{norm} = \frac{BC}{4}$$

Onde BC corresponde ao valor da Beleza Cênica atribuído ao geossítio. Essa transformação mantém a hierarquia dos valores e facilita sua integração no modelo.

A padronização dessas variáveis é uma etapa fundamental, pois permite combinar dimensões distintas do patrimônio geológico em um mesmo índice, garantindo coerência estatística e evitando distorções decorrentes de diferenças de escala.

Além disso, a utilização da normalização min-max assegura que os valores permaneçam diretamente interpretáveis, com 0 representando o menor desempenho observado e 1 o maior, o que facilita a leitura dos resultados e sua aplicação em análises comparativas.

Construção do valor intrínseco

A partir da padronização das variáveis, o valor intrínseco dos geossítios foi definido como a combinação entre a Nota Científica normalizada e a Beleza Cênica normalizada. Essa etapa representa o núcleo da reformulação do modelo, pois substitui a utilização de uma variável sintética por uma composição que explicita diferentes dimensões do patrimônio geológico.

A Nota Científica foi considerada o componente principal do valor intrínseco, por refletir diretamente a relevância geológica dos geossítios. Essa variável está associada à representatividade, integridade e importância científica, constituindo a base do patrimônio geológico enquanto objeto de conservação e estudo.

A Beleza Cênica foi incorporada como componente complementar, representando a dimensão estética e paisagística dos geossítios. Sua inclusão permite captar o potencial de atratividade visual, elemento essencial para o desenvolvimento do geoturismo.

A combinação entre essas duas variáveis foi realizada por meio de média ponderada, atribuindo maior peso à Nota Científica, de modo a preservar o caráter geológico da análise, sem desconsiderar a importância da paisagem.

$$Valor_{intrinseco} = 0.6 \cdot NC_{norm} + 0.4 \cdot BC_{norm}$$

A escolha dos pesos reflete uma decisão metodológica fundamentada na natureza das variáveis. O valor científico é entendido como elemento estruturante do patrimônio geológico, enquanto a beleza cênica atua como fator de valorização turística. Dessa forma, a ponderação adotada busca equilibrar rigor científico e potencial de atratividade.

A utilização de média ponderada, em vez de estrutura multiplicativa, permite evitar que valores nulos em uma das variáveis anulem completamente o valor intrínseco do geossítio. Essa escolha é particularmente relevante no caso da Beleza Cênica, que apresenta valores discretos e, em alguns casos, iguais a zero.

Além disso, a combinação linear facilita a interpretação dos resultados, permitindo identificar de forma clara a contribuição relativa de cada variável na composição do valor intrínseco.

Essa etapa representa uma mudança significativa em relação ao modelo anterior, ao desagregar o conceito de valor do geossítio em componentes distintos, ampliando a capacidade analítica do modelo e permitindo uma leitura mais detalhada do potencial geoturístico.

Cálculo do Índice GEO-TUR

O Índice GEO-TUR, em sua versão reformulada, foi calculado a partir da multiplicação entre o valor intrínseco e o valor da categoria municipal, mantendo a mesma estrutura do modelo original.

$$GEO-TUR = Valor_{intrinseco} \times Cat_{val}$$

Onde Valor_intrinseco corresponde à combinação entre a Nota Científica e a Beleza Cênica normalizadas, e Cat_val representa o valor da categoria municipal.

A manutenção da estrutura multiplicativa garante coerência metodológica e permite a comparação direta entre as duas abordagens, preservando a relação entre valor do geossítio e capacidade territorial.

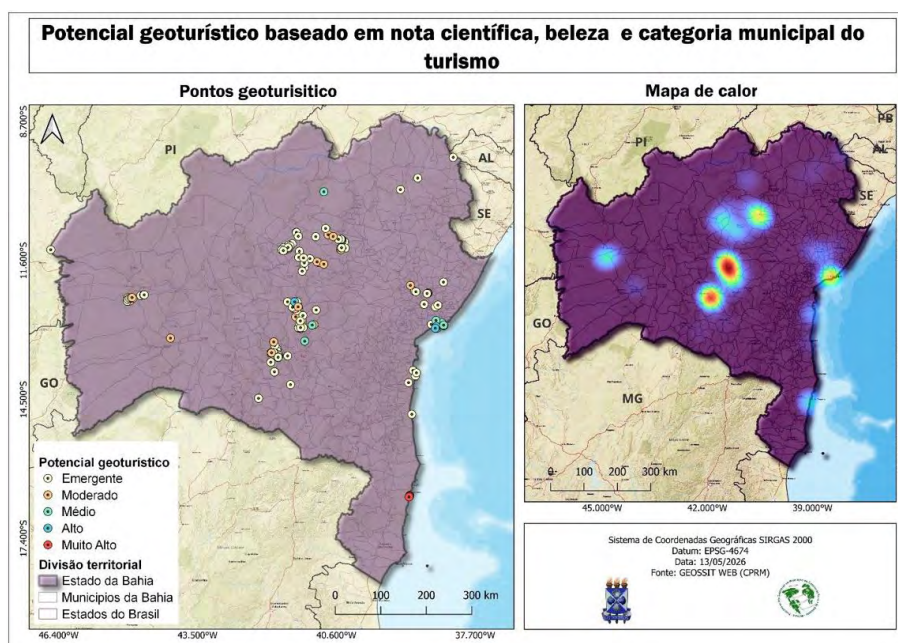
Resultados da Aplicação do Modelo GEO-TUR Reformulado

A aplicação do modelo GEO-TUR reformulado ao conjunto completo dos geossítios da Bahia revelou uma reorganização consistente e espacialmente estruturada do potencial geoturístico no estado. Diferentemente do

modelo anterior, observa-se uma redistribuição dos valores do índice, com redução da concentração exclusiva em áreas litorâneas e maior evidência de territórios interioranos.

A análise dos resultados permite identificar três padrões territoriais distintos.

Figura 8 - Potencial geoturístico baseado em nota científica , beleza e categoria municipal do turismo.



Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro corresponde às áreas com maior concentração de valores elevados do índice, caracterizadas por forte articulação entre valor intrínseco e estrutura turística. Nesse grupo, destacam-se os municípios de Salvador e Porto Seguro, onde se concentram os maiores valores do modelo. Geossítios como o Farol da Barra (0,80), a Falha de Salvador (0,78) e as Falésias de Porto Seguro (0,89) representam o nível máximo de desempenho, evidenciando a convergência entre relevância geológica, atratividade paisagística e suporte territorial.

O segundo padrão refere-se às áreas com potencial geoturístico emergente, com destaque para a Chapada Diamantina. Nessa região, observa-se uma concentração significativa de valores entre 0,35 e 0,75, indicando con-

sistência territorial. Geossítios como o Morro do Pai Inácio (0,75) e o Poço Encantado (0,63) demonstram elevado desempenho mesmo em municípios classificados como de oferta turística complementar. Esse comportamento evidencia que o valor intrínseco, quando elevado, é capaz de compensar parcialmente limitações estruturais.

O terceiro padrão corresponde às áreas com potencial geoturístico latente, concentradas principalmente no oeste da Bahia e em municípios como São Desidério e João Dourado. Nessas regiões, predominam valores inferiores a 0,30, refletindo limitações relacionadas à baixa institucionalização turística e à reduzida expressividade cênica dos geossítios. No entanto, observa-se a presença de valores intermediários pontuais, como no caso do Parque da Lagoa Azul (0,44), indicando a existência de núcleos isolados de potencial.

Além da diferenciação territorial, os resultados evidenciam uma mudança na hierarquia dos geossítios. No modelo reformulado, a beleza cênica assume papel determinante na elevação dos valores do índice. Geossítios com valores elevados de beleza cênica tendem a apresentar desempenho superior, mesmo quando não localizados em municípios turísticos. Por outro lado, geossítios com alta relevância científica, mas baixa atratividade visual, apresentam desempenho reduzido, indicando que o valor científico isolado não é suficiente para sustentar o potencial geoturístico.

Essa dinâmica resulta em uma redistribuição do protagonismo territorial, com maior equilíbrio entre litoral e interior. Enquanto o modelo anterior concentrava os maiores valores em áreas já consolidadas, o modelo reformulado evidencia a emergência de novos polos potenciais, especialmente na Chapada Diamantina.

Comparação entre o Modelo GEO-TUR (Nota Turística) e o Modelo GEO-TUR (Nota Científica e Beleza Cênica)

A comparação entre o modelo GEO-TUR baseado na Nota Turística e o modelo GEO-TUR reformulado, fundamentado na Nota Científica e na Beleza Cênica, evidencia diferenças estruturais na forma de interpretação do potencial geoturístico no estado da Bahia.

No modelo baseado na Nota Turística, os resultados apresentam forte dependência da estrutura turística existente, concentrando os maiores valo-

res em municípios já consolidados, especialmente em áreas litorâneas. Esse comportamento resulta em uma leitura territorial que tende a reproduzir a organização turística vigente, limitando a identificação de novos espaços com potencial geoturístico.

Em contraste, o modelo baseado na Nota Científica e na Beleza Cênica promove uma reconfiguração da distribuição espacial do potencial geoturístico. Ao incorporar variáveis relacionadas ao valor intrínseco dos geossítios, o modelo passa a evidenciar áreas anteriormente pouco destacadas, com destaque para regiões do interior, como a Chapada Diamantina.

Essa diferença não se limita a uma mudança conceitual, mas se reflete diretamente nos resultados obtidos. O Quadro 19 apresenta uma síntese comparativa entre as duas abordagens, evidenciando alterações na lógica de avaliação, nas variáveis utilizadas e na capacidade de análise territorial.

Quadro 19 – Comparação entre o Modelo GEO-TUR (Nota Turística) e o Modelo GEO-TUR (Nota Científica e Beleza Cênica).

Dimensão de Análise	GEO-TUR (Nota Turística)	GEO-TUR Reformulado (Nota Científica + Beleza Cênica)	Interpretação Analítica
Base de avaliação	Uso turístico atual	Valor intrínseco do geossítio	Mudança de foco: uso → potencial
Variáveis principais	Nota turística + categoria municipal	Nota científica + beleza cênica + categoria municipal	Ampliação e detalhamento das variáveis
Dependência da infraestrutura	Alta	Moderada	Redução do viés estrutural
Papel do valor científico	Secundário	Central	Fortalecimento da base geológica
Papel da beleza cênica	Indireto	Direto e estruturante	Valorização da paisagem
Distribuição espacial	Concentrada no litoral	Mais equilibrada com interiorização	Reconfiguração territorial
Identificação de potencial	Áreas consolidadas	Áreas consolidadas e latentes	Expansão da capacidade analítica
Aplicabilidade	Diagnóstico do geoturismo existente	Planejamento do potencial geoturístico	Uso estratégico do modelo

Dimensão de Análise	GEO-TUR (Nota Turística)	GEO-TUR Reformulado (Nota Científica + Beleza Cênica)	Interpretação Analítica
Função principal	Mede consolidação turística	Identifica potencial territorial	Modelos complementares

Fonte : Elaborado pela autora.

A análise da tabela demonstra que o modelo original está ancorado no uso turístico atual, enquanto o modelo reformulado se baseia no valor intrínseco dos geossítios. Essa mudança de base resulta na redução da dependência da infraestrutura e na ampliação da capacidade de identificação de áreas com potencial geoturístico.

Dessa forma, a comparação entre os modelos evidencia uma mudança de paradigma na avaliação do potencial geoturístico, deslocando o foco da estrutura turística existente para o valor intrínseco dos geossítios. Esse avanço amplia significativamente as possibilidades de aplicação do modelo no planejamento e na gestão do geoturismo.

Síntese e Contribuições do Modelo GEO-TUR

A aplicação do modelo GEO-TUR reformulado, baseado na Nota Científica e na Beleza Cênica, permitiu ampliar de forma significativa a compreensão do potencial geoturístico no estado da Bahia. Os resultados evidenciam que a substituição da Nota Turística por variáveis intrínsecas do patrimônio geológico promove uma leitura mais equilibrada e territorialmente abrangente.

A principal contribuição do modelo consiste na capacidade de identificar diferentes níveis de desenvolvimento geoturístico, distinguindo áreas consolidadas, territórios em processo de estruturação e regiões com potencial latente. Essa diferenciação representa um avanço em relação ao modelo baseado na Nota Turística, que tende a reproduzir a estrutura turística existente.

Os resultados demonstram que a maior parte dos geossítios encontra-se inserida em municípios com baixa institucionalização turística, evidenciando a predominância de potencial ainda não desenvolvido. Ao mesmo tempo, o modelo reformulado destaca regiões interioranas, como a Chapada Diamantina, que passam a assumir papel relevante na hierarquia do potencial geoturístico.

Outro aspecto fundamental refere-se à incorporação da beleza cênica como variável estruturante. Os resultados indicam que a dimensão estética exerce influência direta na valorização dos geossítios, reforçando sua importância para o geoturismo e para a experiência do visitante. Em paralelo, a Nota Científica assegura a consistência geológica da análise, garantindo que a valorização não se limite a critérios exclusivamente visuais.

A integração dessas variáveis com a categoria municipal permitiu manter a dimensão territorial como elemento central do modelo, assegurando sua aplicabilidade em contextos de planejamento. Dessa forma, o modelo GEO-TUR reformulado não apenas avalia o potencial geoturístico, mas também fornece subsídios para a definição de estratégias de desenvolvimento e gestão do território.

Do ponto de vista metodológico, a proposta apresenta elevada capacidade de replicação, podendo ser aplicada em outras regiões a partir de bases de dados secundários, como plataformas de inventário geológico e sistemas oficiais de regionalização do turismo. Essa característica amplia o alcance do modelo, posicionando-o como uma ferramenta relevante para estudos de geoturismo em escala nacional e internacional.

Em termos científicos, o modelo contribui para o avanço das metodologias de avaliação geoturística ao integrar dimensões frequentemente analisadas de forma isolada. A articulação entre valor científico, beleza cênica e estrutura territorial permite uma abordagem mais completa, superando limitações de modelos baseados exclusivamente em critérios turísticos ou geológicos.

Por fim, o modelo GEO-TUR reformulado representa uma mudança de abordagem na análise do geoturismo, ao deslocar o foco da estrutura existente para o potencial do território. Essa perspectiva amplia as possibilidades de planejamento, ao evidenciar áreas que, embora ainda não consolidadas, apresentam condições favoráveis para o desenvolvimento do geoturismo.

Dessa forma, o modelo proposto se consolida como uma ferramenta analítica e estratégica, capaz de contribuir para a valorização do patrimônio geológico e para a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo na Bahia.

CAPÍTULO 8 — CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

A presente pesquisa teve como propósito central desenvolver uma proposta metodológica para avaliação do potencial geoturístico do estado da Bahia a partir da integração de dados secundários, com base nas informações da plataforma GEOSSIT e na estrutura de regionalização do Mapa do Turismo Brasileiro 2025. Ao longo do percurso investigativo, buscou-se não apenas compreender a geodiversidade baiana e sua relação com o turismo, mas também evidenciar as limitações dos instrumentos existentes e propor uma alternativa metodológica capaz de articular ciência, território e planejamento.

A análise da geodiversidade da Bahia confirmou a complexidade e a riqueza do substrato físico do estado, marcado por formações geológicas que abrangem desde o Arqueano até o Cenozoico, além de uma expressiva diversidade de paisagens naturais. Esses elementos, quando interpretados à luz do geoturismo, revelam um potencial significativo ainda pouco explorado, sobretudo em regiões do interior que permanecem à margem das dinâmicas turísticas consolidadas. Nesse sentido, a geodiversidade não se apresenta apenas como um atributo físico do território, mas como uma base estratégica para o desenvolvimento de práticas turísticas sustentáveis, educativas e territorialmente inclusivas.

A organização e padronização dos dados provenientes do GEOSSIT e do Mapa do Turismo Brasileiro permitiram a construção de uma base analítica integrada, fundamental para o desenvolvimento da proposta metodológica. Esse processo evidenciou que, embora ambas as plataformas sejam relevantes em seus respectivos campos, operam de forma desarticulada, o que compromete a leitura integrada do território. A ausência de conexão entre dados geocientíficos e instrumentos de planejamento turístico resulta em uma fragmentação que dificulta a identificação de áreas com real potencial geoturístico.

A avaliação crítica da plataforma GEOSSIT demonstrou que, apesar de sua robustez enquanto ferramenta de inventário científico, sua aplicação no contexto do planejamento geoturístico ainda é limitada. A predominância de critérios técnicos e a ausência de variáveis relacionadas à infraestrutura, acessibilidade e inserção territorial restringem sua capacidade de refletir o potencial turístico efetivo dos geossítios. Além disso, a representação pontual

dos registros, sem articulação com o território mais amplo, dificulta a compreensão das dinâmicas espaciais e das possibilidades de integração com políticas públicas.

De forma complementar, a análise do Mapa do Turismo Brasileiro 2025 evidenciou que a lógica de categorização dos municípios está fortemente associada a indicadores de desempenho econômico, governança e infraestrutura, o que, embora necessário, não contempla de maneira direta o valor do patrimônio geológico. Como resultado, observa-se que diversos geossítios com elevado valor científico e potencial turístico encontram-se localizados em municípios que não integram as regiões turísticas reconhecidas, permanecendo, portanto, invisibilizados no âmbito das políticas públicas.

A partir dessa constatação, confirma-se a hipótese que orientou esta pesquisa, ao evidenciar que a ausência de integração entre o GEOSSIT e o Mapa do Turismo Brasileiro compromete a valorização e o aproveitamento do potencial geoturístico da Bahia. Essa lacuna reforça a necessidade de abordagens metodológicas que considerem simultaneamente o valor intrínseco dos geossítios e sua inserção no território turístico.

Nesse contexto, a proposta do modelo GEO-TUR emerge como a principal contribuição desta tese. Ao integrar variáveis geocientíficas, turísticas e territoriais em uma única matriz de avaliação, o modelo permite uma leitura mais completa e aplicada do potencial geoturístico. Diferentemente das abordagens tradicionais, que priorizam exclusivamente o valor científico ou turístico de forma isolada, o GEO-TUR propõe uma síntese que considera tanto a qualidade intrínseca dos geossítios quanto as condições reais de uso e inserção territorial.

A aplicação do modelo na Bahia possibilitou identificar padrões espaciais relevantes, evidenciando a existência de áreas com elevado potencial geoturístico que ainda não são contempladas pelas políticas oficiais de turismo. Ao mesmo tempo, revelou a concentração de investimentos e reconhecimento em determinadas regiões já consolidadas, indicando a necessidade de uma distribuição mais equilibrada das estratégias de desenvolvimento.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa demonstra que o uso de dados secundários, quando devidamente organizados e interpretados, pode constituir uma base sólida para a avaliação do potencial geoturístico em escala regional. Essa abordagem apresenta vantagens importantes, como a possibilidade de replicação, baixo custo e acesso facilitado, contribuindo para a democratização das ferramentas de planejamento territorial.

Entretanto, é importante reconhecer que a dependência de dados secundários também impõe limitações, especialmente no que se refere à atualização das informações e à ausência de validação em campo. Essas restrições não invalidam os resultados obtidos, mas indicam a necessidade de complementação futura com estudos empíricos que possam aprofundar a análise em escala local.

Diante disso, recomenda-se que pesquisas futuras avancem na aplicação do modelo GEO-TUR em outros contextos territoriais, bem como na incorporação de novas variáveis relacionadas às dinâmicas socioeconômicas e à participação das comunidades locais. Além disso, destaca-se o potencial de desenvolvimento de ferramentas digitais que permitam a operacionalização automatizada da metodologia, ampliando sua utilidade para gestores públicos e pesquisadores.

Por fim, esta tese contribui para o avanço do debate sobre geoturismo no Brasil ao propor uma abordagem integrada, baseada em dados secundários e orientada ao planejamento territorial. Ao estabelecer conexões entre geodiversidade, políticas públicas e desenvolvimento sustentável, o estudo reforça o papel do geoturismo como uma estratégia viável para a valorização do patrimônio natural e para a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo no estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A. S.; ANDRADE, M. L. **A integração entre BIM e GIS como ferramenta de gestão urbana.** In: Encontro de Tecnologia de Informação e Comunicação na Construção – Edificações, Infraestrutura e Cidade: Do BIM AO CIM, 7., 2015, Recife. Anais....Recife: [s. n.], 2015. DOI: <https://doi.org/10.5151/engpro-tic2015-034>.
- AZEVEDO, U. R. de A. – 2007 – **Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: Potencial para criação de um Geoparque da UNESCO.** Tese de Doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Geociências. Belo Horizonte/MG- Brasil. 211 p.
- BACCI, D. C.; Piranha, J. M.; Boggiani, P. C.; Del Lama, E. A. & Teixeira, W. (Eds.) -2009- **Geoparques: estratégia de geoconservação e projetos educacionais.** Geol. USP, Publ. espec., São Paulo, v. 5, outubro 2009, p. 17-26.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2025.** Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- BRILHA, J. -2009- **Geological Heritage and Geoconservation in Portugal.** In: Carvalho, C. N. de & Rodrigues, J. (Eds.): New Challenges with Geotourism-Proceedings of the VIII European Geoparks Conference. Idanha-a-Nova Municipality and Geopark Naturtejo da Meseta Meridional. Portugal, p. 31- 35.
- BRILHA, J.; Andrade, C.; Azerêdo, A.; Barriga, F. J. A. S.; Cachão, M.; Couto, H.; Cunha, P. P.; Crispim, J. A.; Dantas, P.; Duarte, L. V.; Freitas, M. C.; Granja, M. H.; Henriques, M. H.; Henriques, P.; Lopes, L.; Madeira, J.; Matos, J. M. X.; Noronha, F.; Pais, J.; Piçarra, J.; Ramalho, M. M.; Relvas, J. M. R. S.; Ribeiro, A.; Santos, A.; Santos, V. & Terrinha, P. -2005- **Definition of the portuguese frameworks with international relevance as an input for the European geological heritage characterization.** Episodes, 28 (3), p. 177- 186.
- BRILHA, J. -2005- **Patrimônio Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica.** Palimage Editores, Viseu-PT. 190 p.

BRILHA, José. Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: **A Review. Geoheritage**, v. 8, p. 119–134, 2016. DOI: 10.1007/s12371-014-0139-3.

BRITO NEVES, Benjamim Bley de e SILVA, Augusto J. Pedreira da e MASCARENHAS, Juracy de F. Histórico da geologia da Bahia. **Geologia da Bahia: pesquisa e atualização**. Tradução . Salvador: CBPM, 2012. v. 1. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/0f55a3b7-1f29-4528-8331-d84152173a59/2391221.pdf>.

CARCAVILLA L., Durán J.J., López-Martínez J. (2008), Geodiversidad: concepto y relación con el patrimonio geológico. **Geo-Temas**, 10, 1299-1303, VII Congreso Geológico de España, Las Palmas de Gran Canaria.

CARVALHO, H. D. S. de. **Estrada Real Da Bahia, “O Caminho Dos Geoparques”**. 2025. 231 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Modelagem da Terra e do Ambiente, Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

CBPM – COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. **Mapa geológico da Bahia e textos explicativos**. Salvador: CBPM, 2010. Disponível em: <https://www.cbpm.ba.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CPRM - **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - 2006 - Mapa de Geodiversidade do Brasil: Escala 1:2.500.000. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Serviço Geológico do Brasil. Brasília/DF- Brasil. 68 p.**

CPRM - **Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais -1994- Projeto Chapada Diamantina- Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA -Informações Básicas para Gestão Territorial: Diagnóstico do Meio Físico e da Vegetação**. Salvador/BA- Brasil. 104 p.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Geodiversidade do estado da Bahia**. Brasília: CPRM, 2010. Disponível em: <https://www.cprm.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GEOSSIT – Serviço Geológico do Brasil. **Plataforma GEOSSIT**. Disponível em: <https://sgb.gov.br/geossit/geossitos>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GIUDICE, D. S. Territórios potenciais para implantação de geoparques na Bahia – Potential territories for implementation of geoparks in Bahia – Territorios potenciales para implementación de geoparques en Bahia. **Revisita GeoNordeste**, v. 3, p. 130-148, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33360/RGN.2318-2695.2023.i3.p.130-148>.

GRAY, M. -2004- **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature**. John Wiley and Sons, Chichester – England

GRAY, M. -2008- **Geodiversity: the origin and evolution of a paradigm**. In: Burek, C.V. & Prosser, C.D. (eds) The history of Geoconservation. The Geological Society, London, Special Publications, 300, p. 31-36.

GRAY, M. (2013). Geodiversity (2nd ed.). Wiley. Retrieved from <https://www.perlego.com/book/997770/geodiversity-valuing-and-conserving-abiotic-nature-pdf> (Original work published 2013)

GUIMARÃES, J. T.; Santos, R. A & Melo, R. C. (orgs) - 2008 - Geologia da Chapada Diamantina Ocidental (Projeto Ibityara-Rio de Contas). Série Arquivos Abertos no. 31. CBPM/CPRM, Salvador/BA - Brasil, 64 p.

HENRIQUES, M. H. *et al.* **Geoconservation as an emerging geoscience**. Geoheritage, v. 3, p. 117–128, 2011.

HOUSE, M. **Geotourism and interpretation**. In: DOWLING, R.; NEWSOME, D. Geotourism. Oxford: Elsevier, 2006. p. 13–24.

KUBALÍKOVÁ, L. Geomorphosite assessment for geotourism purposes. **Czech Journal of Tourism**, v. 2, n. 2, p. 80-104, dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.2478/cjot-2013-0005>.

MEIRA, S. A.; MORAIS, J. O. **Os conceitos de geodiversidade, patrimônio geológico e geoconservação: abordagens sobre o papel da geografia no estudo da temática – Geodiversity, Geoheritage and Geoconservation: different approaches about the geography role on the subject**. Boletim de Geografia, v. 34, n. 3, p. 129-147, jan. 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v34i3.29481>.

NASCIMENTO, M. A. L. do; Ruchkys, U. A. & Mantesso-Neto, V. -2008-**Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo -Trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico**. SBG. Brasil. 84 p.

DOWLING, R.K. and Newsome, D. (2006) **Geotourism's Issues and Challenges**, Geotourism, Chapter Thirteen, Elsevier, Oxford, 242-254.

NOLASCO M.C. -2002- **Registros Geológicos Gerados Pelo Garimpo, Lavras Diamantinas – Bahia**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geociências– Universidade Federal do Rio Grande do Sul- RS/ Brasil. 307 p.

PEREIRA, R. F., Brilha, J. & Martinez, J. E. –2008- **Proposta de enquadramento da geoconservação na legislação ambiental brasileira**. Memórias

e Notícias-Revista Cient. do Dept. de Ciências da Terra e do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra. No.- 3 (Nova Série). Coimbra-PT, p-491- 499.

PEREIRA, R. G. F. D. A. **Inventário do patrimônio geológico e geoconservação na Chapada Diamantina, Bahia, Brasil**. Salvador: CBPM – Série de Publicações Especiais, 2016. p. 172

PEREIRA, R. F. *et al.* **Geoparque Serra do Sincorá, BA: proposta**. Salvador: CPRM, 2017 (PROGEO, Lei 42/2007)".BOE-A-2007-21490 Ley 42/2007, de 13 de diciembre, del Patrimonio Natural y de la Biodiversidad.

PIEKARZ, G. F. & Liccardo, A. -2006- **Sítios geológicos e paleontológicos do Paraná- Geoturismo, geoconservação e geoparques**. In: I Simpósio Ambientes Geológicos dos Recursos Naturais do Paraná- I Geopar. Curitiba/PR- Brasil. SBG - Nucleo PR.

LICCARDO, A.; MANTESSO-NETO, V.; PIEKARZ, G. **Geoturismo urbano – educação e cultura**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, v. 35, n. 1, p. 133-141, nov. 2012. DOI: https://doi.org/10.11137/2012_1_133_141.

REYNARD, E.; Fontana, G.; Kozlik, L. & Scapozza, C. -2007- **A method for assessing “scientific” an “additional values” of geomorphosites**. *Geographica Helvetica - Swiss Journal of Geography* . Heft- 3 - 2007, p. 148-158.

RIZZATTI, M.; BECKER, E. L. S.; CASSOL, R.; BATISTA, N. L. **Cartografia temática e métodos de representação: uma revisão teórica**. Estrabão, v. 4, jan. 2023. DOI: <https://doi.org/10.53455/re.v4i.77>.

SERRANO, E. & Ruiz- Flaño, P. -2007- Geodiversity. A theoretical and applied concept. **Geographic Helvetica - Swiss Journal of Geography** . Heft-3 - 2007, p. 140-147.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL- CPRM & Companhia Baiana de Pesquisa Mineral-CBPM -2003- **Sistema de Informações Geográficas: Geologia e Recursos Minerais do Estado da Bahia**. Mapas nas escalas 1:1.000.000 e 1:2.000.000. Edição atualizada e ampliada, maio/2003. Salvador/BA- Brasil.

SHARPLES, C. -2002- **Concepts and principles of geoconservation**. Published electronically on the Tasmanian Parks & Wildlife Service website. Disponível em: [http://w.dpipwe.tas.gov.au/inter.nsf/Attachments/SJON-57W3YM/\\$FILE/geoconservation.pdf](http://w.dpipwe.tas.gov.au/inter.nsf/Attachments/SJON-57W3YM/$FILE/geoconservation.pdf).

SIGEP - 2008 - **Página na Internet da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos- SIGEP**. Disponível em: <http://w.unb.br/ig/sigep/sitios.htm> , acessado em 20 de maio de 2008.

SIGEP - 2009 - **Página de internet da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos**. Disponível em: <http://w.unb.br/ig/sigep/sitios.htm>, SIGEP -2010- Página de internet da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos- SIGEP. Disponível em: <http://w.unb.br/ig/sigep/sitios.htm>

UNESCO - 1972 - **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris/ França. Disponível em: http://w.unb.br/ig/sigep/Convencao_1972.htm, United Nations General Assembly– 1987 – Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. disponível em: <http://w.worldinbalance.net/pdf/1987-brundtland.pdf> , WCPA -2009- Página de Internet de la World Commission on Protected Areas. Disponível em: <http://w.iucn.org/about/union/commissions/wcpa/>, acessado em 16/Out/12

UNESCO: Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Culturales para el Desarrollo. **El Poder de la Cultura**. Estocolmo, Suecia, 30 de marzo - 2 de abril, 1998 MTur - Ministério do Turismo Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro Parâmetros da consulta: NORDESTE / Bahia.

Resumo da Seleção

Categoria	Município Turístico	Município com oferta turística complementar	Município de apoio ao turismo	Total
Nº de Casos	31	90	0	121
% de Casos	25.6%	74.4%	0.00%	100%

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Abaíra	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Alagoinhas	Caminhos do Sertão	Município Turístico
BA	Alcobaça	Costa das Baleias	Município com oferta turística complementar
BA	Almadina	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Andaraí	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Arataca	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Banzaê	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Barra da Estiva	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Barra do Mendes	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Barreiras	Caminhos do Oeste	Município Turístico

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Barro Alto	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Belmonte	Costa do Descobrimento	Município com oferta turística complementar
BA	Boa Vista do Tupim	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Bom Jesus da Lapa	Caminhos do Oeste	Município Turístico
BA	Boninal	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Bonito	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Cachoeira	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Caém	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar

BA	Caetité	Caminhos do Oeste	Município com oferta turística complementar
BA	Cairu	Costa do Dendê	Município Turístico
BA	Camaçari	Costa dos Coqueiros	Município Turístico
BA	Camamu	Costa do Dendê	Município com oferta turística complementar
BA	Campo Formoso	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Canavieiras	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Candeias	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Caravelas	Costa das Baleias	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Casa Nova	Vale do São Francisco	Município com oferta turística complementar
BA	Castro Alves	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Central	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Cipó	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Conceição do Coité	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Conde	Costa dos Coqueiros	Município com oferta turística complementar
BA	Coração de Maria	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Correntina	Caminhos do Oeste	Município Turístico
BA	Dom Basílio	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Entre Rios	Costa dos Coqueiros	Município Turístico
BA	Érico Cardoso	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Esplanada	Costa dos Coqueiros	Município com oferta turística complementar
BA	Feira de Santana	Caminhos do Sertão	Município Turístico
BA	Formosa do Rio Preto	Caminhos do Oeste	Município com oferta turística complementar
BA	Gentio do Ouro	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar

BA	Ibicoara	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Ibicuí	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Ibipeba	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Iguaí	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Ilhéus	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Ipiaú	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Ipupiara	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Iramaia	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Iraquara	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Itabuna	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Itacaré	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Itaeté	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Itagi	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Itaju do Colônia	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Itaparica	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Itapé	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Itatim	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Itiúba	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Ituaçu	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Ituberá	Costa do Dendê	Município com oferta turística complementar
BA	Jacobina	Chapada Diamantina	Município Turístico
BA	Jaguaquara	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Jaguaripe	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar

BA	Jandaíra	Costa dos Coqueiros	Município com oferta turística complementar
BA	Jequié	Caminhos do Sudoeste	Município Turístico
BA	Jiquiriçá	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Juazeiro	Vale do São Francisco	Município Turístico
BA	Lauro de Freitas	Costa dos Coqueiros	Município Turístico
BA	Lençóis	Chapada Diamantina	Município Turístico
BA	Macarani	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Maracás	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Maragogipe	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Maraú	Costa do Cacau	Município Turístico

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Marcionílio Souza	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Mata de São João	Costa dos Coqueiros	Município Turístico
BA	Monte Santo	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Morro do Chapéu	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Mucugê	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Mucuri	Costa das Baleias	Município Turístico
BA	Muniz Ferreira	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Muritiba	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Nova Ibiá	Costa do Dendê	Município com oferta turística complementar
BA	Nova Redenção	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Nova Viçosa	Costa das Baleias	Município com oferta turística complementar
BA	Palmeiras	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Paramirim	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Paulo Afonso	Lagos e Canyons do São Francisco	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Piatã	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Pindobaçu	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Pojuca	Costa dos Coqueiros	Município com oferta turística complementar
BA	Porto Seguro	Costa do Descobrimento	Município Turístico
BA	Prado	Costa das Baleias	Município Turístico
BA	Quixabeira	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Riachão do Jacuípe	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Rio de Contas	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Salvador	Baía de Todos os Santos	Município Turístico
BA	Santa Cruz Cabralia	Costa do Descobrimento	Município Turístico
BA	Santa Inês	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Santa Maria da Vitória	Caminhos do Oeste	Município com oferta turística complementar
BA	Santo Amaro	Baía de Todos os Santos	Município Turístico
BA	Santo Antônio de Jesus	Caminhos do Jiquiriçá	Município Turístico
BA	São Desidério	Caminhos do Oeste	Município Turístico
BA	São Félix	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Saúde	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Seabra	Chapada Diamantina	Município Turístico

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Senhor do Bonfim	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Simões Filho	Baía de Todos os Santos	Município Turístico
BA	Sobradinho	Vale do São Francisco	Município com oferta turística complementar
BA	Souto Soares	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Taperoá	Costa do Dendê	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Tucano	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Ubaíra	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Uibaí	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Una	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Utinga	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Valença	Costa do Dendê	Município Turístico
BA	Vera Cruz	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Vitória da Conquista	Caminhos do Sudoeste	Município Turístico
BA	Wagner	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Xique-Xique	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar

MTur - Ministério do Turismo

Regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro Parâmetros da consulta:
NORDESTE / Bahia

Resumo da Seleção

Nº de Macrorregiões	Nº de Uf	Nº de Municípios	Nº de Regiões Turísticas
1	1	121	13

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Abaíra	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Alagoinhas	Caminhos do Sertão	Município Turístico
BA	Alcobaça	Costa das Baleias	Município com oferta turística complementar
BA	Almadina	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Andaraí	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Arataca	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Banzaê	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Barra da Estiva	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Barra do Mendes	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Barreiras	Caminhos do Oeste	Município Turístico
BA	Barro Alto	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Belmonte	Costa do Descobrimento	Município com oferta turística complementar
BA	Boa Vista do Tupim	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Bom Jesus da Lapa	Caminhos do Oeste	Município Turístico
BA	Boninal	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Bonito	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Cachoeira	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Caém	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Caetité	Caminhos do Oeste	Município com oferta turística complementar
BA	Cairu	Costa do Dendê	Município Turístico
BA	Camaçari	Costa dos Coqueiros	Município Turístico
BA	Camamu	Costa do Dendê	Município com oferta turística complementar
BA	Campo Formoso	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Canavieiras	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Candeias	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Caravelas	Costa das Baleias	Município com oferta turística complementar
BA	Casa Nova	Vale do São Francisco	Município com oferta turística complementar
BA	Castro Alves	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Central	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Cipó	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Conceição do Coité	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Conde	Costa dos Coqueiros	Município com oferta turística complementar
BA	Coração de Maria	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Correntina	Caminhos do Oeste	Município Turístico
BA	Dom Basílio	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Entre Rios	Costa dos Coqueiros	Município Turístico
BA	Érico Cardoso	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Esplanada	Costa dos Coqueiros	Município com oferta turística complementar
BA	Feira de Santana	Caminhos do Sertão	Município Turístico

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Formosa do Rio Preto	Caminhos do Oeste	Município com oferta turística complementar
BA	Gentio do Ouro	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Ibicoara	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Ibicuí	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Ibipeba	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Iguaí	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Ilhéus	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Ipiaú	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Ipupiara	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Iramaia	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Iraquara	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Itabuna	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Itacaré	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Itaeté	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Itagi	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Itaju do Colônia	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Itaparica	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Itapé	Costa do Cacau	Município com oferta turística complementar
BA	Itatim	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Itiúba	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Ituaçu	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Ituberá	Costa do Dendê	Município com oferta turística complementar
BA	Jacobina	Chapada Diamantina	Município Turístico
BA	Jaguaquara	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Jaguaripe	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Jandaíra	Costa dos Coqueiros	Município com oferta turística complementar
BA	Jequié	Caminhos do Sudoeste	Município Turístico
BA	Jiquiriçá	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Juazeiro	Vale do São Francisco	Município Turístico
BA	Lauro de Freitas	Costa dos Coqueiros	Município Turístico

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Lençóis	Chapada Diamantina	Município Turístico
BA	Macarani	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Maracás	Caminhos do Sudoeste	Município com oferta turística complementar
BA	Maragogipe	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Maraú	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Marcionílio Souza	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Mata de São João	Costa dos Coqueiros	Município Turístico
BA	Monte Santo	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Morro do Chapéu	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Mucugê	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Mucuri	Costa das Baleias	Município Turístico
BA	Muniz Ferreira	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Muritiba	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Nova Ibiá	Costa do Dendê	Município com oferta turística complementar
BA	Nova Redenção	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Nova Viçosa	Costa das Baleias	Município com oferta turística complementar
BA	Palmeiras	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Paramirim	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Paulo Afonso	Lagos e Canyons do São Francisco	Município com oferta turística complementar
BA	Piatã	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Pindobaçu	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Pojuca	Costa dos Coqueiros	Município com oferta turística complementar
BA	Porto Seguro	Costa do Descobrimento	Município Turístico
BA	Prado	Costa das Baleias	Município Turístico
BA	Quixabeira	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Riachão do Jacuípe	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Rio de Contas	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Salvador	Baía de Todos os Santos	Município Turístico
BA	Santa Cruz Cabralia	Costa do Descobrimento	Município Turístico
BA	Santa Inês	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Santa Maria da Vitória	Caminhos do Oeste	Município com oferta turística complementar
BA	Santo Amaro	Baía de Todos os Santos	Município Turístico
BA	Santo Antônio de Jesus	Caminhos do Jiquiriçá	Município Turístico
BA	São Desidério	Caminhos do Oeste	Município Turístico
BA	São Félix	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Saúde	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Seabra	Chapada Diamantina	Município Turístico
BA	Senhor do Bonfim	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Simões Filho	Baía de Todos os Santos	Município Turístico
BA	Sobradinho	Vale do São Francisco	Município com oferta turística complementar
BA	Souto Soares	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Taperoá	Costa do Dendê	Município com oferta turística complementar
BA	Tucano	Caminhos do Sertão	Município com oferta turística complementar
BA	Ubaíra	Caminhos do Jiquiriçá	Município com oferta turística complementar
BA	Uibaí	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar

UF	Município	Região Turística	Categoria
BA	Una	Costa do Cacau	Município Turístico
BA	Utinga	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Valença	Costa do Dendê	Município Turístico
BA	Vera Cruz	Baía de Todos os Santos	Município com oferta turística complementar
BA	Vitória da Conquista	Caminhos do Sudoeste	Município Turístico
BA	Wagner	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar
BA	Xique-Xique	Chapada Diamantina	Município com oferta turística complementar

SOBRE A AUTORA

Thaisell Gonzalez Penalver

Doutora em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na linha de pesquisa Território, Meio Ambiente e Políticas Públicas, com mestrado na mesma área pela UEFS e formação inicial em Licenciatura em Geografia pela Universidade de Havana, Cuba. Possui ainda especializações em Demografia e em Meio Ambiente Urbano e Saúde, com enfoque na relação entre dinâmicas populacionais, planejamento urbano e vulnerabilidade socioambiental. Apresenta trajetória internacional consolidada em pesquisa aplicada e gestão territorial, com mais de oito anos de atuação no Instituto de Geografia Tropical (Cuba), onde exerceu funções como chefe de departamento, coordenadora técnica de projetos e pesquisadora associada. Nesse contexto, desenvolveu e liderou projetos interdisciplinares voltados à gestão ambiental, ordenamento territorial e adaptação às mudanças climáticas, incluindo participação no Projeto BASAL e articulação com organismos internacionais como PNUD e agências do sistema ONU. No Brasil, atuou em iniciativas estratégicas no campo das políticas públicas e gestão socioambiental, com destaque para sua participação no Ministério das Cidades, no âmbito da Secretaria Nacional das Periferias, contribuindo para o monitoramento e avaliação do Prêmio Periferia Viva, e na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com atuação em projetos de gestão territorial integrada para redução de vulnerabilidades em favelas e periferias urbanas. Sua produção científica e atuação técnica concentram-se nas áreas de geodiversidade, geoturismo, análise territorial, mudanças climáticas e planejamento urbano, com ênfase na aplicação de geotecnologias, análise espacial e uso de dados secundários para subsidiar a tomada de decisão em políticas públicas. O projeto é coordenado por Claudia de Souza Ferreira Martins. Desenvolve abordagem metodológica própria para avaliação do potencial geoturístico, com foco na integração entre bases como GEOSSITE e o Mapa do Turismo Brasileiro. Possui experiência na elaboração de diagnósticos territoriais, análise de vulnerabilidade socioambiental, facilitação de processos participativos e avaliação de políticas públicas, com domínio de ferramentas como Power BI, análise de indicadores e sistemas de informação geográfica. Conta com publicações científicas na área e participação em eventos nacionais e internacionais, incluindo o Congresso Brasileiro de Geologia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem científico-estética 115

Afloramento 21, 23, 26, 49, 54

Análise qualitativa 33, 91

Arenito 38, 39, 42, 44, 48, 49, 71

Arqueano 13, 14, 37, 38, 125

B

Baía de Todos os Santos 53, 57, 58, 97, 99, 102, 103

Beleza cênica 24, 42, 43, 67, 75, 107, 108, 109, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124

C

Cachoeira da Fumaça 46, 49, 56, 57

Calcário 38

Caminhos do Sagrado 88, 103, 105

Caminhos do Sertão 30, 54, 56, 57, 58, 98, 102, 103

Cânion 24, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 54, 56, 57

Cartografia temática 30

Cavernas 13, 14, 38, 39, 48, 54, 57, 64, 67

CBPM 32, 33, 36, 37, 38

Cenozoico 13, 37, 38, 39, 48, 49, 50, 125

Chapada Diamantina 30, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 79, 84, 88, 93, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 114, 121, 122, 124

Costa das Baleias 51, 54, 55, 57, 58

Costa do Cacau 51, 53, 55, 57, 58, 88, 97, 102, 103, 105

Costa do Dendê 54, 58, 97

Costa do Descobrimento 30, 45, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 88, 97, 102, 103, 105

Costa dos Coqueiros 54, 55, 57, 58, 97

CPRM 14, 16, 25, 29, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 56, 59, 60, 61, 66, 78, 83, 116

Cráton do São Francisco 14, 38

D

Dados georreferenciados 81

Dados secundários 13, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 32, 36, 58, 73, 86, 91, 108, 124, 125, 126, 127

Desenvolvimento sustentável 17, 18, 21, 23, 31, 37, 40, 51, 55, 83, 125, 127

Dunas fósseis 13, 38, 39, 48

E

Ecoturismo 42, 43, 44, 51, 71, 94, 95, 101, 103

EMBRATUR 92

Erosão diferencial 48

F

Falésias 13, 24, 38, 48, 49, 54, 103, 120

Fanerozoico 38

Formação Barreiras 38, 48, 49

Formação Salitre 49

Formação Tombador 48, 49

Formações cársticas 39

Fósseis 13, 14, 21, 22, 23, 26, 38, 39, 48



Geoconservação 18, 21, 23, 25, 26, 27, 38, 40, 48, 50, 58, 59, 65, 67, 68, 70

Geodiversidade 13, 14, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 66, 77, 106, 107, 125, 127

Geomorfologia 22, 24, 43, 44, 63, 65, 67, 68, 69

Geoparque 13, 25, 28, 30, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 66, 67, 81

Geoparque Alto Rio de Contas 41

Geoparque Canudos 41

Geoparque Chapadões do Oeste 43

Geoparque Paulo Afonso 42

Geoparques 13, 25, 28, 30, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 66, 67, 81

Geoparque São Desidério 42

Geoparque Serra de Jacobina 42

Geoparque Serra do Sincorá 42

Geopatrimônio 21, 23, 26

GEOSSIT 13, 14, 15, 16, 17, 19, 28, 29, 33, 35, 59, 60, 66, 70, 73, 78, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 116, 117, 125, 126

Geossítio 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 34, 36, 40, 43, 45, 46, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126

Geossítios 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 34, 36, 40, 43, 45, 46, 51, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126

GeossitWeb 60, 61, 62

GEO-TUR 20, 34, 35, 86, 88, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 123, 124, 126, 127

Geoturismo 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 62, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 78, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 127

Governança turística 101

Gruta da Mangabeira 45, 48, 56

Grutas 42, 43, 44, 45, 48, 49, 56, 57, 64, 67

Grutas de Iraquara 45, 48, 56, 57

I

IBGE 32

Infraestrutura turística 19, 28, 31, 82, 91, 104, 113

Inselbergs 13, 14, 37, 41, 42, 43

Inventário de geossítios 13, 45, 59, 61, 83, 86

Itacaré 45, 51, 54, 55, 57, 93, 94, 97

J

Jacobina 42, 43, 54, 62, 78, 79, 93, 103

L

Lençóis 43, 45, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 62, 78, 79, 93, 94, 95, 97, 102, 103

Litologia 37, 39, 48

M

Mapa do Turismo Brasileiro 13, 15, 16, 17, 19, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 52,

53, 85, 86, 87, 88, 90, 96, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 111, 125, 126

Mesoproterozoico 38, 40, 42

Modelagem espacial 27, 30

Modelo GEO-TUR 86, 88, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 123, 124, 126, 127

Morro do Chapéu 28, 30, 40, 43, 44, 45, 46, 54, 55, 56, 62, 78, 103

Morro do Pai Inácio 40, 46, 48, 49, 56, 57, 121

N

Neoproterozoico 38, 40, 49

Nota científica 107, 108, 109, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

Nota turística 78, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 123

O

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 18

ODS 18

P

Paleoproterozoico 38, 41

Palmeiras 43, 45, 46, 49, 51, 56, 62, 78, 79, 95

Patrimônio geológico 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 45, 54, 58, 59, 65, 66, 68, 70, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 115, 118, 119, 123, 125, 126

Paulo Afonso 42, 43, 44, 45, 46, 56, 93, 101

Planejamento turístico 15, 19, 31, 34, 125

Poço Encantado 40, 45, 49, 56, 64, 106, 121

Políticas públicas 15, 16, 17, 18, 29, 31, 50, 51, 54, 65, 66, 68, 70, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 91, 125, 126, 127

Pontos geoturísticos 45, 46, 47, 48, 49, 55, 57, 58, 78

Porto Seguro 49, 51, 54, 79, 93, 94, 95, 97, 102, 103, 112, 113, 114, 120
Potencial geoturístico 13, 15, 16, 17, 19, 21, 24, 27, 28, 30, 31, 33, 34,
36, 39, 49, 50, 59, 61, 62, 73, 80, 84, 85, 86, 107, 108, 109, 110, 112, 113,
114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126
Programa de Regionalização do Turismo 50, 51, 88, 91

Q

Quartzito 39, 48

R

Recôncavo 38, 51, 54, 84
Recursos minerais 25, 36, 37
Regionalização turística 13, 16, 17, 19, 33, 36, 50, 51, 57, 98, 114
Rio de Contas 28, 30, 38, 41, 43, 54, 62, 103

S

Salvador 38, 46, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 62, 79, 93, 94, 95, 97, 102, 112,
113, 114, 120
São Desidério 42, 44, 45, 55, 62, 121
Sertão do São Francisco 30, 52, 54, 102, 103, 105
Serviço Geológico do Brasil 14, 16, 25, 28, 29, 32, 36, 39, 40, 41, 45, 46,
47, 49, 50, 56, 59, 61, 66, 108
SETUR 54, 88, 101, 104
SIG 27, 30
SIGEP 19, 25, 29, 60
Solos 14, 23, 37, 38
Supergrupo Espinhaço 38

T

Tectônica 21, 37, 50, 63, 65, 67, 68

Turismo de natureza 45, 48, 51, 54, 58, 63, 67, 72, 78, 94, 103

Turismo sustentável 16, 19, 20, 27, 30, 44, 47, 50, 68, 82, 84

U

UNESCO 24, 25, 40, 67

V

Vale do Jiquiriçá 54

Vale do Paty 46, 48, 49, 56

Z

Zonas turísticas 15, 16, 33, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 81, 84, 102



AYA EDITORA
2026